

UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO
CENTRO DE ARTES
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ARQUITETURA E URBANISMO

VANINA MARGARIDA TOMAR BORGES PEREIRA

TERRITORIOS EM DISPUTA NA ILHA DA BOAVISTA, CABO VERDE
EM FACE À EXPLORAÇÃO TURÍSTICA

VITÓRIA
2013

VANINA MARGARIDA TOMAR BORGES PEREIRA

**TERRITORIOS EM DISPUTA NA ILHA DA BOAVISTA, CABO VERDE
EM FACE À EXPLORAÇÃO TURÍSTICA**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo do Centro de Artes da Universidade Federal do Espírito Santo, como requisito parcial para obtenção do Grau de Mestre em Arquitetura e Urbanismo, na área de concentração em Cidade e Impactos no Território.

Orientadora: Prof^a. Dr^a. Clara Luiza Miranda

VITÓRIA
2013

VANINA MARGARIDA TOMAR BORGES PEREIRA

**TERRITORIOS EM DISPUTA NA ILHA DA BOAVISTA, CABO VERDE
EM FACE À EXPLORAÇÃO TURÍSTICA**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo do Centro de Artes da Universidade Federal do Espírito Santo, como requisito parcial para obtenção do Grau de Mestre em Arquitetura e Urbanismo, na área de concentração em Cidade e Impactos no Território.

Aprovada _____.
COMISSÃO EXAMINADORA

Prof^ª. Dr^ª. Clara Luiza Miranda
Universidade Federal do Espírito Santo
Orientadora

Prof. Dr. Eneida Maria Souza Mendonça
Universidade Federal do Espírito Santo

Prof. Dr. Thais Bhanthumchinda Portela
Universidade Federal da Bahia

Dados Internacionais de Catalogação-na-publicação (CIP)
(Biblioteca Central da Universidade Federal do Espírito Santo, ES, Brasil)

P436t Pereira, Vanina Margarida Tomar Borges, 1984-
Territórios em disputas na ilha da Boavista, Cabo Verde, em
face à exploração turística / Vanina Margarida Tomar Borges
Pereira. – 2013.
153 f. : il.

Orientador: Clara Luiza Miranda.
Coorientador: Eneida Maria Souza Mendonça.
Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) –
Universidade Federal do Espírito Santo, Centro de Artes.

1. Turismo - Cabo Verde - Exploração. 2. Turismo - Cabo
Verde – Aspectos sociais. 3. Turismo - Cabo Verde – Aspectos
ambientais. 4. Boavista, Ilha de (Cabo Verde). I. Miranda, Clara
Luiza. II. Mendonça, Eneida Maria Souza. III. Universidade
Federal do Espírito Santo. Centro de Artes. IV. Título.

CDU: 72

Dedico este trabalho ao meu Pai, que olha por mim de onde ele esta; a minha mãe, aos meus irmãos, que me apoiaram em todos os momentos; ao meu namorado; e aos meus amigos que se privaram da minha companhia em decorrência de meus estudos.

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a minha mãe Eunice, aos meus irmãos Erika, Claudio, Vanusa e Nizia pelo carinho e dedicação incondicional; ao meu namorado Nuno pelo amor, companhia, paciência e apoio; a Aila pela paciência e auxílio na estruturação do trabalho; ao Tith Ramos por ter disponibilizado o seu material fotográfico; a orientadora Clara Luiza Miranda, pela imensa contribuição, incentivo e paciência. Eu deixo também minha admiração aos meus colegas e professores do PPGAU-UFES.

RESÚMO

O presente trabalho reflete criticamente os territórios em disputa na ilha da Boavista, em Cabo Verde, com o início da exploração turística. A exploração turística em Boavista tem se guiado pela lógica do apartamento socioeconômico e espacial, direcionando as vantagens e ganhos econômicos apenas para os investidores enquanto os passivos sobram (obrigações, dívidas, prejuízos, impactos ambientais, social) para os locais. A política de desenvolvimento territorial tem interferido muito pouco na melhoria da qualidade de vida da população e na promoção de um desenvolvimento equilibrado do território. Os planos físicos da política de desenvolvimento territorial têm contribuído para a valorização de parcelas específicas do território beneficiando apenas grupos investidores sem tomar em consideração os impactos sociais, culturais e territoriais de grandes empreendimentos imobiliários. As consequências tem sido o surgimento de espaços destinados aos turistas providos de infraestruturas, distinguindo-se dos espaços carentes de infraestruturas básicas, destinados aos locais.¹ Debater a partir de Cabo Verde, em especial Boavista, possibilita analisar como os fenômenos sociais e culturais da globalização, sintetizados na organização espacial, constituem instrumentos perpetuadores das relações de poder historicamente estabelecidas. O objetivo é trazer a luz algumas questões centrais sobre as atuais disputas territoriais em países africanos, mormente em Cabo Verde, e sua ligação com as relações de poder historicamente estabelecidas. Para esta análise foram pesquisados a relação entre o projeto colonizador e as resistências locais, os atuais agentes da produção do espaço seus interesses e estratégias, os territórios em disputa. Os desafios para a política de desenvolvimento territorial passam pela sua democratização, através do reconhecimento dos diversos agentes que interferem nos seus direcionamentos e tornando visíveis variáveis usualmente dissimuladas. Assim será possível uma política de desenvolvimento territorial que garanta o equilíbrio de forças e as múltiplas vozes terão a oportunidade e a capacidade para organizar seus interesses e participar autonomamente em processos de tomadas de decisão de forma mais significativa.

Palavras - chaves: Poder, Território e os Agentes Produtores do Espaço.

¹ Como rede de esgotos, de abastecimento de água, de energia elétrica e de coleta de águas pluviais.

ABSTRACT

Reflects critically the territories in dispute on the island of Boavista, Cape Verde, with the beginning of tourism. The holding in tourist Boavista has been guided by the logic of the apartment socioeconomic and spatial, directing the advantages and economic gains only for investors while the remaining liabilities (obligations, debts, losses, environmental impacts, social) for the locations. The policy of territorial development has interfered with very little in improving the quality of life of the population and in the promotion of a balanced development of the territory. The physical plans of spatial development policy has contributed to the enhancement of specific parcels of territory benefiting only investor groups without taking into consideration the social impacts, cultural and territorial of large real estate projects. The consequences have been the emergence of spaces intended for tourists provided with infrastructure, distinguishing himself of spaces devoid of basic infrastructures, destined for locations. Discuss from Cape Verde, in particular Boavista, allows analyze how the social and cultural phenomena of globalization, synthesized in the spatial organization, constitute instruments perpetrators of power relations historically established. For the analysis were researched relationship project colonizer and the local resistance, the current agents of production of space their interests and strategies, the territories in dispute. The challenges for the policy of territorial development are replaced by its democratization, through the recognition of the various agents that interfere in their routings and making visible variáis usually hidden. Thus will be possible a spatial development policy which ensures that the balance of forces and the multiple voices will have the opportunity and the ability to organize their interests and participate autonomously in processes of decision-making in a significant way.

Words - keys: Power, Territory, Producing Agents of Space.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1. Continente africano.	17
Figura 2. Localização do Arquipélago de Cabo Verde e a distribuição das ilhas.	22
Figura 3. Cabo Verde e sua Localização	24
Figura 4. Ilha de Boavista.....	25
Figura 5. Ilha da Boavista e as vias de acesso as suas localidades.....	27
Figura 6. Antiga da Salina de Sal Rei.....	39
Figura 7. Músicos antigos, 1956, e novos.	43
Figura 8. Comemoração da Independência de Cabo Verde em Boavista..	45
Figura 9. Publicidade no Jornal a Semana, 1990.....	51
Figura 10. Gráfico da evolução da população (1940-2010).	55
Figura 11. Localização geográfica de Sal Rei em Boavista.	56
Figura 12. Expansão de Sal Rei dos anos de 1970, 2000 e 2010..	57
Figura 13. Mapa de Emerging África.....	59
Figura 14. Festival de Mornas e Tocatina na rua.	70
Figura 15. Oficina de Olaria em Ribeira de Rabil Boavista.....	71
Figura 16. Antiga festa de Santa Cruz em Ribeira de Rabil.	72
Figura 17. Festa de <i>Moron</i> em João Galego, 2013.....	72
Figura 18. Um boavistense-ribeira de Rabil.....	76
Figura 19. Condomínio Praia Cabral.....	80
Figura 20. Bairro de Barraca em época de chuva.....	82
Figura 21. Bairro Barraca... ..	83
Figura 22. Mapa da distribuição da População conforme a renda familiar.	83
Figura 23. <i>Rabidantes</i> da ilha de Santiago pelas ruas de Sal Rei.....	85
Figura 24. Escultor de pedras da ilha de Santiago, próximo ao Hotel Marine Club.	86
Figura 25. Manifestação contra a construção de um empreendimento turístico.	89
Figura 26. Manifestação contra a empresa de energia e água	90
Figura 27. Cartaz em rede social.	90
Figura 28. Apropriação do espaço	91
Figura 29. Cidade de Sal Rei em dias de chuva.	98
Figura 30. Aeroporto internacional de Boavista.....	101
Figura 31. Queda da ponte <i>Ribeira D'água</i>	101

Figura 32. Mapa da zona de proteção ambiental e das zonas destinadas ao turismo...	106
Figura 33. Síntese do papel do Estado na produção do Espaço.	110
Figura 34. RIUPalace Bavaro, República Dominicana, e RIUPalace Tiki, Marrocos	115
Figura 35. Hotel RIU Touareg Boavista	115
Figura 36. Hotel RIU Touareg.	116
Figura 37. Hotel Iberostar e RIU Karamboa.	118
Figura 38. Hotel RIU Touareg.	117
Figura 39. Hotel Decameron	117
Figura 40. Hotel RIU Karamboa.	122
Figura 41. Orlas ocupadas pela atividade turística	128
Figura 42. Mapa de três multinacionais turísticas presentes em Cabo Verde.....	128

LISTA DE SIGLAS

PIB- Produto Interno Bruto

IDH- Índice de Desenvolvimento Humano

CPLP- Comunidade de Países de Língua Portuguesa

PALOP- Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa

INE- Instituto Nacional de Estatística

QUIBB - Questionário de Indicadores Básicos de Bem-estar

PDM- Plano Desenvolvimento Municipal

PDU- Plano de Desenvolvimento Urbano

ONG- Organização Não Governamental

OIT- Organização Internacional do Trabalho

OIM- Organização Internacional para as Migrações

PNUD- Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento

OMT- Organização Mundial do Turismo

SDTIBM- Sociedade de Desenvolvimento Turístico Integrado de Boavista e Maio

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	13
METODOLOGIA	20
1.DO CONTEXTO GLOBAL AO LOCAL DA ILHA DA BOAVISTA	22
1.1.ASPECTOS GEOGRÁFICOS DE CABO VERDE E DA ILHA DE BOAVISTA.	22
1.2. BREVES ASPECTOS SOCIOECONOMICO.....	26
1.3. CABO VERDE E OS DIFERENTES MOMENTOS DA GLOBALIZAÇÃO.	31
1.4.O PROJETO DE COLONIZADOR E AS RESISTÊNCIAS LOCAIS	35
2.A PRODUÇÃO DO ESPAÇO FACE À EXPLORAÇÃO TURÍSTICA	60
2.1 APORTES TEÓRICOS DOS AGENTES PRODUTORES DO ESPAÇO	60
2.2 TRABALHO DE CAMPO.....	64
2.3 OS AGENTES E SUA PRODUÇÕES DO ESPAÇO.	67
2.3.1 A População da Ilha da Boavista.	67
2.3.2 O Estado e seus Planejadores	94
2.3.3 Os Grandes Empreendedores Turísticos.....	112
3. CONCLUSÃO	127
REFERENCIA BIBLIOGRAFICAS	134
APÊNDICE A	141

INTRODUÇÃO

A questão central do trabalho é entender o que tem acontecido no território da ilha da Boavista, Cabo Verde, no atual momento da sua exploração turística, possibilitando desvendara "vida real". Este tipo de abordagem que deliberadamente se centra em "o que é feito na prática" e evidencia as relações de poder é proposta por Flyvbjerg. Para o autor, compreender a "vida real" implica primeiro entender o que realmente tem sido feito na prática e daí, pensar o que deve fazer (FLYVBJERG Apud: ALLMENDINGER; JONES, 2002, pág. 9).

Assim, a partir dessa abordagem pretende-se entender os interesses, as estratégias dos instrumentos dos agentes produtores do espaço, e também, os processos de inclusão e exclusão e suas consequências sociais e territoriais no atual momento exploração turística na ilha da Boavista.

As relações sociais são pensadas aqui por meio das relações de poder, com vista a se conhecer a realidade dos fatos e seus desdobramentos no território². Nesse sentido, a pesquisa vale-se do território como categoria de análise, já que este remete ao espaço de todos, e convida a atentar para as "relações sociais e de poder". Para, além disso, o território entendido não é apenas relacionado com o tradicional "poder político", mas também como algo que diz respeito ao poder no sentido mais simbólico, de sua apropriação.

O que tem sido feito no território da ilha da Boavista é interpretado como uma produção a partir do espaço, resultado da ação dos agentes produtores desse. Esta produção, devido as relações que a envolve, inscreve-se num campo de poder. Para além disso, produzir uma representação no espaço é uma apropriação, um controle, mesmo que isso permaneça nos limites de um conhecimento. Qualquer projeto no espaço que é expresso por uma representação revela a imagem desejada de um território, de um local de relações (RAFFESTIN,1993, pag.145).

² Território é, sem duvida, uma noção geográfica, mas é um primeiro lugar uma noção jurídico-política: o que é controlado por determinado tipo de poder. A etimologia da palavra lat. *territorium*, 'grande área ou extensão de terra delimitada, parte da terra ou de uma terra sob jurisdição' segundo o Houaiss eletrônico; esta 'jurisdição' talvez seja o que remeta a outra possível interpretação etimológica de Cacciari que território vem de *térreo*, sentir medo, sentir terror (CACCIARI, 2010, pag. 53)

O sentido do agir e da apropriação são expressos pelo autor quando ele diz: “o território é um espaço onde se projetou um trabalho, seja energia ou informação, e que, por consequência, revela relações de poder” (RAFFESTIN,1993, pag.157).

Este último ponto de vista é partilhado por outros autores: “O território é fundamentalmente um espaço definido e delimitado pelas relações de poder” (...) “o território é um campo de forças, uma teia, ou rede de relações sociais que, a par de sua complexidade interna, define ao mesmo tempo, um limite, uma alteridade: a diferença entre ‘nós’(o grupo, os membros da coletividade ou 'comunidade', os insiders) e os ‘outros’ (os de fora, os estranhos, os outsiders)” (SOUZA, 1995, pag.77).

A ilha da Boavista até 1990 era “pacata” e periférica no cenário nacional cabo-verdiano. Com suas belas praias e a aposta no turismo como o principal viés para o desenvolvimento econômico de Cabo Verde, a ilha torna-se uma das frentes para o crescimento econômico nacional. A ascensão do turismo à atividade econômica central foi antecedida por um período de profunda crise econômica com devastadores efeitos sociais, aumento do desemprego, êxodo rural e acréscimo da pobreza urbana.

Para dar resposta ao crescente interesse de investidores estrangeiros, foi criada uma “sociedade”- Sociedade de Desenvolvimento Turístico - responsável pela gestão do turismo na ilha, foram construídos um aeroporto Internacional, vias de acesso e deu-se início as obras de expansão do porto. Com vista a tirar o melhor proveito da capitalização do território, e regular o consumo do espaço, o Estado caboverdeano investiu em reservas de grandes áreas para a “exploração turística” denominadas de ZDTIs (Zonas de Desenvolvimento Turístico Integral). Estas são áreas que por possuírem excelentes condições geográficas e valor paisagístico têm aptidão para a atividade turística (Disponível em: <http://www.oje.pt>, acessado em: 07 de março de 2013).

Os planos que delimitam as ZDTIS são físicos do tipo setorial e foram elaborados sem analisar as aptidões do território, impactos populacionais, adequação dos produtos turísticos e impactos no patrimônio natural da ilha (Disponível em: www.sdtibm.cv, acessado em: 10 de maio de 2011).

Por um lado, os investimentos na infraestrutura trouxeram um incremento considerável do turismo na ilha da Boavista com um crescente aumento de turistas³ e um aumento do peso do turismo no PIB nacional. Mas, por outro lado, a necessidade de dar respostas ao mercado

³ Com a abertura do aeroporto internacional Boavista passa a ser o maior receptor de turistas em Cabo Verde, com cerca de 46.880 entradas no 3º trimestre de 2011, representando 41,4% das entradas neste período, seguido da ilha do Sal com 38.218 entradas (33,8%) (CÂMARA MUNICIPAL DA BOAVISTA -Perfil Urbano da Cidade de Sal Rei, Fevereiro 2012, pag.19)

competitivo mundial do turismo ocasiona enormes impactos locais. Na última década, imobiliárias multinacionais turísticas tem se aportado na ilha da Boavista, com implicações de diversas naturezas, desde impactos territoriais a culturais. Os empreendimentos têm ocupado de forma extensiva uma parte do território, criando ambientes exclusivos a uma única atividade produtiva, o turismo.

A necessidade de mão de obra, para dar resposta às demandas da atividade imobiliária turística e do turismo, tornou a ilha um destino de contingentes imigratórios. Desta forma, na última década, a ilha registrou um aumento exponencial da sua população de 4.209 para 9.162 habitantes (INE, 2000-2010).

Apesar do acréscimo populacional e do conseqüente crescimento das pressões sobre os serviços de saúde, água, energia e coleta de lixo, muito pouco foi feito para suprir tais demandas desse novo tempo. O resultado tem sido uma população com as piores taxas de acessibilidade ao saneamento básico, água, energia e equipamentos sociais do país. Atualmente a maioria dos equipamentos sociais é gerida por ONGS (58%) e foram instalados na ilha no período da pós-independência nos primeiros 14 anos (INE, 2010). A população vive sob constante ameaça de escassez de alimentos e medicamentos, pois o abastecimento de produtos depende das raras ligações marítimas com as ilhas de São Vicente e Santiago.

Apesar do aumento substancial da população, principalmente, de trabalhadores da indústria do turismo, não se pensou em: acesso à terra, direito à cidade, direito a moradia digna e nos benefícios da urbanização. Assim, áreas de menor interesse para o setor imobiliário, pouco atraentes, têm sido ocupadas e invadidas pelos trabalhadores, que recebem baixíssimo salário. Esses exercem a função de pedreiro, pintor, camareira, empregado de limpeza, segurança, porteiro, ajudante de cozinha, garçom ou convertem-se em trabalhadores precários ou informais: na venda ambulante de objetos de artesanato, verduras frutas etc.

Desse modo, no local mais exíguo e sem quaisquer infraestruturas, surge o maior bairro da ilha da Boavista. O bairro Barraca não dispõe de fornecimento de luz e de água, é um amontoado de barracas, com frágeis ou inexistentes estruturas de apoio à vida onde se *amontoam* mais de 3000 mil pessoas, migrantes cabo-verdianos e imigrantes da costa ocidental africana, onde crescem o alcoolismo, a prostituição e o consumo de drogas.

Para enfrentar essa situação e para se evitar o surgimento de novos bairros do tipo o instrumento de planejamento usado tem sido o planejamento estratégico. No entanto, os planos da política de ordenamento territorial são de caráter regulador e normativo, ou seja, tem funcionado principalmente na manutenção e provisão da ordem, de modo a facilitar a ação de grupos investidores, especialmente daqueles ligados ao capital imobiliário e a grupos

econômicos. Apesar de essa política expressar como princípio melhorar a qualidade de vida individual e coletiva dos cidadãos, o desenvolvimento equilibrado das regiões mediante a elaboração e execução de planos (B.O. nº85/IV/93), tem interferido muito pouco na qualidade de vida e no combate às desigualdades sócio espaciais⁴.

Os planos com seus fracos e ineficazes métodos de participação, frente ao baixo nível de escolaridade da maioria da população, não constituem um mecanismo efetivo de participação. A medida participativa segue apenas as diretivas da “democracia” como condicionantes ao financiamento internacional e não questiona os elementos que levariam ao fortalecimento dos processos de participação da população nem avalia a eficiência do método dotado.

A ineficácia destes instrumentos, permeados pelas relações de poder, tem beneficiado alguns grupos em detrimento de outros. A política de ordenamento territorial tem sido promulgada em termos gerais: com princípios, diretrizes e políticas gerais. Mesmo sem a conclusão do PDU (Plano de Desenvolvimento Urbano) e do PDM (Plano de Desenvolvimento Municipal) tem sido colocado em prática um planejamento do tipo setorial (ZDTIs), restringindo-se aos aspectos físico-territoriais, visando restritamente o agenciamento das áreas designadas ao turismo internacional. Esse processo tem proporcionado um território profundamente marcado pela segregação espacial, na qual as zonas destinadas ao turismo (ZDTIs) são consideravelmente mais bem servidas de infraestrutura, ocupadas pelas classes mais abastadas do mundo, que viajam a seu bel-prazer; e zonas destinadas à população que são mal atendidas por serviços e equipamentos urbanos, principalmente, onde reside a classe de baixa e baixíssima renda que são trabalhadores do mercado turístico.

Frente a isso, o que tem restado à população são os movimentos sociais e outras fracas formas de resistência que põem em evidência as diferenças sociais, culturais e de poder entre os agentes produtores do espaço. Os aspectos (exclusão, contradições e conflitos) são dissimulados pelo sistema de “exploração turística” neutralizadas pelo positivismo das técnicas de planejamento, cujo fracasso explica-se pela distância entre “expectativa e realidade de atuação”⁵, pela fraqueza da governança, pela incapacidade de governo, dos técnicos e dos recursos humanos.

⁴ Como a própria terminologia corrente já indica, estamos diante de políticas de *image-making*, na mais trivial acepção marqueteira da expressão, pois quem diz *image-making* está pensando, queira ou não em políticas *business-oriented*, para não falar ainda em *market-friendly*, mesmo quando fala de boa fé em conferir visibilidade a indivíduos ou coletividades que aspiram a tal promoção (ARRANTES, 2009, pag.14).

⁵ Expressão de Koselleck para explicar a contração e/ou neutralização da experiência com a imposição de expectativas positivistas e cientificistas. O descolamento entre expectativas e “experiência”, do real para remeter ao início do texto Foucault Flysberxt (KOSELLECK, 2006, pag.17).

Os moldes da “exploração turística” têm se guiado pela lógica da dominação do período colonial⁶. Sem subterfúgios, as diretrizes da exploração turística operam mediante linhas de separação que dividem “o mundo humano do sub-humano”, ou melhor, “zonas civilizadas de zonas não civilizadas”. Isto representa um modelo de exclusão radical que é parte integrante e fundamental para o sucesso da preponderância de um grupo sobre outros grupos, ou seja, a negação do outro, como parte integrante de princípios e “práticas hegemônicas” (SOUZA SANTOS, 2010, pag.39).

Considerando a perspectiva histórica, as transformações do sistema capitalista em curso desde os anos 70 (no Norte) não podem ser entendidas sem considerar as estratégias de poder mundiais desenhadas, com a chegada da nova ordem do capitalismo mundial aos países do Sul. O processo iniciado na década de 1990, em Cabo Verde, com a consolidação da matriz política e econômica liberal, esteve envolvido pelas novas formas de dominação social e política na geopolítica internacional. Trata-se do seguimento de um processo de criação de riqueza e acúmulo de poder político, uma forte supremacia do Norte sobre o Sul. Em Cabo Verde, assim como noutros países africanos sob dominação estrangeira nos últimos cinco séculos, na globalização contemporânea só assistiu a mudança os grupos dominantes e a relação de subalternidade colonizada do país prevalece inalterada (Disponível em: <http://www.buala.org/pt>, acessado em 22 de Maio de 2011).

⁶ As colônias representam um modelo de exclusão radical que permanece atualmente no pensamento e práticas modernas ocidentais tal como aconteceu no ciclo colonial. Hoje, como então, a criação e ao mesmo tempo a negação do outro lado da linha fazem parte integrante de princípios e práticas hegemônicas (SOUZA SANTOS, 2010, pag.39).

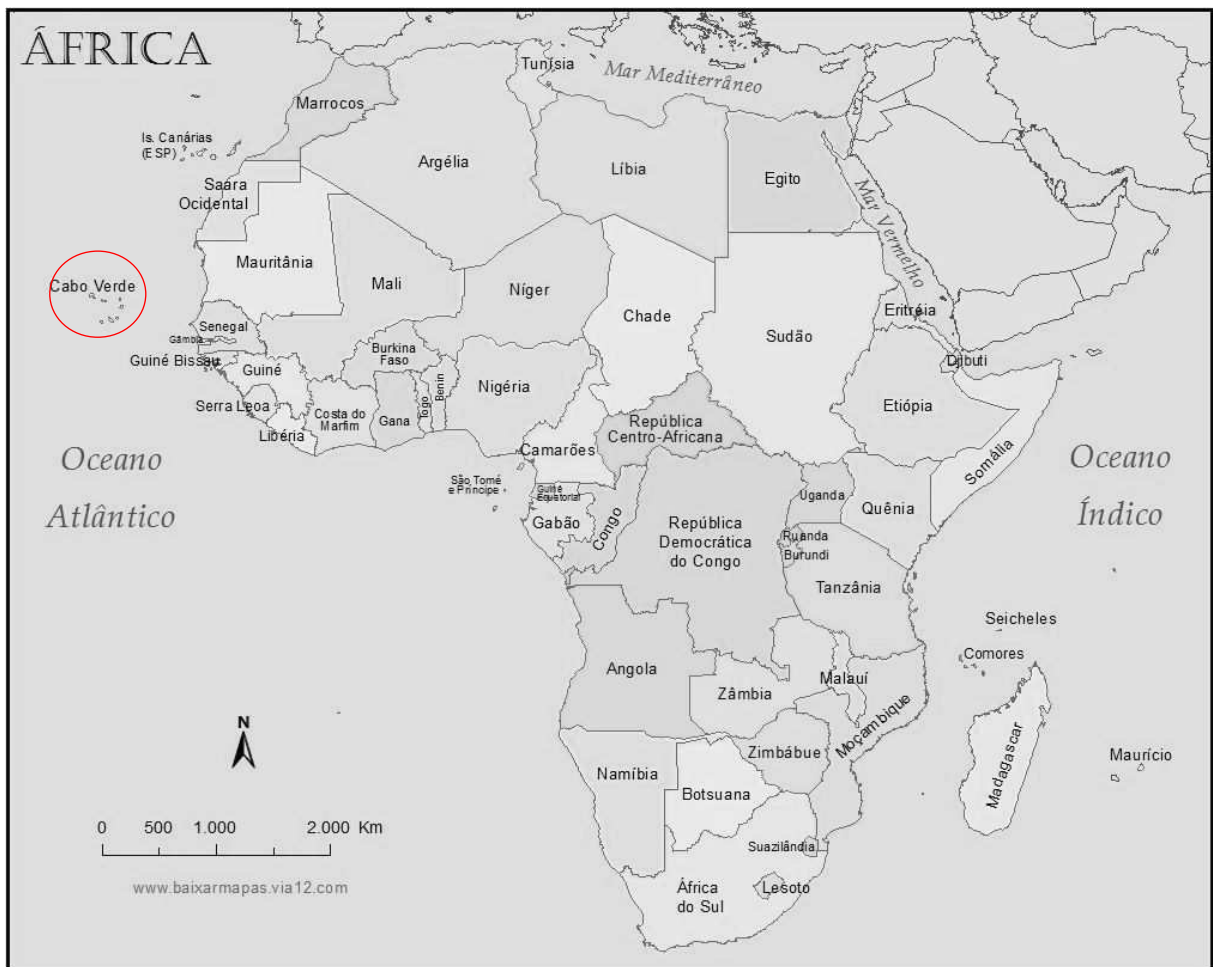


Figura 1. Continente africano Fonte: www.jornalponto.com

Capítulo 1. Da dinâmica global ao contexto local da ilha de Boavista. O primeiro capítulo constituía abordagem de Cabo Verde numa escala ampla, isto é, na escala mundial, para o estudo da organização do espaço atual.

O arquipélago de Cabo Verde foi descoberto em 1460, nos primórdios da navegação portuguesa. Com a sua descoberta foi reconhecido como espaço seguro para a manutenção de escravos apreendidos na costa ocidental africana e logo mais foi povoado. Este pequeno espaço insular se tornou um elemento de suma importância para a navegação atlântica.

A partir de Cabo Verde foram definidos os limites do tratado de Tordesilhas a “primeira linha global moderna” que fazia a divisão “do mundo descoberto e a descobrir” e delimitava o espaço a ser explorado. A determinação do espaço a ser “explorado” fundamentou os conflitos modernos, as tensões e as disputas entre os principais pólos mundiais. Porém, contra o “projeto colonizador” e a exclusão radical, as populações dos espaços coloniais passaram a reivindicar o seu direito à inclusão no “paradigma da regulação/emancipação” com seu deslocamento aos principais pólos centrais de cada época.

O país, nas diferentes fases da globalização, definidas por Robertson⁷, presenciou uma série de lutas entre os diferentes atores, que usavam os recursos ao seu alcance para impor aos outros as suas conveniências.

Capítulo 2. Os Agentes de Produção do Espaço. Depois de um estudo mais alargado, este capítulo traz uma análise da produção do espaço na ilha da Boavista no atual momento de “exploração turística” porque se entende que existem diferentes formas, significados e implicações que envolvem a produção do espaço. E para além disso, a análise levanta questões acerca do sentido e conteúdo do processo de produção do espaço, os sujeitos produtores e os agentes dessa produção que é material e simbólica.

Entende-se por agentes produtores do espaço, no atual contexto de “exploração turística,” todos aqueles que exercem alguma ação no espaço⁸:

- O Estado, com a sua dominação política, é responsável pelos meios burocráticos de produção do espaço, pois graças ao seu domínio político utiliza recursos técnicos para suas ações governando a partir da violência para a resolução das questões que envolvem a população da ilha.
- Os empreendedores turísticos, detentores do maior volume de capital, têm o domínio econômico, impõem as suas estratégias com o objetivo da reprodução continuada do seu capital, e também, são responsáveis por atribuir ao espaço valor de localização e significados como o *valor estético* e um certo *status*, etc.
- A população, com suas necessidades e seus desejos vinculados à realização da vida humana, têm o espaço como condição, meio e produto de sua ação. Os diferentes grupos que a compõem são responsáveis por atribuir ao espaço uma série de significados ligados a reprodução, *etnicidade*, *sacralidade*, *resistências*, etc.

De modo geral, a partir da ação dos agentes, o espaço é produzido, impregnado de materialidades e significados diversos como estradas, áreas para produção e reprodução da população, áreas para turistas, imobiliário turístico entre outros.

⁷ Propõe uma divisão das “fases” dessa globalização que está inserida na história e que vem “evoluindo” durante o tempo. Distingue o capitalismo globalizado em cinco fases: a embrionária, a incipiente, da decolagem, da luta pela hegemonia e da incerteza.

⁸ De acordo com o Houaiss a etimologia de agente decorre do lat. *agens, éntis* 'que faz ou traz'. Segundo o dicionário etimológico agente vem de atuar (NASCENTES, 1955, pag.11). Atuar significa exercer atividade, agir. Segundo o dicionário etimológico Cunha agente vem de latim *agêns –êntis*, part. De *agoagere* “agir”: obrar, operar, atuar, agenciar. Significa também negociar. Agente é o que age, que exerce alguma ação; que produz algum efeito. É o que agencia ou trata de negócios alheios. Pessoa encarregada da direção duma agência (CUNHA, 2010, pag. 18).

METODOLOGIA

Para construir o suporte teórico-metodológico necessário ao alcance dos objetivos, esta pesquisa apóia-se em dois principais eixos de investigação. No primeiro examinam-se as fases da globalização e seus efeitos em Cabo Verde, mormente em Boavista. O segundo eixo, trata-se do estudo dos agentes da produção do espaço seus interesses e estratégias no atual contexto de exploração turística e as territorialidades configuradas. Os agentes são concretos, históricos, portadores de controvérsias e práticas espaciais que ora são próprias de cada um, ora são comuns.

A abordagem metodológica apóia-se em documentos escritos, publicados em jornais, ou acessados nos órgãos governamentais; documentos do governo cabo-verdiano, de órgãos internacionais; estudos de sociólogos, antropólogos, historiadores; documentos iconográficos dispostos em arquivos pessoais como o de Tith Ramos, fotógrafo de Boavista. Também foram realizadas entrevistas e questionários, com a intenção de dar voz a todos que participam do sistema em análise. Os documentos impressos utilizados, além dos documentos do governo, são: monografias, livros, artigos científicos e imagens. Além disso, foram realizadas duas viagens à ilha, por um período de dois meses cada. Durante esse período foram aplicados 50 questionários, a cerca de 10% da população da cidade de Sal Rei⁹, onde reside mais da metade da população da ilha¹⁰. A pesquisa inquiri principalmente sobre o período da década de 1990, que marca o início da exploração turística na ilha.

Para o exame das relações e funções dos agentes que participam da produção do espaço, o aporte teórico escolhido é o estruturalismo relacional de Pierre Bourdieu. Para o autor existe um *espaço social* que funciona como um campo do poder. Ele constrói a sua teoria em torno de uma filosofia da ação, chamada às vezes de *disposicional*, que atualiza as potencialidades inscritas nos corpos dos agentes e na estrutura das situações nas quais eles atuam ou, mais precisamente, em sua relação. Essa filosofia condensa-se em um pequeno número de conceitos fundamentais-*habitus, campo e capital*- e tem como ponto central a relação, de mão dupla entre as estruturas objetivas (dos campos sociais) e as estruturas incorporadas (do *habitus*) (BOURDIEU, 2011, pag.10).

As relações de poder também são pensadas a partir da teoria de Foucault. Segundo o qual, o poder não deve ser conhecido como algo detido por uma classe (dominante) que o teria

⁹ 5.440 habitantes (INE, 2010).

¹⁰ 59,4% da população (INE, 2010).

conquistado, alijando definitivamente a participação e a atuação dos dominados; pelo contrário, as relações de poder presumem um enfrentamento perpétuo. Desta maneira, o funcionamento do poder é mais bem compreendido através da ideia de que se exerce por meio de estratégias e que seus efeitos não são imputáveis a uma apropriação.

Não obstante os estudos pós-coloniais e da epistemologia do Sul surgirem a partir de perspectivas que visam superar as ideias estruturalistas, estes aportes teóricos também foram explorados. Pois, concorda-se que existe uma multiplicidade de formas de entender o Mundo e de intervir no espaço. E a visão da globalização neoliberal não é tanto uma descrição do Mundo como ele é quanto uma imagem na qual ele está a ser feito. Mas esta visão, uma vez, levantada e instalada como hegemônica tem possibilitado um contexto de outras ações (MASSEY, 2008, pag.148).

1. DO CONTEXTO GLOBAL AO LOCAL DA ILHA DA BOAVISTA

1.1 ASPECTOS GEOGRÁFICOS DE CABO VERDE E DA ILHA DE BOAVISTA.

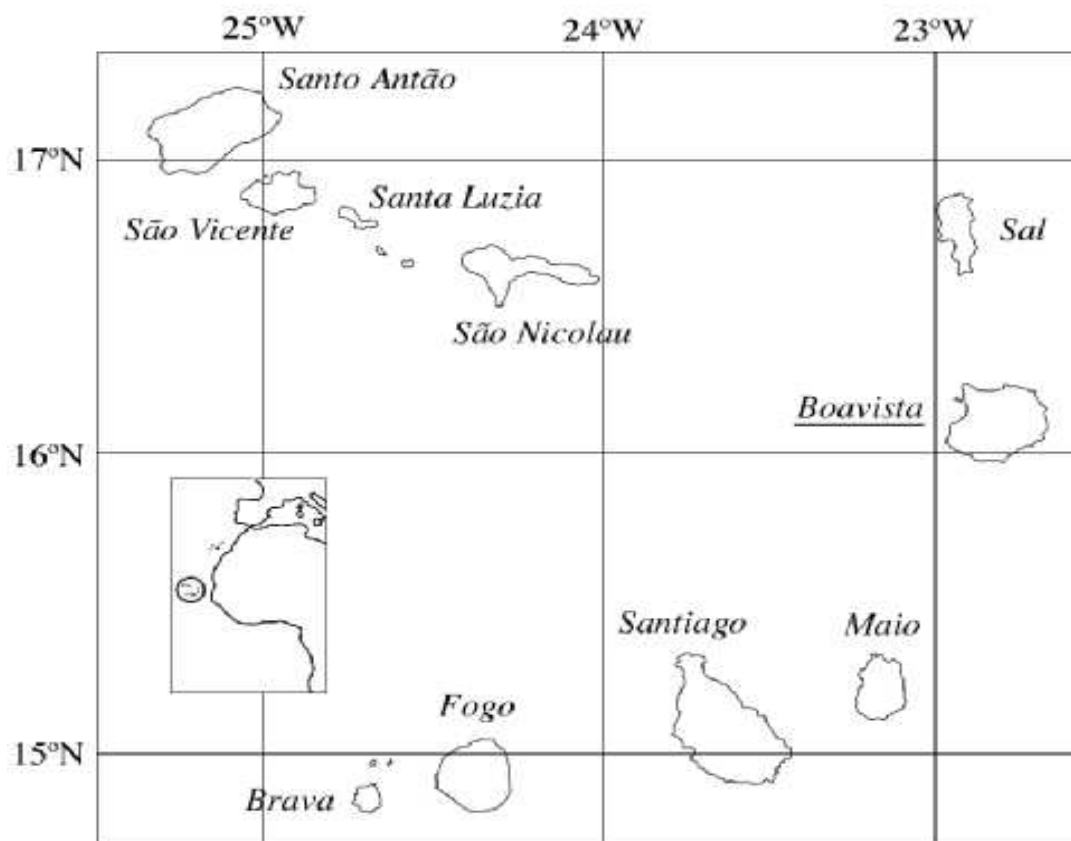


Figura 2. Localização do Arquipélago de Cabo Verde e da distribuição das ilhas. Fonte: Ministério do Ambiente e Agricultura Direção Geral do Ambiente. Proposta de Plano de Gestão de Zonas úmidas – Boavista/ Cabo Verde, pag.21.

Cabo Verde é um pequeno país africano, que **pertence à região da Macaronésia**, situado no Oceano Atlântico. A capital do país, Praia, está localizada a 653 km da capital senegalesa, Dakar; a 1652 km de Tenerife, nas ilhas Canárias; a 2.652 km de Fortaleza no Brasil e a 2.997 km de Lisboa em Portugal, portanto, no ponto de intersecção da rota que liga a África, a Europa e a América. Deste modo, Cabo Verde beneficia-se de uma importante posição geoestratégica e coloca-se numa posição privilegiada para a sua inserção ativa na dinâmica da globalização e **nas rotas de navegação pelo oceano Atlântico**.

O país é constituído por dez ilhas e oito ilhéus dispostos, em dois grupos regionais, consoante o posicionamento em relação aos ventos alísios dominantes do Noroeste, a

saber: Barlavento e Sotavento. No grupo de Barlavento estão as ilhas de Santo Antão, São Vicente, Santa Luzia, São Nicolau, Sal e Boavista e no de Sotavento estão as ilhas: de Maio, Santiago, Fogo e Brava.

As ilhas são de origem vulcânica e na sua maioria são montanhosas e rochosas, à exceção de três que são planas, **rasas e arenosas** – Sal, Maio e Boavista – e mais próximas do continente africano.



Figura 3.Cabo Verde e sua Localização. Fonte: SFIEC.org.com

A **localização do país na** faixa do Sahel¹¹ impõe condições climáticas caracterizadas pela aridez e semi-aridez, de transição entre o deserto e o clima tropical húmido e as chuvas são escassas. O país tem uma fauna pobre e apenas 46% dos 403 mil hectares do território nacional são propícios à agricultura (Ministério do Ambiente Direção do Ambiente- Plano de gestão de Zonas-húmidas, Boavista,2010, pag.2).

Cabo Verde tem 365 dias de sol, as temperaturas são notavelmente homogêneas no tempo e no espaço e a temperatura média anual oscila entre 20-24°C. nas zonas litorais. A temperatura média da água à superfície é de 23°C., com mínimas de 22°C e máximo de 26°C (Ministério do Ambiente Direção do Ambiente- Plano de gestão de Zonas-húmidas, Boavista, 2010, pag.36).

¹¹ Cabo Verde está localizado no prolongamento de uma vasta zona árida e semi-árida do Sahel.

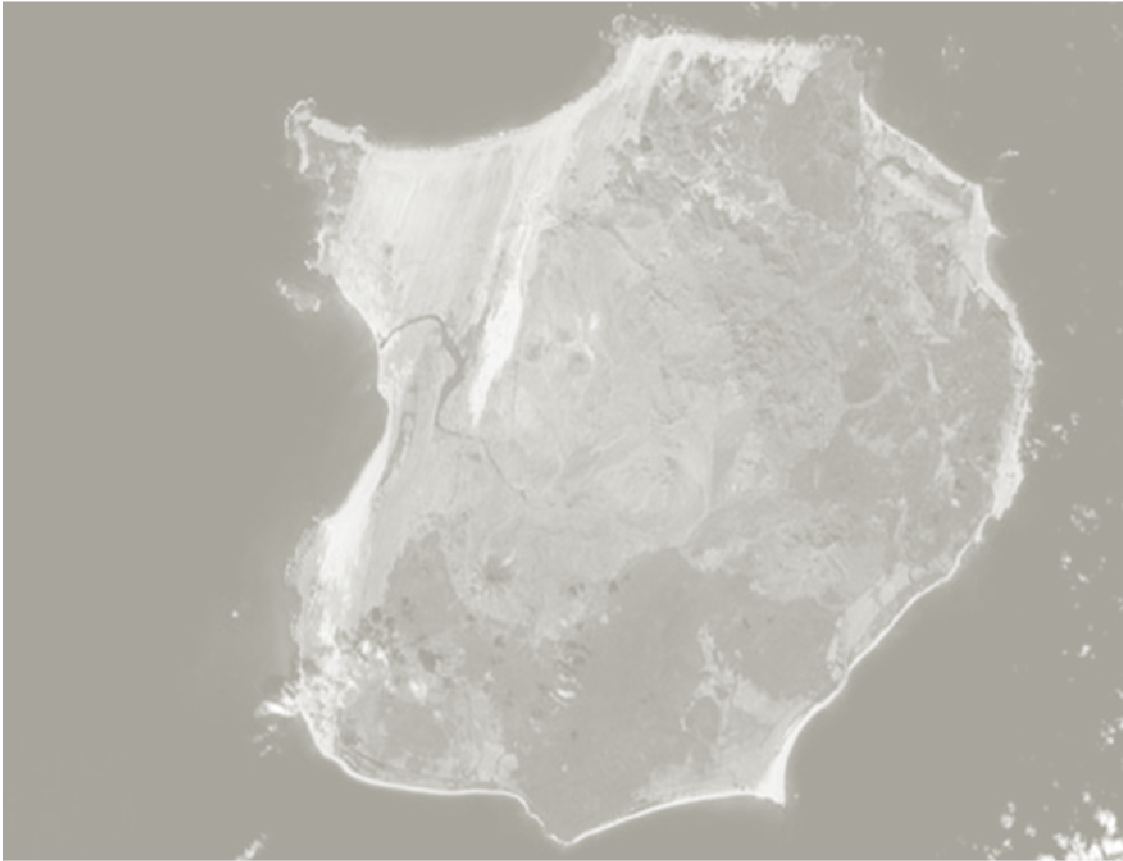


Figura 4. Ilha de Boavista. Fonte: www.googleearth.com, acessado no dia 20 Maio de 2011.

A ilha da Boavista é a terceira maior do país, situa-se mais a Leste, e é a mais próxima do continente africano. A sua superfície é de 620 km, tem uma configuração meio arredondada e pequenas elevações. O ponto mais elevado é o Pico da Estância, com 390 metros, a Sudoeste da ilha¹². As condições hidrológicas são consideradas as piores, quando comparadas com as outras ilhas do arquipélago. As temperaturas médias anuais são de 24 °C a 25 °C (Ministério do Ambiente Direção do Ambiente- Plano de gestão de Zonas-húmidas, Boavista, 2010, pag. 22).

A ilha tem 55 km de areal de Praia e importantes *habitats*: as dunas são ocupadas por vegetação costeira típica, há comunidades de corais, sobretudo em Sal Rei, as montanhas são ocupadas por espécies de aves predadoras, as praias são áreas de reprodução das tartarugas marinhas e as lagoas costeiras constituem importantes *habitats* para espécies de aves migratórias aquáticas, que chegam anualmente ao país (Ministério do Ambiente Direção do Ambiente- Plano de gestão de Zonas-húmidas, Boavista, 2010, pag.32).

¹² Segue-se o Pico de Santo António com 378 metros, a sudoeste; e o Pico Forcado no centro leste com 369 metros. As outras elevações superiores a 200 metros são quase sempre montes testemunhos, com a exceção da Serra do Norte, que separa a região ocidental da região oriental da ilha.

1.2 BREVES ASPECTOS SOCIOECONÔMICOS

O censo de 2010 revela que a população residente em Cabo Verde é de 491.575 habitantes,¹³ sendo que 62% vive no meio urbano. A estrutura é bastante jovem (54,4% têm 25 anos), a idade média da população é de apenas 23 anos. A esperança média de vida é de 74,3 anos (PNUD,2013). A taxa de alfabetização é de 85% da população. A população é maioritariamente católica (77,3%).

O índice da população estrangeira residente no país é de 2,9%, cerca de 70% é natural de países da CEDEAO, Comunidade Económica dos Estados da África Ocidental, e do PALOP, Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa (INE, 2010).

A ilha da Boavista tem 9.162 habitantes e 2.601 agregados familiares distribuídos por oito povoados. A população é maioritariamente masculina (59%) e residente no meio urbano (59%), mais concretamente na cidade de Sal Rei e na zona do Rabil. A cidade de Sal Rei é o centro administrativo do concelho e a Povoação Velha é o primeiro povoado da ilha.

¹³Com um ligeiro predomínio do sexo feminino (50,5%), residindo uma larga maioria no meio urbano(61,8%) e na ilha de Santiago(56%)(INE, 2010).

Situação Geográfica da Boa vista



Figura 5. Ilha da Boavista e as vias de acesso as suas localidades.Fonte:Proposta de PDU de Sal Rei,2012, pag.12.

A economia cabo-verdiana é fortemente condicionada por sua insularidade, a acentuada descontinuidade territorial, a seca, por ser desprovido de recursos naturais e de matérias-primas. Isso causa fraca capacidade de diversificação da produção e uma populacional em número reduzido, o que limita o mercado interno. Cabo Verde depende fortemente das importações para a satisfação das necessidades de consumo e, atualmente, importa 80% dos alimentos, sendo 55% de Portugal (Disponível em: www.portugalcaboverde.com, acessado em: 17 de maio de 2012).

A economia cabo-verdiana é dependente de transferências de fluxos financeiros e investimentos externos. O modelo econômico é do tipo MIRAB (MI- migrações, R- remessas, A- ajuda externa e B- burocracia) concebido, no século XX, em meados da década de oitenta por Bertram e Walters (FURTADO, 2011, pag.83). Os autores que defendem o modelo MIRAB, consideram esta estratégia de desenvolvimento sustentável, desde que seja possível obter remessas e ajudas externas por tempo ilimitado.

Por sua história, Cabo Verde é nitidamente um país de emigrações. Atualmente, o número de cabo-verdianos fora do país é de 518.000 ultrapassando, assim, a população residente no território nacional 491.875 (INE, 2010). Deste modo, por um lado, a fonte do rendimento do país condiciona-se, não apenas, pela capacidade da população ativa que reside no país, mas também pela diáspora cabo-verdiana. Para confirmar a importância da emigração para a economia de Cabo Verde vale ressaltar que o país tem o maior percentual de recebimento de remessas de emigrantes do continente africano (em 2012 o valor representou 8% do Produto Interno Bruto) (INE, 2012). Mas por outro lado, têm sido importantes as doações financeiras para a economia cabo-verdiana. Durante o ano 2000, por exemplo, os apoios orçamentais tiveram um peso de 13% na balança de pagamento (INE, 2000).

Assim sendo, a relação de dependência exterior tem determinado a vulnerabilidade do país às crises econômicas mundiais. No decorrer da última década, por exemplo, com a crise econômica deflagrada em 2007, as previsões do governo cabo-verdiano apontam para uma dívida externa em 2013 que deverá chegar a 90% do PIB (Disponível em: <http://www.asemana.publ.cv>, acessado em: 14 de Março de 2013).

Portanto, a dependência do fundo proveniente da remessa dos emigrantes e a ajuda internacional têm moldado uma economia balizada pela dinâmica econômica internacional com consequentes imposições de instituições internacionais tanto no campo econômico como político nas últimas décadas.

Contrariamente, os autores, que divergem do modelo econômico MIRAB, argumentam que o volume das remessas tem um comportamento instável. Alegam, ainda, que as remessas e ajuda internacional mantêm a economia doméstica num nível de baixa produtividade, criando dependência da importação, perpetuando, deste modo, o desequilíbrio comercial, que não é sustentável em longo prazo (BRITO, acessado em: 15 de Junho 2013).

A economia cabo-verdiana é entendida como pequena e aberta, estruturalmente vulnerável dado ao seu elevado grau de abertura e a dependência da ajuda financeira externa (Disponível em : <http://www.africaneconomicoutlook.org/po/>, acessado em 21 Abril2012).

Entretanto, apesar de Cabo Verde ser um dos países africanos de menores recursos tanto financeiro como humanos e naturais, reconhece-se que existe uma tentativa de aproveitamento das escassas potencialidades. Uma das provas desse esforço é a melhoria continuada Índice de Desenvolvimento Humano,¹⁴ com o aumento considerável do rendimento de 3.508 dólares em 2011 para 3,609 dólares em 2012 (PNUD, 2013). Deste modo, com apenas 38 anos de independência, Cabo Verde encontra-se na oitava posição no ranking do IDH, entre os 58 países africanos.

Não obstante esses esforços e melhorias alcançadas nas últimas décadas, a pobreza e o desemprego ainda são problemas estruturantes em Cabo Verde. Por um lado, 14% da população vivem abaixo dos limiares da pobreza, principalmente, a camada feminina e juvenil. A taxa de desemprego entre os jovens (15-34 anos) é elevada, atinge cerca de 21% e 37% da população (INE, 2011).

Pode-se afirmar que o desemprego e a pobreza, em Cabo Verde relacionam-se com a falência da economia agrária que teve o seu início na década de 60 e o consequente movimento migratório para o meio urbano, dando origem a uma grande quantidade de desempregados nas principais cidades. Para se ter uma ideia, em 2000, um em cada cinco trabalhadores cabo-verdianos trabalhavam fora da sua ilha de nascimento (INE, 2000).

O êxodo rural gerou uma massa de mão de obra não qualificada que, em grande parte, não foi absorvida pelas estruturas geradoras de emprego no meio urbano. E isto, por seu turno, causa desequilíbrios sociais dentro do meio urbano e assimetrias socioeconômicas entre este e o meio rural.

Contudo, nota-se que o fluxo gerado pelo movimento de mão-de-obra tem acompanhado as assimetrias do país, deslocando-se das ilhas ou regiões com maior incidência de pobreza e desemprego para as ilhas ou regiões com menos pobreza e maior oferta de emprego.

A ilha de Santiago, que alberga a cidade de Praia a capital de Cabo Verde, concentra os serviços mais especializados e o essencial da oferta de ensino superior, também

¹⁴Baseia-se em dados da Saúde (expectativa de vida), Educação (escolaridade a expectativa de escolaridade) e no (PIB per capita).

concentra a maioria da população cabo-verdiana. Já Boavista, apesar de ser uma importante ilha para a atração de recursos em escala nacional, é ainda periférica no que tange à oferta de ensino, ao saneamento básico, ao acesso a água e equipamentos sociais entre outros.

Para concluir, vale ressaltar que Cabo Verde desde a sua independência tem se mostrado estável em termos políticos, fator importante para a atração de investimentos estrangeiros e condição para a sua inserção na economia mundial. O relatório de 2010 da *Freedom House* coloca Cabo Verde no topo dos países africanos no referente às liberdades civis, aos direitos políticos e à estabilidade. Segundo o documento existe liberdade de imprensa e não há registro de conflitos étnicos, políticos e religiosos, para os organismos internacionais isso fortalece a coesão sociocultural. Na última década, o país teve cinco eleições presidenciais e legislativas todas decorridas em normalidade (Disponível em : <http://www.africaneconomicoutlook.org/po/>, acessado em: 21 de Abril de 2012).

1.3 CABO VERDE E OS DIFERENTES MOMENTOS DA GLOBALIZAÇÃO.

Pensar a dimensão temporal no estudo da organização do espaço envolve considerações numa escala ampla, isto é, à escala mundial. O comportamento do subespaço, em análise, a ilha da Boavista em Cabo Verde, é determinado por agenciamentos das nações que atuam como o ‘centro do sistema mundial’. Considerando as sentenças de Diegues, as ilhas não se desenvolvem em sistemas fechados; vivem, ao contrário, em ritmos alternados de abertura e fechamento, segundo as formas pelas quais estão ligadas à sociedade continental ampla. Além disso, as relações entre o interno e o externo, o próximo e o distante são inerentes às ilhas.

“As ilhas, em razão dos limites existentes entre o interno e o externo, de seu tamanho reduzido, materializam de alguma maneira, a oposição entre o local e o global. É a razão pela qual constituem os exemplos mais favoráveis para um enfoque de sociedades a partir do diálogo complexo que se instaura entre espaços radicalmente diferenciados” (DIEGUES, 1998, pag.95).

Dito de outro modo, elas são ao mesmo tempo a concretização do local e a articulação de formas planetárias, apresentando diretamente a questão local e de sua relação com o global no Mundo contemporâneo, sobretudo no caso de um país arquipélago posicionado numa interseção oceânica estratégica como Cabo Verde. Por conseguinte, é necessário o estudo alargado dos acontecimentos em escala mundial que incidam sobre o espaço da ilha, no caso Boavista, mas também uma análise restrita localizada das adaptações, das reações, das oposições das permanências.

A Globalização- Frente aos vários conceitos sobre o tema, toma-se como melhor interpretação a de Robertson “Globalização é aquilo que indica o problema da forma como o Mundo se torna *unido*, porém de modo algum integrado de forma funcional e simplista” (ROBERTSON, 1994, pag.27).

Volta e meia tem surgido ideias em torno do relacionamento entre o universal e o particular. E, nesses últimos anos, muito se tem cogitado que a “humanidade está se tornando rapidamente, fisicamente falando, uma sociedade *una*” (ROBERTSON, 1994, pag.29).

Este tipo de análise parece um exemplo de uma tentativa de um movimento em direção à particularidade global. Hoje, a esta visão se contrapõem as análises provocativas do termo “globalização” feitas por estudiosos “pós-colonialistas” que fazem seus estudos a partir da outra narração da “clássica estória da modernidade” como faz Massey (MASSEY, 2007, pag. 20).

Para Massey, a modernidade foi uma forma de universalização de uma forma de pensar o espaço e sua relação com a sociedade. A autora menciona uma história anterior sobre o espaço-a história hegemônica do imperialismo territorial. Ela considera esta história uma forma espacial de subjugar, ao propor uma forma de ordenar e de organizar o espaço que se recusa a reconhecer a multiciplidade, suas fraturas e seu dinamismo. E ainda designa as conexões entre as relações de poder e espaço-tempo de “geometrias de poder de tempo-espaço” (MASSEY, 2007, pag.143).

Massey defende uma nova espacialização da história da modernidade e a reelaboração dos debates sociológicos, evitando que a história mundial seja uma história da Europa. Ela propõe o reconhecimento da multiciplidade de trajetórias (a disjunção do mundo dividido). Massey argumenta em favor de uma maior diferenciação, em relação à forma como a compressão tempo-espaço é vivenciada por diferentes indivíduos em diferentes espacialidades e condições sociais. Isso implica na eventualidade do espaço e na multiciplidade de trajetórias. Ou seja, trata-se de reconhecer a heterogeneidade e a multiplicidade por meio de consideração da espacialidade e das relações diversas das espacialidades hegemônicas (MASSEY Apud HAESBAERT, 2010, pag.169).

Indivíduos e diferentes grupos sociais estão situados de formas distintas em relação aos condicionantes socioeconômicos hegemônicos e aos fluxos e interconexões globais. Além da desigualdade entre os grupos envolvidos, existem também as diferenciações entre setores da sociedade e da própria economia. Ou seja, o espaço seria uma teia complexa de relações de dominação e de subordinação, de solidariedade e de cooperação, repleta de poder e de simbolismo (MASSEY Apud HAESBAERT, 2010, pag.169).

Considerando que a globalização está intimamente relacionada a modernidade e a modernização, o mundo atual não é resultado de um único fator particular e apenas recente, existem vários pontos de referência da globalização sendo eles, os sistemas de relações internacionais, as ideias de indivíduo, dehumanidade e a formação das sociedades nacionais. Estes fatos envolveram Cabo Verde ao longo dos séculos, assim

como outros países. Com isto, o conceito de globalização, aqui tomado, centra-se na problemática da padronização do Mundo, altamente contestado, incluindo-se nele as resistências à globalização considerada pelo seu viés estritamente econômico. A partir de uma abordagem das diferentes fases da globalização propostas por Roland Robertson que recusa compreender a globalização através da expansão da modernidade estritamente europeia e sustenta que os principais componentes da globalização são: as sociedades nacionais, os sistemas das relações internacionais e os conceitos de indivíduo e humanidade são traçados pelo caminho histórico temporal de Cabo Verde, ressaltando as discrepâncias entre o projeto colonizador e as resistências locais.

Assim, o início da primeira fase da globalização é marcada pela navegação transoceânica e todas as técnicas que se desenvolveram a partir dela. Pois, no período anterior a isso (os polos mundiais deviam ter uma localização coincidente com a do centro de gravidade geográfico) é difícil imaginar a Europa exercendo esse papel antes do descobrimento das grandes rotas de navegação (século XV).

A primeira fase é designada por Robertson de *embrionária*. Esta se iniciou na Europa no século XV e foi até metade do século XVIII. Nesse primeiro momento, Cabo Verde é descoberto e povoado, graças ao seu reconhecimento como ponto estratégico no comércio de escravos, na costa Ocidental africana.

A segunda fase Robertson denomina: *fase incipiente da globalização*. Esta se estende da metade do século XVIII até 1870. Neste período acontece a queda decisiva da economia do império Português, com a proibição da importação e exportação de escravos imposta pelos Ingleses; e com a revolução industrial na Inglaterra. A ilha da Boavista passa nessa altura a registrar a presença de Holandeses e Ingleses, que a frequentam para adquirí-la. Constitui-se um importante período de crescimento econômico que leva ao consequente aumento da população e o surgimento de novos povoados em Boavista.

Na terceira fase ou fase da *decolagem da globalização*, que se prolonga desde a década de 1870 até a metade da década de 1920. Neste período há a introdução do barco a vapor e firma-se a hegemonia britânica caracterizada pelo controle dos mares, através de sua imensa frota naval, exercendo, portanto, domínio sobre as rotas oceânicas de trânsito de mercadorias. A vila de Sal Rei, em Boavista, assiste o comércio de o sal passar para as mãos de Ingleses e de Americanos.

A quarta fase, a fase *da luta-pela-hegemonia*, estende-se desde a década de 1920 até a primeira metade da década de 1960; demarcada pelas II Revolução Industrial e II

Guerra Mundial. Estes fatos trouxeram a aplicação de novas tecnologias e novas formas de organização, na produção material e nos transportes, e também consequências para a divisão social e internacional do trabalho e do consumo e para a concentração das riquezas. Nessa altura começa a se esboçar a emergência dos Estados Unidos e do Japão como potências mundiais, com seus fortes investimentos na tecnologia de informação. A ilha da Boavista registra uma importante corrente emigratória para os Estados Unidos que trouxe mudanças no cenário social, cultural e econômico nacional.

Em 1960, inicia-se uma nova fase, *a da incerteza*, segundo Robertson, que parece ser uma grande incerteza que promete tornar-se globalmente institucionalizada (ROBERSTON,1994,pag.24). Entre as incertezas podem-se apontar: a independência da maioria dos países africanos durante a década de 60; o crescente agravamento dos problemas econômicos e estratégicos das potências econômicas em 1970.

Em julho de 1975 Cabo Verde torna-se independente, entretanto, após a independência, a carência de quadros técnicos leva o país a lançar mão de relações de cooperação na área do ensino para os futuros administradores. Durante a década de 80 os efeitos da crise econômica, que começou na década de 70, são sentidos com total força em Cabo Verde.

A partir de 1990, inicia-se a fase (proposta por esta pesquisa para compreender o período contemporâneo). Esta chamada aqui de *globalização contemporânea* – caracterizada pela inclusão dos jovens Estados africanos no sistema liberal político, econômico e de mercado e pela criação de novas colônias periféricas no Mundo “subdesenvolvido”, que adquirem novas categorias: países emergentes, em desenvolvimento e no limiar do desenvolvimento.

Em 1991, Cabo Verde que possuía regime de partido único passa a ter regime multipartidário. Neste período reconhece o turismo como o principal setor para investimento visando crescimento econômico, uma via de inserção subalterna do país à economia global contemporânea.

Para dar resposta ao mercado *competitivo* do turismo inicia-se em Cabo Verde uma onda de investimentos em infraestruturação nas ilhas de maior “valor” para o turismo de Sol e Mar, como é o caso da Boavista.

A possibilidade de desenvolvimento por meio do turismo leva uma diversidade de indivíduos para a ilha da Boavista: uns atraídos pela possibilidade de trabalho e outros pela mudança de estilo de vida. A ilha deixa de ser polo de emigrações e passa também

a ser de imigrações. Converte-se, num espaço de dinâmicas, experimentações, informalidades, autoconstruções entre outros. O desenvolvimento da atividade turística em Boavista vai resultar e produzir configurações específicas entre grupos, pessoas e espaços mediante: processos de planeamento; projetosempreendedores; relações entre nativos e migrantes; recursos naturais (por exemplo: as praias); aspectos culturais, socioeconômicos e mudança administrativa do Estado.

1.4 O PROJETO COLONIZADOR E AS RESISTÊNCIAS LOCAIS

O Arquipélago de Cabo Verde foi descoberto em 1460, segundo a tese oficial, pelos Portugueses, Antônio da Noli e Diogo Gomes. As ilhas encontravam-se desabitadas mas existem especulações¹⁵ que se referem ao conhecimento de Cabo Verde antes da chegada dos portugueses por povos do continente africano que se deslocavam à ilha do Sal e da Boavista, a busca de Sal, um condimento raro na época.

O povoamento das ilhas aconteceu graças à avaliação do arquipélago como espaço seguro e propício para a manutenção de escravos aprendidos na costa ocidental africana. A carta de privilégios aos moradores da ilha de Santiago decidiu o povoamento das ilhas, pois designa o direito perpétuo aos moradores de fazer o comércio e o tráfico de escravos em toda a região da Guiné (GRASSI, 2003, pag.103).

Assim, visando participar do comércio de escravos, mercadores e nobres reinóis tornaram-se os primeiros moradores da ilha de Santiago em Cabo Verde. Eles dedicam-se ao comércio de escravos, à produção de gêneros comercializáveis na costa africana, erguendo, desta forma, a primeira urbe portuguesa em África a cidade de Ribeira Grande.

O povoamento do arquipélago acontece em três ciclos: o primeiro no século XV/XVI que abrangeu apenas as ilhas de Santiago e Fogo, enquanto as demais eram terras de montano ou de pasto; o segundo ciclo foi em meados do século XVII até a década de 80 do século seguinte, quando as ilhas agrícolas e montanhosas da Brava, de Santo Antão, de São Nicolau e espaços propícios à agricultura tornam-se importantes espaços de fixação; e, por último, o terceiro ciclo no século XVIII, que abrange as ilhas sem

¹⁵ Os defensores da tese da presença africana nessa ilha, como Jaime Cortesão, Luís Romano entre outros (LIMA, 1997, pag.41).

vocação agrícola, na sua maioria salineiras: a ilha do Sal, a ilha da BoaVista, a ilha do Maio e a ilha de São Vicente (SILVA, 1995, pag.17).

Com a intenção de obter uma exclusividade comercial, devido à importância estratégica das ilhas, enquanto mecanismo de logística e de acumulação, os descobridores desde muito cedo, validaram no plano legal e internacional, o seu domínio sobre o Oceano Atlântico e seus territórios. Isso foi possível, com a homologação papal de acordos: de Alcaçovas em 1479 e de Tordesilhas em 1494.

A partir do Tratado Tordesilhas, pertenceriam à monarquia portuguesa, as terras descobertas ou a descobrir, marcadas pela linha divisória meridiana situada a 370 léguas a Ocidente de Cabo Verde¹⁶. Pode-se afirmar que o último tratado é resultado da disputa pelas rotas de circulação no Atlântico e seus territórios. O mesmo desencadeia a divisão territorial do Atlântico¹⁷. Este foi considerado um símbolo da mudança de compreensão do Atlântico pelo homem europeu, concebida entre a antiguidade e o período medieval. Na verdade as navegações quatrocentistas representam o encerramento de um primeiro momento na história do Oceano e o *dealbar* de um segundo ciclo, do Atlântico Moderno (FONSECA,1994, pag.107).

Pode-se ainda acrescentar que os tratados representam uma grande aliança no espaço Ibérico e deliberam a divisão do Mundo “descoberto” e a “descobrir” proporcionando mais do que intensas relações internacionais, mas também mutações quanto às ideias em relação à humanidade. Ou melhor, uma *ocidentalização* (pelo ponto de vista ibérico) superficial do mundo atlântico.

Para Robertson esse período inicia fase *embrionária da Globalização*, que se caracteriza pelo surgimento na Europa de potências mercantis, por avanços tecnológicos na navegação, mas também pelo crescimento incipiente das comunidades nacionais, pela decadência do sistema ‘transnacional’ medieval, pela acentuação dos conceitos de indivíduos e das ideias em relação à humanidade (ROBERTSON, 1994, pag.34).

¹⁶ “[Q]ue se faça e assine pelo dito mar oceano uma meia raia ou linha direita de pólo a pólo, a saber do pólo ártico ao pólo antártico que é de norte a sul. A qual raia ou linha se haja de dur e c’í: direita C01110 dito hc, a 370 léguas das ilhas de Cabo Verde para a parte de poente [...]. E que tudo o que até aqui é achado e descoberto, e daqui adiante se achar e descobrir por o dito senhor Rei de Portugal e por seus navios assim ilhas como terra firme, desde a dita raia e linha dada na forma acima dita, indo pela dita parte do levante dentro da dita raia à parte do levante ou do norte ou do sul dela, tanto que não seja atravessando a dita raia; que isto seja e fique e pertença ao dito senhor rei de Portugal e a seus sucessores para sempre jamais” (FONSECA, pag.105).

¹⁷ Neste contexto, a entrada no Atlântico, tornados tratados num mar ibérico, tinha o valor de violação de fronteiras internacionalmente reconhecida, um ato de transgressão do direito internacional. O atlântico encontrava-se, assim, territorializado (SILVA, 2001, pag.7).

No decorrer do século XV, outros dois acontecimentos determinantes levam a novas mutações radicais no quadro das trocas Atlânticas: em 1498 a abertura do Índico, em 1500 o descobrimento do Brasil. E esses eventos possibilitam um aumento significativo do tráfico de pessoas e bens passando pela ilha de Santiago (Cidade de Ribeira Grande), o que incrementa a função das ilhas como ponto estratégico no comércio do Atlântico. Entretanto, com esta ‘promoção’, Cabo Verde torna-se um espaço cujo valor depende sempre das configurações decorrentes do amplo espaço envolvendo três continentes. Em consequência, diversos grupos passam a circular nesse espaço insular como é o caso de contratadores, comerciantes ilegais, piratas, minorias étnicas e muitos outros atores cuja identidade consta em catalogações geográficas e políticas ou sociais e também atores transnacionais, “como os Judeus” (SILVA, 2001, pag.2).

Por conseguinte, a demografia das ilhas cabo-verdianas resultou, de modo geral, da mistura de povos. Nomeadamente, a população da ilha de Boavista resultou de uma minoria branca composta por Portugueses, Ingleses, Holandeses, Castelhanos, Genoveses, Judeus e Mouros contra uma maioria negra, retida de vários pontos e culturas da costa ocidental africana, pertencentes, principalmente as tribos Balantas¹⁸, Papel, Bijagós e outras (LIMA, 1997, pag.77).

Um dos momentos de fechamento do Arquipélago a dinâmica do Atlântico, acontece com o crescimento do mercado de escravos e produtos no porto de Cacheu na Guiné que possibilita uma relativa marginalização da rota oceânica que passa por Cabo Verde(SILVA, 2001, pag.2). Uma situação motivada pela “desenfreada guerra comercial” entre Portugal e as outras potências europeias emergentes, designadamente: França, Inglaterra e Holanda. A “disputa pelos mercados africanos dessa zona acontece em simultâneo com a pirataria e corso, praticado nos mares e portos do arquipélago e da costa da Guiné” (BALENO,2001,pag.126).

A pirataria provoca a decadência econômica da cidade de Ribeira Grande, no século XVII e incita a população camponesa a emigrar para fora do reduto escravocrata das ilhas do Fogo e Santiago. Deste modo, inicia-se um processo de migração cidade-campo motivado pelos frequentes ataques à cidade costeira de Ribeira Grande. Esta

¹⁸ Tribos da Guiné- Bissau : no interior reina o domínio dos Fulas (cerca de 23%) e Mandingas (cerca de 12%); - no Norte dominam os Balantas (cerca de 27%), tendo na sua vizinhança os Manjacos de Cacheu (cerca de 11%), os Papeis de Bissau (cerca de 10%) e de menos quantidade os Felupes, Baiotes e Mancanhas ou Brames da zona setentrional; - na parte continental do Sul repartem-se os Beafares e os Nalus; - nas ilhas, os Bijagós (Crônica da Conquista da Guiné:Povos da Guiné, acessado em: 3 Março de 2012).

migração, como argumenta Correia e Silva, é impulsionada pela procura de terras férteis, vales para o plantio nas ilhas montanhosas e regiões mais propícias a agricultura. Isso constitui um novo momento em que “o comércio torna-se o motor da agricultura” (SANTOS, 1992, pag.25).

Na ilha da Boavista até então decorre um pré-povoamento por uma minoria de escravos-pastores e caçadores da Guiné¹⁹. Com a decadência da cidade de Ribeira Grande, da ilha de Santiago e a prosperidade dos negócios de criação de gado, venda de peles, emerge a primeira povoação da Ilha da Boavista, em 1650. A localidade é designada na época de Estância, uma povoação fundada e desenvolvida numa base econômica pastoril. Em 1697 alcança razoável grau de riqueza e, por isso, nesse mesmo ano sofre um dos primeiros ataques de piratas (LIMA, 1997, pag.59-60).

Mais tarde Holandeses e Ingleses, foram impedidos por Don Filipe de Portugal de adquirirem Sal em Setúbal, assim estes passam a frequentar as ilhas salineiras da Boavista e do Sal (LIMA, 1997, pag.62). Contudo, já no século XVIII, durante a fase que Robertson denomina de *Incipiente da globalização*- com o início da Revolução Industrial na Inglaterra²⁰, o comércio do Sal, em Boavista, passa para o controle de Ingleses.

No terceiro quartel do século XVIII, tanto a exploração do Sal e do Gado como de outros produtos da terra, passam exclusivamente para as mãos de algumas famílias que adquirem um papel influente na ilha, enquanto, o restante da população mantém-se como meros escravos livres e empregados.

O desenvolvimento econômico, o conseqüente aumento populacional, suscitou surgimento, nos finais do século XVII aos finais do século XVIII, de novas povoações na ilha (LIMA, 1997, pag.63).

Em meados do século XVIII tecnologias da máquina a vapor são implantadas em trem e navios. Isso possibilita a onda de emigração cabo-verdiana para os Estados Unidos, entre 1685 e 1700 (CARREIRA, 1977, pag.63).

Com a introdução do barco a vapor, a ilha da Boavista conhece o seu período de florescimento econômico, com seu epicentro no povoado de Sal Rei, onde como o

¹⁹ O ano de 1490 é apontado como o início de envio de escravos-pastores a partir de Santiago para Boavista. Mas os primeiros 30 anos depois dos descobrimentos da ilha, a primeira leva de negros não foi muito significativa pois o número era reduzido, apenas para guardar e vigiar os animais (LIMA, 1997, pag.49).

²⁰ Com a introdução da energia a vapor, mudança brusca em direção à cristalização de conceitos de relações internacionais e de conceitos mais concretos de humanidades (ROBERTSON, 1994, pag. 34-35).

próprio nome diz o Sal era Rei. O historiador Germano Lima diz no início do século XIX, graças ao intenso comércio de Sal para o exterior o povoado porto dos ingleses²¹ passa a ser Sal Rei. O comércio do Sal ganha tamanha proporção, que chega a se propor a coroa a mudança de capital de Cabo Verde de Santiago (Ribeira Grande) para Boavista (Sal Rei) (LIMA, 1997, pag.103).

Contudo, o momento é de queda da economia de todo o império Português, particularmente a de Cabo Verde e conseqüentemente a da Boavista com a proibição da importação e exportação de escravos imposta pelos Ingleses e expressa nos acordos Anglo-portugueses de 19 de Fevereiro de 1810 e de 10 de Dezembro de 1836, conjugados com o ultimo Inglês de 1839, conhecido por Bill de Palmerston (LIMA, 1997, pag.157).

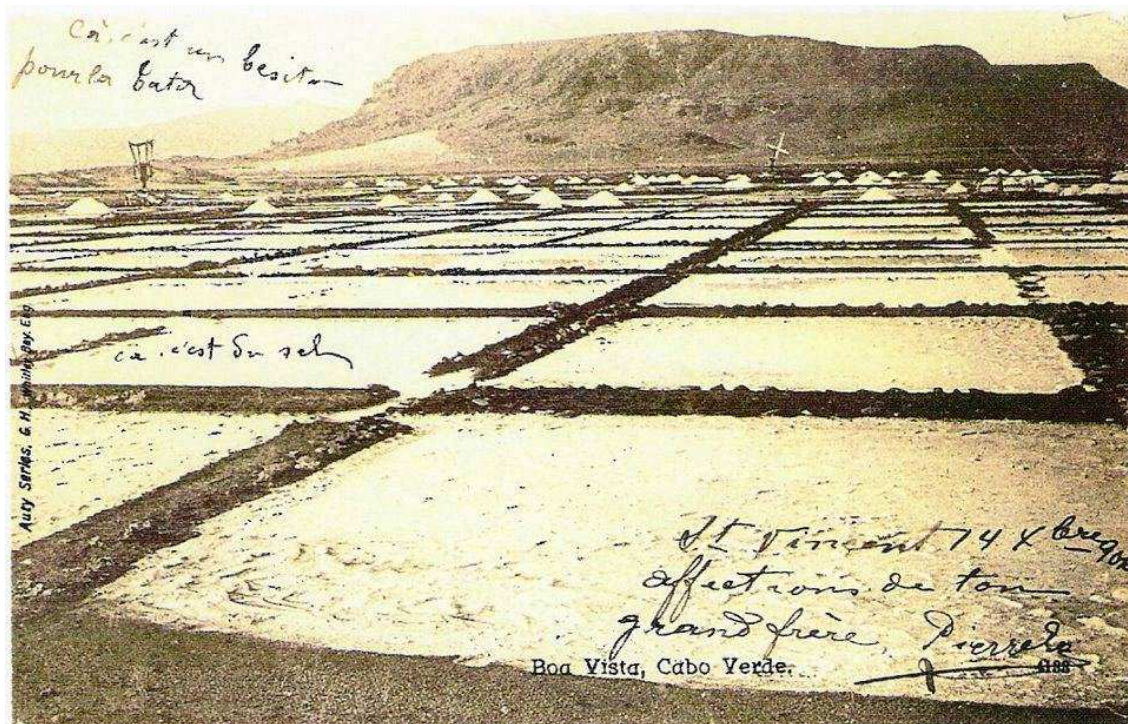


Figura 6. Antiga Salina de Sal Rei. Fonte: Tith Ramos.

No final do século XIX, a Europa passa por profundas mudanças econômicas e sociais inicia-se um processo de armamento, de disputas entre potências europeias e emergência de novas potências econômicas. Neste momento esboça-se o declínio da Pax Britânica e a emergência da II Revolução Industrial, enquanto sucede a ascensão de

²¹Já no início do século XIX, mais propriamente a partir de 1810 o povoado de nome porto dos ingleses passa a ser povoação de Sal-Rei, essa nova denominação, deve-se sobretudo ao comércio do sal (LIMA, 1997, pag.20)

potências industriais europeias mas também os E.U.A e o Japão (VICENTINI, 2010, pag.19).

Estabelece-se a fase que Robertson chama de *decolagem da globalização*, da década de 1870 à metade dos anos 20 (ROBERSTON, 1994, pag.34).

Perante o cenário de acirramento de disputas entre as potencias novas e antigas, como forma de assegurar o controle das suas próprias áreas de influência, em 1885 as potências europeias fazem a partilha de África. A Portugal cabe manter seu domínio sob Cabo Verde, Guiné, São Tome e Príncipe, Angola e Moçambique. Este ato é a representação de uma resposta defensiva, a partilha de África resulta numa disputa particularmente acirrada entre os Estados europeus, obrigando-os a estabelecer algumas regras comuns, o que foi conseguido na conferência de Berlim de 1885 (VICENTINI, 2010, pag.19-20).

Logo após a conferência, inicia-se a segunda corrente emigratória cabo-verdiana, desta vez para Guiné Bissau para lá ocuparem postos em diversos escalões na administração publica²². A emigração para o Senegal ocorre na mesma época.

E já em 1900, com a emergência dos Estados Unidos como potência econômica mundial, estimula uma nova corrente emigratória cabo-verdiana de grandes proporções. Segundo registros de António Carreira de 1900 a 1920 teriam emigrado cerca de 18.629 cabo-verdianos para os Estados Unidos (CARREIRA, 1977, pag.63).

De 1920 a 1960 é a fase da *luta pela hegemonia* entre as potências econômicas mundiais, durante este período “se empreenderam disputas e guerras em torno dos frágeis termos da globalização”, estabelecidos no final do período anterior (ROBERTSON, 1994, pag.35).

A II Revolução Industrial traz “a aplicação de novas tecnologias e novas formas de organização, não só a produção material, mas também quanto à energia e transportes permitindo assim uma maior dissociação do consumo”. Isso influencia diretamente no surgimento de novos fluxos migratórios (SANTOS, 1992,pag.26).

A II Guerra Mundial (1939-1945) leva a grandes mutações no campo social e econômico. Com o seu término inicia-se um grande período em que a tecnologia constitui sua força autônoma e todas as outras variáveis do sistema são de uma forma ou

²²Após a conferência de Berlim, os migrantes cabo-verdianos para a Guiné ocupam postos administrativos, segundo Andrade entre 1920 e 1940 mais de 70% dos empregos públicos na Guiné Bissau são ocupados por cabo-verdianos ou seus descendentes (ANDRADE, Apud GRASSI, 2003, pag.105).

de outra a ela subordinadas, em termos de sua operação, evolução e possibilidade de difusão (SANTOS, 1992, pag.27).

No período pós-guerra a Europa passa por intensos desequilíbrios regionais em termos econômicos e de limitação do uso do território. Devido as guerras, a ideia de ordenamento do território ganha sustentação teórica e ideológica, obra não só do desenvolvimento das sociedades, mas também, das suas demandas. Assim, antes do fim da II Guerra, em 1944, surge na França à expressão *aménagement du territoire*. Primeiramente esta expressão foi utilizada pelo serviço responsável para a realocização de polos/centros industriais. Em 1950, com o fim da guerra, o ordenamento territorial torna-se num objetivo político, com a finalidade de conseguir a melhor distribuição populacional em função dos recursos naturais e atividades econômicas (MADIOT, 1993, pag.40).

A periferia colonial também foi afetada pela II Guerra Mundial porque após a guerra, as potências metropolitanas, viram-se obrigadas resgatar recursos humanos e materiais de suas colônias. Isso provoca um novo ciclo de emigração da mão de obra de países periféricos para as metrópoles industriais. O campo das emigrações internacionais se estende e adquire novas proporções, incluindo de forma intensa regiões semi-industrializadas em especial a África (GRASSI, 2003, pag.5). Esse alargamento do campo emigratório é entendido como sinal da extensão internacional do modo de produção capitalista e da generalização, por meio dos fluxos de mão-de-obra, das relações internacionais hierarquizadas. Isso contribui para a difusão geográfica das formas integradas no capitalismo mundial (MERCIER, Apud GRASSI, 2003, pag.5).

O arquipélago de Cabo Verde, com seus fracos recursos materiais participa desse novo momento com o fornecimento de mão de obra, às principais potências da época. Sucede em Cabo Verde nessa altura uma corrente moderna de emigração. Esta foi de extrema importância para a mudança do cenário social, cultural e econômico da ilha da Boavista. Os emigrantes da década de 60/70 que retornam a ilha vêm da Holanda, da França, do Luxemburgo, da Suíça, da Alemanha, dos Estados Unidos, de Portugal, da Itália, do Brasil, da Argentina, da Grécia entre outros. No século XX, formam uma classe com grandes poderes econômicos (LIMA, 1997, pag.234) que promove profundas mutações em Boavista, no panorama socioeconômico e cultural. Categorizam-se os sentidos destas mutações: primeiros, no aspecto econômico “emigrar significava casa farta” e quanto a aspectos sociais há uma ascensão de famílias como parentes emigrados, chegando

segundo Lima, a destronar a velha classe dos donos do gado, dos proprietários e dos comerciantes. Segundo, quanto ao aspecto cultural, vários hábitos são recebidos e tradicionais *inputs* da pureza da globalidade. O autor argumenta “Muito exibicionismo, quando os emigrantes começaram a infestar a ilha de pick-ups, mais tarde de aparelhagens de som, e de músicas e danças estrangeiras, cada um conforme a moda da época e/ou do país de acolhimento uns distinguiam-se pelo twist, outros pelo Chá-chá-chá”(LIMA, 1997, pag.235).

Alguns costumes são interrompidos como é o caso das serenatas pelas ruas de Sal Rei, caracterizadas por enormes cortejos ao luar de homens cantando e tocando de porta em porta, aqui uma morna aqui uma mazurca ou um samba (ALMEIDA, 1993, pag.9).

Algumas danças tradicionais como a *Mazurca* e a contradança se tornam menos habituais enquanto outras, como o *Landun* e a *Coladeira* são incentivadas. O *Landun*,²³ uma dança de raiz Banta²⁴, derivada do batuque realizada nos rituais de casamento “hoje constitui motivo de orgulho” do povo de Boavista. E a *coladeira*, uma dança que se realiza à base de umbigadas, ao ritmo do tambor, como explica Lima, “descendente também dos batuques africanos e [é] levado para Boavista pelos escravos de Santiago, por altura do povoamento da ilha” este até hoje persiste na ilha e esta é associada genericamente às festas tradicionais, nomeadamente de S.João Batista, nas povoações do Norte, Santa cruz, no Rabil; e Santo António, em todas as povoações da ilha (LIMA,1997,pag.248).

Mas, de modo geral, pode-se dizer que as correntes emigratórias cabo-verdianas constituíram uma “protoexperiência de globalização” do cabo-verdiano. A emigração é um capital cultural da constituição da cabo-verdianidade (SILVA,2001, pag.26).

Por mais paradoxal que possa eventualmente parecer, a dispersão geográfica, provocada pela emigração, gerou e tem gerado no cabo-verdiano a consciência, ou melhor, o sentimento de identificação não só com Cabo Verde enquanto espaço global, como com a comunidade cabo-verdiana espalhada pelo Mundo. Correia e Silva diz: “É como se fosse preciso distanciar para que a terra mãe apareça-se ao emigrante total e inteira, emergida do fundo azul da saudade, daí o sentimento de uma cabo-verdianidade

²³ O landun proveio das danças de roda típicas africanas, denominadas pelos portugueses de Batuque. Essas danças, ditas batuque, seriam localizadas no Congo pelo expedicionário português Alfredo Sarmiento seu “apontamento” de “viagens” sob o título “Os Sertões de Africa”(LIMA, 1997, pag.235).

²⁴ Não são propriamente uma raça, que se mistura aos vários tipos de povos na África e torna difícil de diferencia-los todavia, aceita-se um padrão qualificado tendo por características, nas zonas Sub equatoriais e Austral. Modelo: Nigrítico Puro um individuo de estatura mais baixa que o original, de fisionomia menos rude, a cabeça dolicocefala e suficientemente alongada, cujo *prognatismo* se não pronuncie tanto sendo o nariz proeminente e na sua base menos largo (GONZAGA,1965, pag. 57).

alargada, de uma espécie de Pan-cabo-verdianidade que abarca todas as comunidades, vai apenas um passo” (SILVA, 2001, pag.26).

Um sentimento de saudade ou *sodadê* (em *crioulo*) que emerge em um dos gêneros musicais mais tradicionais de Cabo verde, a *Morna*²⁵. Este gênero musical nasce segundo estudiosos na ilha da Boavista. A Morna é a expressão máxima da dor e do sofrimento do povo cabo-verdiano: dor da época da escravatura, e de sofrimento, da partida ou da saudade do ente querido ausente com a emigração (LIMA, 1997, pag.248).



Figura 7. Músicos antigos, 1956, e novos. Fonte: Tith Ramos.

As décadas de 60-70, de um modo geral pode-se dizer que foram de grandes recriações e de importantes transferências de costumes em Boavista.

Mas, para além destes estímulos, o país passa por um período de intensa inserção de códigos e estruturas Ocidentais com a reestruturação do modelo de domínio Europeu em África. Introduzem-se estruturas políticas europeias, práticas capitalistas contemporâneas e ideias Ocidentais, que conformam as elites, as bases socioeconômicas e o perfil dos novos Estados que emergem na segunda metade do século XX como integrantes do sistema *Westfaliano* mundial (VICENTINI, 2010, pag. 18-19).

No caso de Cabo Verde, a formação da futura elite dirigente e o perfil do novo estado após a independência é analisado por José Carlos dos Anjos em sua obra “Intelectuais e Poder em Cabo Verde”. Segundo o autor a elite cabo-verdiana primeiramente foi intelectual e havia se formado nas décadas de 20-30 em Portugal.

A identidade²⁶ “forjada” na viragem dos séculos XIX para o XX buscava afirmar um regionalismo específico a Cabo Verde dentro do império português. “O projeto

²⁵Morna –cançãotípica de ritmo dolente (VEIGA, 2012, pag.276).

²⁶ Foi criada e ancorada na construção da mestiçagem, a base identitária cabo-verdiana corroborava do discurso ideológico do fascismo português (ANJOS, 2002, pag.101), ocultando a violência colonial

civilizador português em Cabo Verde foi realizado, principalmente, por meio da educação” (BARROS Apud ELLERY, 2009, pag.79). A elite cabo-verdiana formada em Portugal ocupou cargos administrativos em diversos países da colônia, resultando em status diferenciados entre os cabo-verdianos e demais colonizados: “foi formada uma elite intelectual em Cabo Verde que compactuou com o projeto colonial por meio da criação de um conjunto de ideologias que afirmava a superioridade dos mestiços cabo-verdianos, com a justificativa da assimilação” (ELLERY, 2009, pag.102).

Com a formação da elite intelectual, a sociedade colonizada cabo-verdiana, que anteriormente se estrutura sob a dominação racial de uma minoria branca sobre a maioria negra da população, passa a “uma sociedade estruturada sob a dominação de elites que, pela manipulação dos códigos político-culturais ocidentais, fazem a mediação entre o sistema internacional e a população local” (ANJÓS, 2002, pag.23).

Paralelamente a ascensão da elite cabo-verdiana com o fim da II Guerra Mundial havia intensificação de demanda de mão de obra e matéria prima das colônias para as metrópoles Europeias e esse cenário “fortaleceu” elite dominante. “O mito do *super-homem branco* desmorona e povos coloniais começam a despertar de seu torpor” (VICENTINI, 2010, pag.23). Enquanto isso, o “enfraquecimento” do colonizador europeu é impulsionado pelo início de um período tecnológico, no qual potências como os Estados Unidos adquirem força, e, pouco a pouco, ingressam nos mercados europeus e latino-americanos (SANTOS, 1992, pag.27).

O cenário caracterizado pela proliferação de estados nacionais, queda tarde da PaxBritânica e acirramento do período tecnológico (eletrônica e termonuclear). Assim, inicia-se uma nova fase que parece ser uma grande indeterminação global-tanto assim que a própria ideia de incerteza promete tornar-se globalmente institucionalizada (ROBERTSON, 1994, pag.24). Em África, as elites dominantes faziam grandes revoluções em prol das independências nacionais. O ano de 1960 é tido como o *Ano africano* com a tomada de independência da maioria dos países²⁷.

Em territórios colonizados por Portugal a luta pela libertação veio acontecer mais tarde. Entretanto, nessa altura a elite cabo-verdiana incentivada pela onda de “independências

racista e facilitando, internamente, a ocupação de posições privilegiadas na estrutura social pelos mestiços letrados.

²⁷ Camarões, Congo - Brazzaville, Gabão, Tchad, República Centro-Africana, Togo, Costa do Marfim, Daomé, Alto Volta, Níger, Nigéria, Senegal, Mali, Madagascar, Somália, Maurítânia e Congo-Leopoldville. Depois em 1961-1966, foi a vez de Serra Leoa, Tanzânia, Uganda, Ruanda, Burundi, Quênia, Gâmbia Botswana e Lesoto (VISENTINI, 2010, pag.19).

africanas” passa a engrenar-se na política e a estruturar as guerrilhas de luta para a independência da Guiné e de Cabo Verde.

Durante a década de 1970 agravam-se os problemas econômicos das potências econômicas mundiais, consubstanciados no desgaste da hegemonia dos EUA. Esta “conjuntura de crise foi aproveitada pelos movimentos revolucionários e de libertação nacional em países do terceiro mundo” (VICENTINI, 2010, pag.47-48).

Em Cabo Verde a elite dominante tira proveito e desencadeia uma verdadeira revolução rumo à independência nacional, usando os códigos Ocidentais (ANJOS, 2002, pag. 598). Assim do final de 1974 a 1975 a colonização portuguesa, das mais longas do continente africano, assiste a sua queda definitiva com as independências de Guiné Bissau (Setembro de 1974), de Moçambique (Junho de 1975), de Cabo Verde (Julho de 1975), de São Tomé e Príncipe (Julho de 1975) e de Angola (Novembro de 1975).



Figura 8. Comemoração da Independência de Cabo Verde em Boavista. Fonte: Tith Ramos.

A elite cabo-verdiana que se aproveita do momento de “fraqueza” do colonizador está envolvido pela conjuntura da efervescência de descolonização de África. Esse grupo esboça uma onda de nacionalismo em reação a um novo tipo de imperialismo mundial pelas realizações do capitalismo industrial. Este requer a necessidade de um mercado em constante expansão para os seus produtos, pressionando a burguesia espalhar-se por toda a face do globo (MARX; ENGELS, Apud ANDERSON, 2008, pag.197).

Com isto, a proliferação das sociedades nacionais é um aspecto da globalização, pois a difusão da ideia de sociedade nacional como forma de socialismo institucionalizado é fundamental para a aceleração da globalização (ROBERTSON, 1994, pag.34).

Todavia, o molde do novo Estado cabo-verdiano, pelas mãos da elite dominante ocidentalizada, se assenta na assimilação cultural de ideias Ocidentais e das estruturas políticas europeias. Uma assimilação cultural que revelou uma base sólida da dependência *neocolonial* (VICENTINI, 2010, pag.36).

Esta relação *neocolonial* também é assegurada, após a formação dos Estados nacionais africanos, por causa da sua carência tecnológica e técnica. Pois com a sofisticação do modo de desenvolvimento neste período, a tecnologia passa a ser a condição essencial para o “crescimento” dos países. A tecnologia constitui força autônoma e todas as outras variáveis do sistema passam a ser subordinadas a ela, em termos de operação, evolução e possibilidades de difusão. Ou seja, os países que ‘detém’ a tecnologia é também os mais desenvolvidos (SANTOS, 1992, pag.27).

Para suprir a carência de técnicos e tecnologias, os jovens Estados africanos lançam mão da relação de cooperação na área do ensino para sua elite, futuros administradores dos países. Assim sendo a carência tecnológica e a falta de técnicos tornam-se fatores estruturais de uma relação tipicamente *neocolonial* (VICENTINI, 2010, pag.36).

Houve avanços dos meios de transporte nessa fase que não resultaram apenas da multiplicação do número de diligências, mas da invenção e produção em massa de meios de transporte inteiramente novos: navios, trens, automóveis e aviões.

Dentre todos os fatores técnicos da mobilidade, um papel particularmente importante foi desempenhado pelo fluxo de informação (uma espécie de comunicação em que não há o movimento de corpos físicos ou quando o há só o faz secundariamente e marginalmente). Pois graças ao fluxo de informação torna-se possível a dissociação geográfica das diferentes atividades. Essa dissociação geográfica, por sua vez, vai impulsionar o surgimento de empresas multinacionais difusas globalmente. E vai também, impulsionar o novo modelo de reestruturação do capitalismo mundial durante a década de 1980 e 1990.

A década de 1980 é marcada especialmente pela emergência de uma nova “ordem mundial” com a introdução de ideias liberais, a desregulamentação do mercado, a tendência a economias *flexíveis* e à *flexibilização* dos lugares, pela alta mobilização do

capital e a inserção subordinada dos territórios nacionais periféricos no processo de globalização financeira e de mercados (RÜCKERT... IN: MELLO; ROSALVO, 2005, pag.33).

Particularmente, os Estados africanos nos anos de 1980 sofriam os devastadores efeitos da crise e da reestruturação da economia (VICENTINI, 2010, pag.58). Isto, por sua vez, agrava as condições de vida das populações dos países africanos acarretando uma intensa migração do campo para as capitais africanas.

Contudo, entre a década de 1960 e de 1980, a maioria dos governos africanos tenta reverter processos de colonização de concepção ocidental, mobilizando energias e recursos para o desenvolvimento socioeconômico (HABERSON, 2012, pag 24).

A Guerra Fria domina a cena global neste período de descolonização e descentralização. Entretanto, a transformação pós-colonial do Terceiro Mundo se destaca deste quadro e o supera em importância, enunciam Negri e Hardt (NEGRI; HART, 2002, pag. 270).

Em nível mundial, a articulação de um terceiro bloco (1956), constitui-se a tentativa de contrabalançar as forças políticas dos blocos hegemônicos: EUA e URSS. O Terceiro Mundo, como foi chamado, designaria também a situação dos países não desenvolvidos e um determinado relativismo cultural insurgiu-se no decorrer da segunda metade do século, possibilitando uma situação totalmente nova e o Terceiro Mundo é visto como a expressão do potencial de liberdade das populações subalternas. E, assim sendo, a exploração e a dominação passariam a ser impostas com novas roupagens; e, por outro lado, o mito da modernidade, portanto da soberania, não estava acessível a todos (NEGRI; HART, 2002, pag. 270).

O mercado mundial começa a aparecer com estrutura de hierarquia e comando de redes globais de circulação. A incompatibilidade dos processos resultantes das lutas de libertação foi integrada em diferentes velocidades (NEGRI; HART, 2002, pag. 272). Os regimes de fluidez e de mobilidade (migração) inclusive da população dificultam a administração de mercados nacionais. Estes não são mais o domínio adequado para aplicação do comando capitalista e as populações fogem em busca de trabalho no Primeiro Mundo, formando-se, por isso, no seu território guetos, favelas e novas periferias (idem, pag. 274) enquanto bolsas de valores, bancos, sedes de corporações, distritos de negócios, redes de hotéis se instalam no Terceiro Mundo. Ambas as geografias desestabilizam-se tendo como domínio unificador coerente o mercadomundial (Idem, pag. 275).

Deste modo, a partir de 1980, as agendas na África Subsaariana (que incluem pontos como: redução da pobreza e equidade social) passam novamente a ser definidas pelo exterior: ONGs, doadores, organizações supranacionais, instituições financeiras baseadas em “teorias neoclássicas de economia política” que provocam um retrocesso nas administrações governamentais africanas (HABERSON, 2013).

Na década de 1970 e 1980, em Cabo Verde, registra-se um alto percentual de migração interna para a capital cabo-verdiana, a cidade da Praia tem um aumento populacional superior a 64% (INE); enquanto nas regiões periféricas o cenário é inverso, como no caso de Boavista. A ilha, de 1970-1980, registra uma diminuição de 0,6% da sua população, após um crescimento médio anual pouco expressivo, menos de 1%, durante o período 1940-1970 (Perfil Urbano da Boavista, Câmara municipal da Boavista, pag.9).

Perante o cenário de intensificação da crise, os jovens Estados africanos veem-se obrigados a recorrer ao Fundo Monetário Internacional e ao Banco Mundial. O crescente endividamento desses Estados, durante a década de 1980, resulta na chamada *década perdida*, na qual a economia africana regredia aos padrões de trinta anos antes e a dívida externa desses países chegava em 1990 a 90% do PIB, o dobro da década 1980 (VICENTINI, 2010, pag.58).

A crise por que a maioria dos países passa nos campos da economia, das ideias das instituições, transformações do sistema capitalista como um todo, a falência do planejamento centralizado e o fim dos padrões tecnológicos dominantes desde o pós-guerra, associados ao ideário político-econômico liberal inspiram as ações que visam às reestruturações econômicas e territoriais (RÜCKERT... IN: MELLO; ROSALVO 2005, pag.32).

O foco dos agentes internacionais, período de 1990, sobretudo, do Fundo Monetário Internacional e do Banco Mundial é o alinhamento dos países em desenvolvimento, pressionando a implementação de mudanças nos modelos de desenvolvimento e as reformas democráticas apesar de a maioria dos países manter, ainda, resíduos de autoritarismo (HABERSON, 2013).

Assim se inicia nova fase da globalização a partir dos anos de 1990, chamada aqui de *globalização contemporânea* – para demarcar e complementar as fases criadas por

Robertson citadas anteriormente. As características desta fase, assim como a situação de Cabo Verde serão delineadas a seguir.

Neste contexto ocorre uma intensificação da adequação dos Estados africanos aos novos padrões do sistema capitalista mundial, ou seja, há uma ativação da inserção dos estados periféricos nos mercados internacionais. Surgem, com isso, novas colônias periféricas no mundo “subdesenvolvido”; novas formas de industrialização com a internacionalização da divisão do trabalho; e a chegada do capital e da tecnologia dos países “adiantados” com a intenção de uso de uma força de trabalho barata lá onde ela vive, isto é, nos países dependentes (SANTOS, 1992, pag.28), o que converte os seus trabalhadores em, também, novos consumidores.

Entretanto, nota-se que as “incertezas” do período anterior da globalização, definidas por Robertson, embaralham-se com o discurso da vitória da “ideologia neoliberal”, advento do período Reagan e Thatcher. Este discurso vincula argumentos em favor da desregulamentação do mercado; do fim do intervencionismo, da burocratização, da ineficácia, das certezas e das receitas (MARICATO, 2002, pag. 129). E um outro tipo de certeza emerge basta lembrar como é que as diretrizes do Consenso de Washington se tornaram numa agenda inquestionável” para reger os destinos dos países emergentes ou pobres. Um exemplo é a redução do tamanho do Estado (MARICATO, 2002, pag.132). Este protocolo torna-se dogma (pensamento único), mas já em 2008 entra em crise. Isso indica a “fragilidade das generalizações em relação sobretudo aos contextos urbanos” (BOURDIN, 2012, pag. 11).

A inserção com total força dos Estados africanos na nova ordem do capitalismo mundial torna-se possível graças às condições impostas pelos órgãos financeiros internacionais. Pois, os empréstimos do FMI, BM e programas de ajuda aos Estados africanos são condicionados às medidas econômicas e políticas liberais.

Algumas das medidas impostas são: a desvalorização da moeda, a redução das tarifas alfandegárias, o corte no orçamento e nos subsídios estatais (que afetam principalmente os setores da educação, saúde e da segurança alimentar), a reforma da agricultura, e a privatizações das empresas públicas (VICENTINI, 2010, pag.63).

Com a liberalização do comércio internacional nessa fase da globalização os países mais beneficiados são os países do norte (antigo Primeiro Mundo). Os investimentos econômicos

são concentrados²⁸ e constata-se, em geral, uma grande desigualdade no impacto da globalização tanto no interior dos países do norte como entre os países do sul (OIT, 2005).

Neste quadro, a África apresentou um fraco dinamismo, uma baixa produtividade da agricultura e uma industrialização incipiente. As cadeias produtivas globais conseguem custos menores do que os processos de produção africana, restando o desenvolvimento de cadeias produtivas locais. Isso implica no aumento da pobreza na África, segundo a OIT. O endividamento externo insustentável e a marginalização relativamente aos fluxos comerciais e financeiros globais também são fatores de desconexão (OIT, 2005) ou de inserção não competitiva nos fluxos dominantes da economia global. Pois isso requer infraestrutura e ambiente propício aos fluxos e dinâmicas da globalização contemporânea. Além disso, a não constituição do mercado, entendido como lugar de exercício de direito, reforça relações de dependência: “a periferia não formou mercados e, portanto, não formou o lugar da autonomia” (OLIVEIRA, Apud MARICATO, 2000, pag. 121).

Mas registra-se, por outro lado, na África Subsaariana, a democratização, a descentralização política, a progressiva constituição de uma sociedade civil, capaz de incorporar os grupos marginais no processo político e produtivo de integração regional incipiente, porém, com sinais de dinamização com a criação de polos de desenvolvimento regional, segundo a OIT (2005), (HABERSON; ROTHCHILD, 2012) e (RADELET2010).

Os processos disseminados pela globalização em Cabo Verde suscitaram uma intensa onda de “privatização e extinção de empresas estatais, favorecendo a ampliação do setor privado em diversas áreas da economia” (MOASSAB, 2013, pag. 2).

²⁸ Os investimentos econômicos são concentrados custos de mão-de-obra, facilidades acordadas aos IDEs e “custos de contexto” (impostos, estabilidade política, legislação laboral...) e diminuição dos custos de transporte e de comunicações, quanto ao capital financeiro especulação os investimentos ocorrem segundo o princípio do melhor rendimento e do menor risco. Há rápida diversificação dos produtos (grande capacidade de inovação e adaptação: crédito, compra e venda de divisas, obrigações, ações) mas para isso é preciso capacidade de endividamento, é preciso mercado. No processo de globalização, os ganhadores [iniciais] foram os que souberam se aproveitar das novas tecnologias e da sociedade do conhecimento ou os que no mundo em desenvolvimento possuíam regiões com grande disponibilidade de mão-de-obra, baixos salários, dinamismo econômico, ainda, os que fizeram investimentos significativos em matéria de capital humano (OIT, 2005).



Figura 9. Publicidade no Jornal a Semana, 1990. Fonte: Jornal a Semana

Medidas indicadas pelos órgãos internacionais, do ponto de vista político, são reformas democratizantes com a realização de eleições livres multipartidárias. Há pressões externas e internas para a democratização dos Estados africanos e os regimes de partido único são substituídos por sistemas liberais democráticos multipartidários (VICENTINI, 2010, pag.63).

O Estado cabo-verdiano no ano de 1991 passava de um regime de partido único a um regime multipartidário²⁹. O sistema de gestão do Estado é substituído pelo sistema liberal político de direito democrático. A “abertura política” representa uma ruptura com os velhos paradigmas políticos com a reforma do corpo político cabo-verdiano. Isto remete o sistema político cabo-verdiano às novas divisões dos poderes: divisão horizontal (legislativo, executivo e judicial) e divisão vertical (central e local).

²⁹ Assim, a 28 de Setembro, a Assembleia Nacional Popular aprovou a Lei Constitucional nº 2/III/90 que, revogando o artigo 4º da Constituição e institucionalizando o princípio de pluralismo, consubstanciando um novo tipo de regime político. O artigo 2º - nº 1, afirma que “a República de Cabo Verde organiza-se em Estado de direito democrático assente nos princípios da soberania popular, no pluralismo de expressão e de organização política democrática e no respeito pelos direitos e liberdades fundamentais” (Artigo 2º - nº1, da CRCV, 2007:8) e o artigo 2º - nº 2, complementa dizendo que “a República de Cabo Verde reconhece e respeita, na organização do poder político, a natureza unitária do Estado, a forma Republicana do Governo, a democracia pluralista, a separação e interdependência dos poderes, a separação entre as Igrejas e o Estado, a independência dos tribunais, a existência e a autonomia do poder local e a descentralização democrática da Administração pública” (Artigo 2º - nº2, da CRCV, 2007:8).

No entanto, nessa altura em simultâneo há o entendimento das “vantagens competitivas das nações” estabelecendo o território como mercadoria estratégica. Se pensar que a condição e a possibilidade de competitividade de cada nação vão remeter a um passado de diferenças econômicas de anos de exploração das periferias, é possível entender a relação de forças que se estabelecem a partir do entendimento da necessidade de competitividade das nações. Onde “o mais fraco é exposto como aquele que não sabe usar suas vantagens competitivas” (PORTER, 1990, pag. 51).

Sob os auspícios neoliberais, Cabo Verde aposta no setor turístico³⁰. O início dos anos de 1990 é marcado pela inserção do país no mercado do Turismo Internacional com o reconhecimento oficial (a lei de base do turismo- nº 21/IV/91) do turismo como o principal via de desenvolvimento socioeconômico.

Com a inserção do país no mercado mundial “competitivo do turismo” iniciam-se os investimentos em ilhas e espaços considerados de grande potencial turístico em Cabo Verde. A partir desse momento a ilha da Boavista, uma ilha considerada, até então, periférica, no cenário nacional, passa a ser um importante espaço de “captação de recursos” para o desenvolvimento de Cabo Verde. Já no início da década de 1990, são iniciados os empreendimentos turísticos estrangeiros nessa ilha. Surgem os Hotéis *Marine Clube*, de proprietário italiano, na praia de Cabral, vizinha da vila de Sal Rei e, depois, os Hotéis *Estoril Beach e Village de Chaves*. Inicia-se, assim, uma nova era em Cabo Verde e, em especial, em Boavista. Uma era de consumo, e com ela o consumo do espaço³¹.

Na altura, em suma, o contexto vivido em Cabo Verde é de *flexibilização* econômica com a alta mobilização do capital, de *flexibilização* política com a emergência do processo de descentralização e de inclusão do país no mercado globalizado do turismo bem como de tendência a “flexibilização de lugares”.

Este panorama é vivido em outros países periféricos e conduziu esses Estados “a reatualizarem suas políticas externas e internas e a requalificarem suas opções e necessidades de ordenação territorial e de desenvolvimento” (RÜCKERT... IN: MELLO; ROSALVO, 2005, pag.32).

O Estado cabo-verdiano utiliza as políticas externas e internas para qualificar as suas diretrizes de desenvolvimento e para suprir a necessidade de ordenação territorial e de

³⁰Embora tivesse uma boa posição oceânica para tirar partido da intensificação da navegação.

³¹ Esse assunto é retomado no capítulo 2.

assegurar a soberania do Estado sobre o território. No que se refere á política externa, em 1993, o Estado cabo-verdiano definiu o território nacional com a aprovação do tratado de delimitação da fronteira marítima entre a República de Cabo Verde e do Senegal (B.O. I Série nº 25, Resolução nº29/IV/93).

Quanto à política interna, no mesmo ano é aprovada a lei base do Ordenamento Territorial em Cabo Verde. O princípio desta política prescreve que: “O território cabo-verdiano é patrimônio coletivo da Nação, incumbindo ao Estado e aos municípios promover o seu ordenamento territorial e urbano de acordo com o interesse público e no respeito pelos direitos, liberdades e garantias dos cidadãos” (B.O.I Série- nº 25, nº85/IV/93. Artigo 2º). Pode-se dizer que se trata de um instrumento de planejamento, de organização e de aplicação da racionalidade espacial das ações do Estado cabo-verdiano com vista às necessidades e às diretrizes do projeto de desenvolvimento. O turismo, como o principal viés do projeto de crescimento de Cabo Verde, coloca como parte da estratégia os Zoneamentos Turísticos, áreas reservadas ao setor turístico. São definidas como: “áreas que por possuírem excelentes condições geográficas e valores paisagísticos têm especial aptidão para o Turismo” (decreto legislativo 2/93).

Nesse sentido são construídas as condições para a abertura dos portões “de par em par” para o Turismo Internacional. Já em meados da década de 1990 grandes cadeias de Hotéis e Resorts abordam o país, principalmente a ilha da Boavista. Nesse contexto como país periférico, Cabo Verde insere-se no processo de expansão da indústria do turismo pelo mundo, sistema em que empresas turísticas buscam “ver cumprida a expectativa de entrar no mercado, de expandir fronteiras, de colonizar novos espaços que agreguem valor à oferta, diversificando-a e colocando um selo de autenticidade ao recém-incorporado” (MOLINA, 2004, pag.25).

Este é um fenômeno característico da globalização contemporânea dado pelo conjunto de condições criadas pela tecnologia de informação e comunicação o que oferece às grandes empresas um poder antes inimaginável.

“O desenvolvimento de novas técnicas de processar e explorar a informação torna possível um aumento da concentração do poder de comandar e, em consequência, um mais irresistível impacto de forças externas; nesse processo, a multiplicação de estruturas financeiras com dimensões internacionais joga um papel decisivo” (SANTOS,1992,pag.29).

A crescente possibilidade de desenvolvimento do turismo, com destaque para a área da construção civil, associada à reduzida mão de obra local torna a ilha um espaço de atração de novos atores nos anos de 1990. Pelo número de atividades que envolvem, direta ou indiretamente, o turismo provoca um impacto notável na disponibilização de ofertas de trabalho com consequências no aumento exponencial da população, transformando a ilha num potencial receptor seja de migrantes de outras ilhas à procura de trabalho e melhores condições de vida sejam de estrangeiros.

Há uma intensificação de migrações nacionais em direção a ilha, principalmente de pessoas oriundas da ilha de Santiago. Por outro lado, no plano internacional “populações, sobretudo da costa africana, mas também da Ásia e da Europa (...). Italianos, Portugueses, Espanhóis, Ingleses, Nigerianos, Guineenses, Chineses, Senegaleses” passam a chegar a Boa Vista. Segundo a OMI o “posicionamento estratégico de Cabo Verde situado nas rotas de África, Europa e América e a proximidade do Senegal” é um dos fatores de atração desses novos grupos (OIM, 2009 pag.67).

Boavista uma ilha de forte tradição de emigração, com a sua inserção no mercado do turismo internacional passa a ser uma ilha também de migração.

A Ilha da Boavista passa por uma grande transformação demográfica nas últimas décadas. O crescimento da população adquire nova dinâmica, consequência do início da exploração turística na década de 90 e seu acirramento em 2000, e a ilha se converte em destino de contingentes imigratórios.

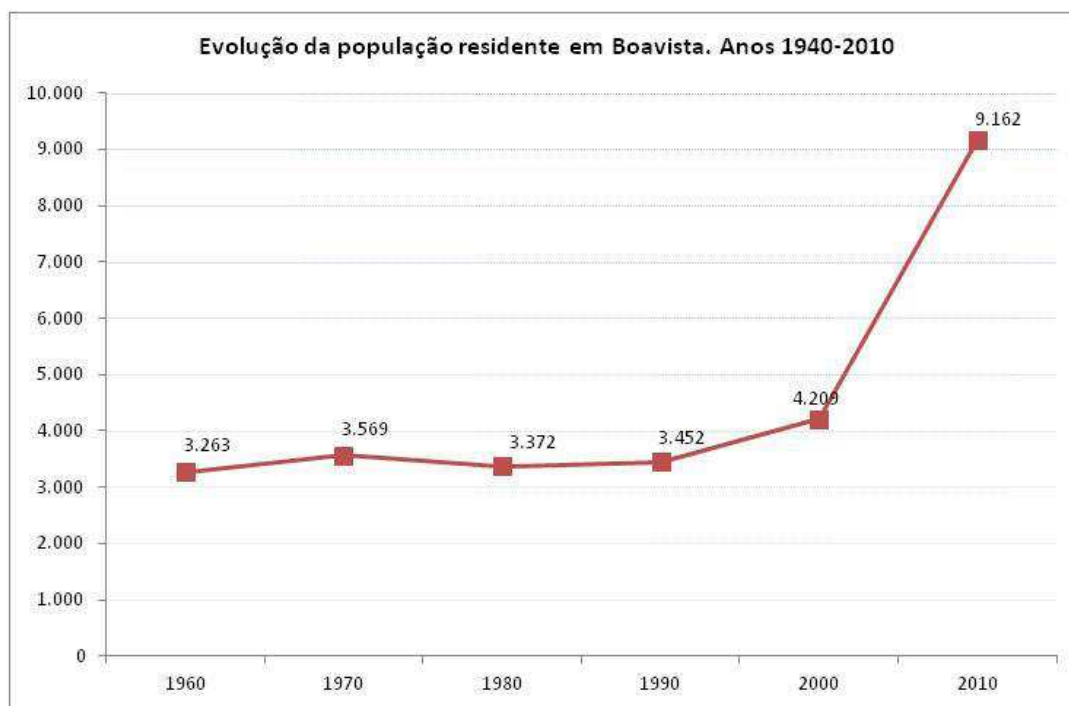


Figura 10. Gráfico da evolução da população (1940-2010). Fonte: Perfil Urbano de Boavista, 2012, pag.10.

Com efeito, nos últimos 10 anos a população da ilha cresce exponencialmente a um ritmo médio anual de 8,1%, passando de 4.209 para 9.162 habitantes, conseqüenciada forte imigração para dar resposta à demanda da atividade imobiliária turística (Perfil Urbano de Boavista, 2012, pag.9).

Esse crescimento populacional é sentido principalmente na cidade de Sal Rei³², o centro administrativo e econômico da ilha. Hoje a cidade tem 5.440 habitantes, 59,4% da população residente em Boavista. Das 2.601 famílias residentes na Ilha 67,7% (1.759) residiam na Cidade de Sal Rei, majoritariamente homens (65,6% da população) (CÂMARA MUNICIPAL DA BOAVISTA-Perfil Urbano da cidade de Sal Rei, Fevereiro, 2012, pag.12).

³²Anteriormente vila, foi elevado à categoria de Cidade em 2010 (Lei nº 77/VII/2010 B.O nº 32, I Série, de 23 de Agosto de 2010).

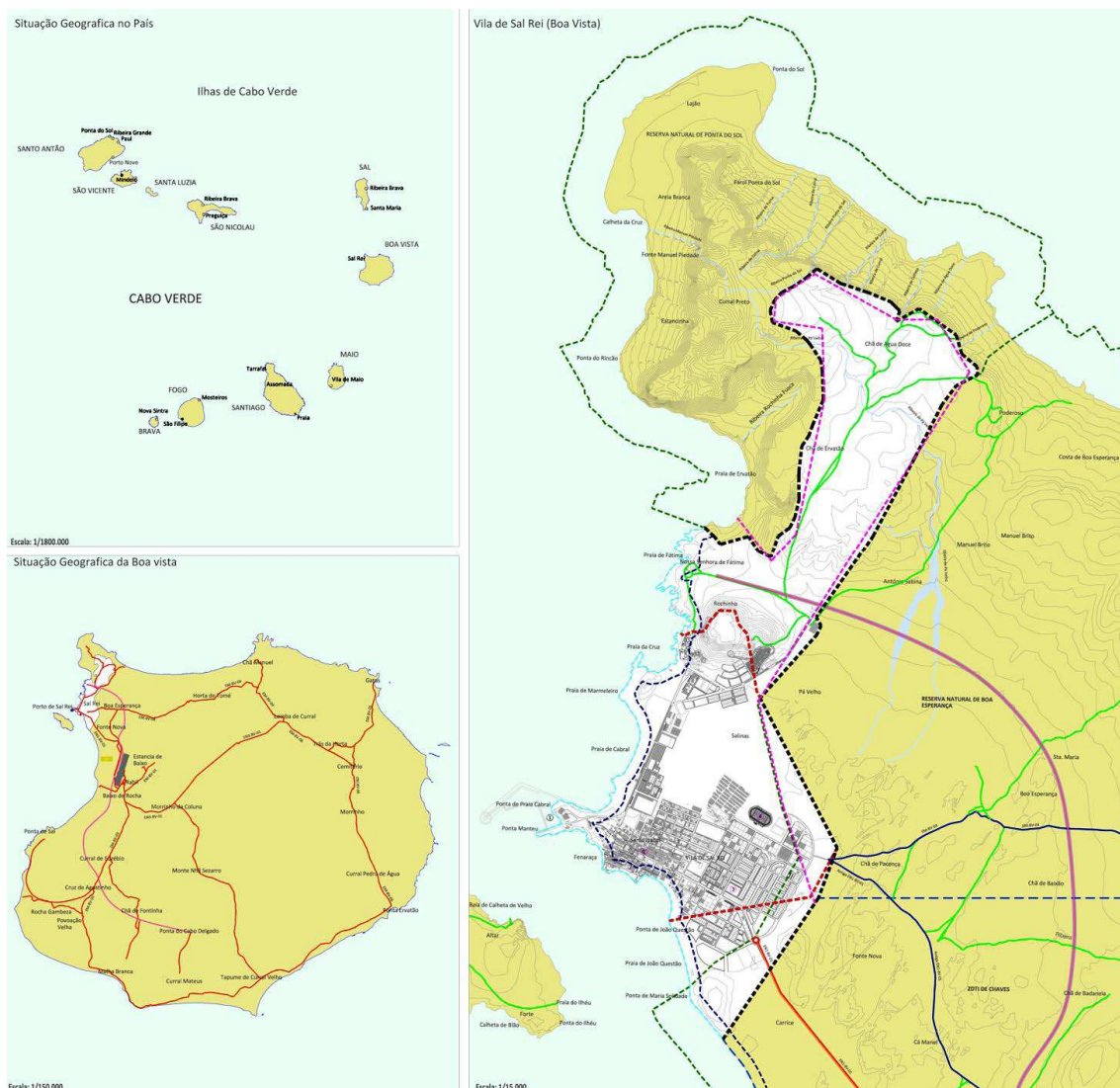


Figura 11. Localização geográfica de Sal Rei em Boavista. Fonte: Proposta de Plano de Desenvolvimento Urbano de Sal Rei.

Em 1970, a cidade de Sal Rei resume-se aos bairros de Santa Isabel e Farinação próximas ao Porto. Em virtude do início da “exploração turística”, há o crescimento da população e a consequente expansão da cidade. A partir da estrutura inicial a vila se expande, tanto na direção este/interior (atual Reserva Natural de Boa Esperança) como em direção à praia de Cabral (oeste) dando origem a bairros como Farinação, Padre Varela, Riba d’Alto ou Bom Sossego, Rotchinha e Zona de Liceu (CÂMARA MUNICIPAL DA BOAVISTA -Perfil Urbano da cidade de Sal Rei, Fevereiro 2012,pag.32).

Em 2000, a grande maioria da população reside no meio rural (52%).Em 2010 a situação se inverte 59% reside na cidade de Sal Rei, aumentando consideravelmente a

densidade populacional com as diversos impactos negativos no desenvolvimento urbano como, por exemplo, o surgimento de bairros precários.

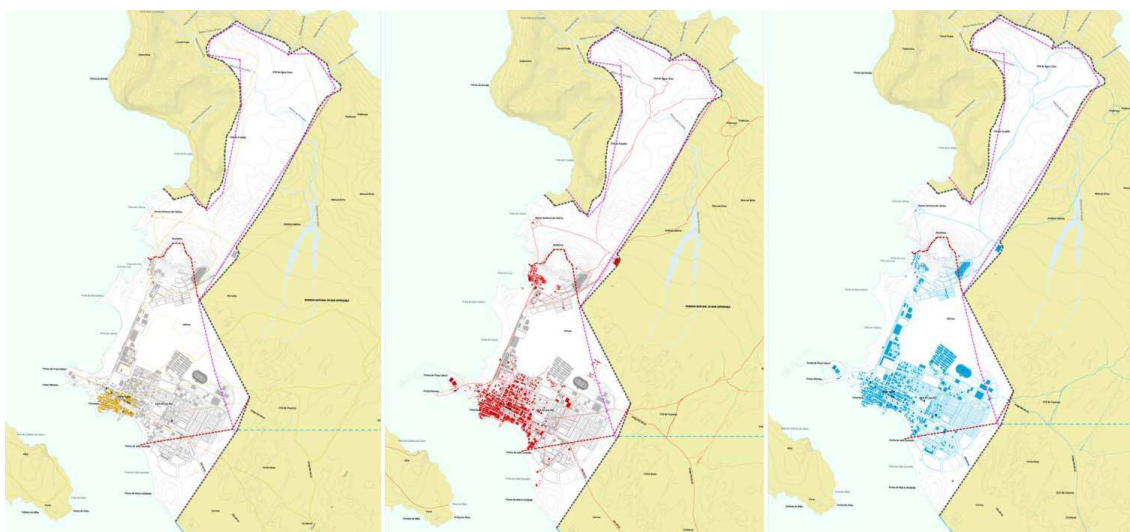


Figura 12. Expansão de Sal Rei anos de 1970, 2000 e 2010. Fonte: Proposta de Plano Desenvolvimento Urbano de Sal Rei, pag.32.

Considerando a perspectiva histórica aqui exposta, o processo iniciado nas últimas décadas com a consolidação da matriz econômica em nível mundial, sob os preceitos do neoliberalismo, tem envolvido novas formas de dominação social e política na geopolítica internacional, com profundos impactos nos territórios, sobretudo nos países subalternos. Cabo Verde, sob dominação do norte global nos últimos cinco séculos, o período contemporâneo da globalização só faz mudar os atores dominantes. Porém, a relação de subalternidade colonizada do país prevalece inalterada.

Na chamada fase *Globalização contemporânea*, as polarizações configuram-se entre centro, periferia e semiperiferia (AMIN, Apud. NEGRI; HART, 2002, pag. 356). Negri e Hardt dizem que estes se distinguem por diferentes formas sociais, políticas e burocráticas, diferentes processos produtivos e diferentes formas de acumulação. A clivagem entre norte e sul agrega o mesmo sentido, pois, as “diferenças reais” entre países e culturas são superadas em função de uma “unidade tendencial de formas políticas, sociais e econômicas”, que homogeneízam uma “potencial” oposição internacional ao capitalismo dominante (NEGRI; HART, 2002, pag.356).

No contexto da fragmentação e da dispersão territorial da produção flexível, mediante a coordenação das firmas transnacionais, as cidades se situam como interfaces entre o global e as regiões dos campos de operação rotineira: fornecedoras de insumos,

território agrícola, da mineração, da siderurgia e de outras indústrias sujas. Há os espaços de transição entre coordenação da produção e operação rotineira, entre espaços mais conectados e menos conectados, entre centro, periferia e semiperiferia. Há os paraísos fiscais, os paraísos artificiais (como Dubai) e as paisagens turísticas *Tourismscape*³³, na qual se inscreve a Ilha de Boavista. Neste caso, uma paisagem turística do Sul ou da periferia da globalização contemporânea.

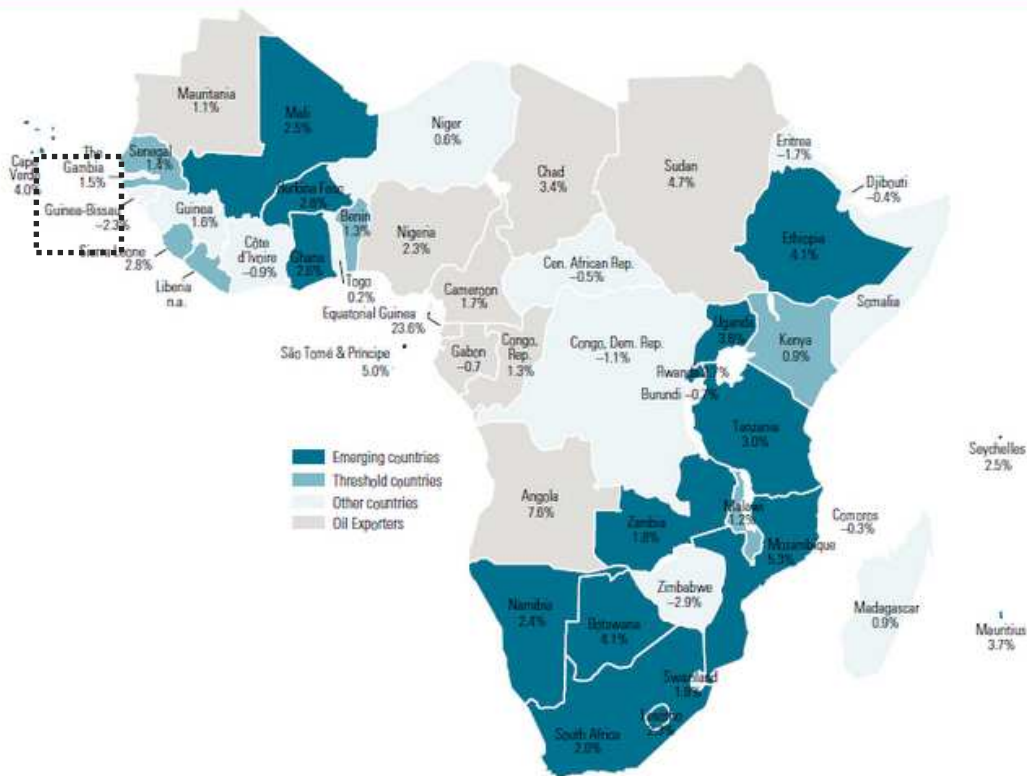
O turismo constituía de inserção subalterna de Cabo Verde na economia global contemporânea. O turismo na ilha de Boavista resulta e produz configurações específicas entre grupos, pessoas e espaços: processos de planejamento, de projetos empreendedores, nativos, migrantes, recursos naturais como as praias, seus corais, sua fauna, aspectos culturais, socioeconômicos e mudança administrativa do Estado. Como resultado, o turismo torna-se o mais importante setor econômico de Cabo Verde representando 25% do PIB(INE 2013).

Apesar do crescimento do turismo, o seu impacto relativo em termos de geração de emprego direto ainda não é muito expressivo. Em 2008 o conjunto de estabelecimentos de alojamento empregava diretamente um total de 4.081 pessoas – ou 01 emprego direto gerado por cada 81 turistas entrados –, um crescimento de 18% em relação ao ano anterior, sobretudo nos hotéis (75%) e pensões (8,5%). De realçar o total de estrangeiros empregados que são de 7, 4% (Direção geral do Turismo-Plano Estratégico para o Desenvolvimento do Turismo em Cabo Verde, 2010, pag.53).

No entanto, os prejuízos são todos locais enquanto os benefícios econômicos são distribuídos de forma muito desigual, pois os estrangeiros têm, praticamente, todas as empresas e hotéis (apenas um operador turístico é natural da ilha da Boavista). O setor do turismo concentra as melhores terras da ilha.

³³ Este termo –*Tourismscapes* –atribuído aos locais submetidos a exploração turística, utilizando as redes de relações entre agentes, especificamente por pesquisadores da teoria ator-rede. O termo paisagem não será aqui problematizado. Cf. DUM, V. R. v. d. 'TOURISMSCAPES: An actor-network perspective on sustainable tourism development', Wageningen University, 2005 (Disponível em: http://www.globalislands.net/greenislands/docs/netherlands_tesisrene.pdf, acessado em 20 de Junho de 2012)

Emerging Africa: Average Growth Rates per Capita, 1996–2008



Source: World Bank, World Development Indicators; data for South African Reserve Bank.

Figura 13. Mapa de Emerging África. Fonte: (RADELET, 2010) Kindleedition

Para concluir, no mapa da “Emerging África” Cabo Verde está cotado entre os países no limiar do desenvolvimento: o produto interno bruto cresce 6% desde 1993, as exportações cresceram de 10 para 20% do PIB (embora isso não seja ainda muito representativo); em 1990, 54% das crianças concluíram o curso primário, 90% concluem nos anos de 2000-10; neste mesmo período a mortalidade infantil baixou de 50% para 24%, a pobreza diminuiu, e há eleições pluripartidárias e livres (RADELET, 2010).

2. A PRODUÇÃO DO ESPAÇO FACE À EXPLORAÇÃO TURÍSTICA

2.1 APORTES TEÓRICOS DOS AGENTES PRODUTORES DO ESPAÇO

O capítulo anterior trata do estudo da dinâmica global/local, centrado no projeto colonizador e apenas esboçando as resistências locais. O objetivo é delinear a compreensão das relações de poder historicamente estabelecidas (e suas mutações) situando brevemente o território boavistense nas dinâmicas globais. Para pensar as disputas, as contradições, os conflitos locais no presente, a análise do espaço torna-se um campo privilegiado. O presente capítulo é um estudo do espaço, dos agentes produtores do espaço, das relações de poder que envolvem estes agentes e suas produções no atual contexto de “exploração turística”. Levantam-se questões acerca do sentido e conteúdo do processo de produção do espaço, material e simbólica, bem como as finalidades que orientam essa produção e formas como o espaço é apropriado. Entende-se que existem diferentes formas, significados que envolvem a produção do espaço. A atividade humana se localiza no espaço, criando territorialidades.

A produção do espaço não resulta da mão invisível do mercado, nem de um Estado hegeliano, visto como entidade supra orgânica, ou de um capital abstrato que emerge de fora das relações sociais. Ele é a consequência da ação de agentes sociais concretos, históricos, dotados de interesses, estratégias e práticas espaciais próprias (CORRÊA, 2011, pag.42-43).

Entende-se por agentes produtores do espaço, aqueles que exercem alguma ação sobre o espaço.³⁴ Os agentes produtores em Boavista no atual momento de “exploração turística” seriam: O Estado e seus planejadores, responsáveis pelos meios burocráticos se estabelecer condições para a produção do espaço de outros agentes; os

³⁴ Segundo o dicionário etimológico agente vem de atuar (NASCENTES, 1955, pag.11). Atuar significa exercer atividade, agir. Segundo o dicionário etimológico Cunha, p. 18 agente vem de latim *agēns-ēntis*, part. De *agoagere* “agir”: obrar, operar, atuar, agenciar. Significa também negociar. Agente é o que age, que exerce alguma ação; que produz algum efeito. É o que agencia ou trata de negócios alheios. Pessoa encarregada da direção duma agência (CUNHA, 2010, pag.30).

empreendedores turísticos, detentor do capital, mediante marketing e projetos de arquitetura, com suas estratégias objetivam a reprodução continuada do seu capital; a população (composta por diversos atores) frente as suas necessidades e seus desejos vinculados à realização da vida humana tem o espaço como condição, meio e produção de sua ação.³⁵ Estes agentes executam as suas ações em escalas e em territórios mais limitados e/ou mais amplos, mas não dissociados entre si. A partir da ação dos agentes o espaço é impregnado de materialidade com estradas, centros urbanos, áreas para turistas, imobiliário turístico e pleno de significados diversos. Os agentes tornam material o processo social na forma de ambiente construído, por isso, afirma-se que a produção do espaço não é “um capital abstrato que emerge fora das relações sociais” e os processos sociais são “elementos fundamentais da sociedade e de seu movimento” (CORRÊA, 2011, pag.45).

A sociedade produz o espaço e, ao fazê-lo, revela uma profunda contradição entre um processo de produção, que é socialização, e a apropriação do espaço, que é privada. Desta forma, o espaço se produz criando os conflitos latentes de uma sociedade fundada na desigualdade (uma sociedade hierarquizada em classes) (CARLOS, 2011, pag.68).

Para além dos conflitos, os agentes produtores do espaço protagonizam momentos de alianças ou pactos de poder. A interferência de cada agente na produção do espaço vai depender dos seus interesses, estratégias, das possibilidades que o sistema de “exploração turística” oferece, do seu domínio adquirido ao longo do tempo na estrutura social e cultural que é determinado pelo “sistema de dominação, que dá sentido as práticas sociais”, a relação de poder previamente estabelecida (BORDIEU, 1998, pag.LII). Conforme Bourdieu uma sociedade do sistema capitalista Ocidental é hierarquizada, organizada segundo uma divisão de poderes extremamente desigual. Mas, no caso da ilha da Boavista, atualmente, como se organiza essa distribuição desigual de poderes? Como as formações sociais capitalistas conseguem manter os grupos sociais e os indivíduos hierarquizados? Em outras palavras, como se perpetua uma situação de dominação entre os grupos sociais?

Segundo Bourdieu existe um *espaço social*, “uma estrutura invisível a quais agentes sociais são distribuídos, segundo princípios de diferenciação”. A posição, que pode ser

³⁵Os sujeitos da produção do espaço de Ana Fani Alessandri Carlos. Da organização à produção do espaço no movimento do pensamento geográfico (CARLOS, 2011, pag.65).

distinta ou coexistente, que cada agente vai ocupar no *espaço social* é definida pela diferença de capitais e de poder. As propriedades, tidas como princípios de construção do espaço social, são as diferentes espécies de poder ou de capital que atuam em diferentes campos: social, econômico, cultural e simbólico.

O capital pode existir no estado objetivado, em forma de propriedades materiais, ou, no caso do capital cultural, no estado incorporado, e pode ser juridicamente garantido. O capital cultural representa um poder sobre um campo (num dado momento) e, mais precisamente, sobre o produto acumulado do trabalho passado (em particular sobre o conjunto dos instrumentos de produção), logo sobre os mecanismos que contribuem para assegurar a produção de uma categoria de bens e, deste modo, sobre um conjunto de rendimentos e de ganhos (BOURDIEU, 1989, pag.134).

Para Bourdieu existem três tipos de capital: econômico, simbólico, cultural. O capital econômico é recurso associado aos fatores de produção (terra) e aos ativos econômicos, como bens materiais. O capital cultural, por sua vez, corresponde ao conjunto de conhecimentos e qualificações intelectuais transmitidas pela família e pelas instituições escolares durante a vida do indivíduo. Por último, o capital simbólico está relacionado à acumulação de prestígios e reconhecimento social, pelo indivíduo ou grupo, que preservam, sob seus domínios, recursos considerados essenciais em um determinado campo (BOURDIEU, 2004, pag.149).

Então o *espaço social* seria como um campo de forças, cuja necessidade se impõe aos agentes que nele se encontram envolvidos, e como um campo de lutas, no interior do qual os agentes se enfrentam, com meios e fins diferenciados conforme sua posição na estrutura do campo de forças, contribuindo, assim, para a conservação ou a transformação de sua estrutura (BOURDIEU, 2011, pag.50).

A diferença de capitais vai se traduzir em um espaço de tomadas de posições, de gostos, de estilos, de bens e de práticas em comuns. Em outros termos, o sistema de separação que define as diferentes posições no espaço social, corresponde a um sistema de diferenciação de práticas, *habitus*. A cada classe de posições corresponde uma classe de gostos ou *habitus* produzidos pelos condicionamentos sociais. Em uma dada posição há uma unidade de estilo³⁶ que vincula as práticas e os bens de um agente singular ou de um grupo de agentes que estão nessa posição. Os *habitus* são normas unificadoras e geradoras de características intrínsecas e relacionais em uma dada posição; um estilo de

³⁶A intermediação desses *habitus* e de suas capacidades geradoras, um conjunto sistemático de bens e de propriedades, vinculado por afinidades de estilos (BOURDIEU, 2011, pag.21).

vida e um conjunto de escolhas unívoco de pessoas, bens e práticas. Na verdade quanto mais os agentes tiverem em comum nas dimensões econômicas, sociais e culturais mais próximos vão estar na estrutura social, e quanto menos em comum mais distante.

2.2 TRABALHO DE CAMPO

1) Roteiro das Entrevistas:

Empreendedores turísticos:

Nome:
Idade:
Origem:
Quantas pessoas há na família?
Quantas crianças?
Quantos jovens?
Quantos adultos?
Quantas pessoas moram em sua casa?
Qual a sua formação-escolaridade?
Qual a renda familiar?
Quantas pessoas têm na família?
Qual o seu ofício?
Desde quando está na ilha?

Resultados - APÊNDICE A

2) Roteiro dos Questionários:

Agentes:

Nome:
Idade:
Origem:
Quantas pessoas há na família?
Quantas crianças?
Quantos jovens?
Quantos adultos?
Quantas pessoas moram em sua casa?
Qual a sua formação-escolaridade?
Qual a renda familiar?
Quantas pessoas têm na família?
Qual o seu ofício?
Por onde andou? Já morou fora?
Tem alguém da família que é emigrante?
Desde quando está na ilha?
Trabalha? Onde trabalha?
Porque da escolha da ilha para viver?

Quanto tempo pretende continuar investindo na ilha?
Já investiu em outros lugares?
Quais são os principais motivos da escolha da ilha para investir/ trabalhar/ viver?
O que acha dos empreendimentos?
O que acha da infraestrutura de apoio ao turismo na ilha?
Quais as principais mudanças que vê desde os anos 90?
O que acha da população local?
Dos turistas?
Emigrantes?
Qual o futuro que prevê para a ilha?

Em outro momento já quis morar em outro lugar?
O que acha do bairro onde morra?
Pretende morar no bairro até quando?
Tem relação com a atividade do turismo? Qual?
Tem acesso a todas as áreas da ilha?
Quais áreas frequenta? (com que frequência: diária, semanal, mensal) dos lugares aonde vai?

Se há impedimento de frequentar alguma parte da ilha?
Se visita outras ilhas?
Comente lugares preferidos?
O lugar mais bonito que conhece?
O mais importante?
Avaliação dos serviços públicos saúde?
Educação?
Correio?
Da qualidade de vida urbana transporte, sistema viário, iluminação pública, água, sanitário?
Do comércio?
Você utiliza portos e aeroportos?
As novas estradas?

O que pensa da Câmara municipal?
E do governo?
Os emigrantes? Como se sente em relação a ele?
Tem conhecimento do planejamento? Participou?
Quais as principais mudanças desde os anos 90 até os dias de hoje?
Qual o futuro que prevê para a ilha?
O que faz quando está desempregado?
O que faz para se divertir?
Onde as crianças brincam?
Se gosta de política?
Se participa de movimento social?
O acha dos movimentos sociais locais? Se eles já existiram?
Acha que existe uma disputa territorial na ilha?
Mapear se os turistas saem dos resorts mesmo com tudo incluído? Para onde os turistas vão quando saem dos hotéis?
Festas coletivas costuma ir? Igreja?

Novos Agentes:

Nome:
Idade:
Origem:
Quantas pessoas há na família?
Quantas crianças?
Quantos jovens?
Quantos adultos?
Quantas pessoas moram em sua casa?
Qual a sua formação-escolaridade?
Qual a renda familiar?
Quantas pessoas tem na família?
Qual o seu ofício / casta (se pode falar sobre isso)?
Por onde andou? Já morou fora?
Tem alguém da família que é emigrante?
Desde quando está na ilha?
Trabalha? Onde trabalha?
Porque da escolha da ilha para viver?
Em outro momento já quis morar em outro lugar?

O que acha do bairro onde mora?
Pretende morar no bairro até quando?
Se tem relação com a atividade do turismo? Qual?
Se tem acesso a todas as áreas da ilha?
Quais áreas frequenta? (com que frequência: diária, semanal, mensal) dos lugares aonde vai?
Se há impedimento de frequentar alguma parte da ilha?
Se visita outras ilhas?
Comente lugares preferidos?
O lugar mais bonito que conhece?
O mais importante?
Avaliação dos serviços públicos saúde? Educação?
Correio?
Da qualidade de vida urbana transporte, sistema viário, iluminação pública, água, sanitário?
Do comércio?
Você utiliza portos e aeroportos?
As novas estradas?
O que pensa da Câmara municipal?
E do governo?
Os emigrantes?
Como se sente em relação a ele?
Tem conhecimento do planejamento? Participou?
Quais as principais mudanças desde os anos 90 até os dias de hoje?
Qual o futuro que prevê para a ilha?
O que faz quando está desempregado?
O que faz para se divertir? Aonde?
Onde as crianças brincam?
Foi bem recebido?
Há diferença no tratamento pelo governo?
Acha que existe uma disputa territorial na ilha?
Se gosta de política?
Se participa de movimento social?
O acha dos movimentos sociais locais? já existiram?

Resultados - APÊNDICE B

2.3 OS AGENTES E SUAS PRODUÇÕES NO ESPAÇO

2.3.1 A População da Ilha da Boavista.

Considera-se a sentença de Pierre Bourdieu, a teoria mais acentuadamente objetivista deve integrar não só a representação que os agentes têm do mundo social, mas também, de modo mais preciso, a contribuição que eles dão para a construção desse mundo, por meio do trabalho de representação (em todos os sentidos do termo) que continuamente realizam para impor a sua visão do mundo ou visão da sua própria posição nesse mundo, ou seja, a visão da sua identidade social (BOURDIEU, 1989, pag.139).

Durante o período colonial, a tradição educacional em Cabo Verde, assim como nas outras colônias portuguesas em África, tende para o envio de estudantes (a maior parte elite) para a metrópole. Esse modelo de educação, de natureza excludente, reforça o abismo social entre a pequena elite educada e o resto da população. Conforme Carvalho, até pelo menos, aos anos de 1970, antes da independência, a educação colonial em Cabo Verde cumpriu “uma tripla missão: o conhecimento (elementar), a adaptação e a assimilação” (CARVALHO, 2007, pag. 250).

Mesmo após a independência, mantém-se a formação dos quadros superiores cabo-verdianos, através de cooperação internacional fora do país³⁷. E isso influencia diretamente a formação das classes sociais em Cabo Verde e, também, a transmissão e representação cultural. Com o passar dos tempos, o peso da formação no exterior passa a recair sobre as famílias, constituindo-se assim num fator de perpetuação dessa desigualdade social (CRUZ, 2007, pag.10).

Na última década surgem universidades privadas e uma universidade pública (2006)³⁸, que possuem um relevante papel na inversão deste cenário da educação superior. Em

³⁷ Os principais países de acolhimento de cabo-verdianos são: Portugal, Cuba, Brasil, e nos últimos anos as ilhas Canárias, Marrocos, Senegal, Argélia, China, Canadá, Japão, França, Alemanha, Índia entre outros.

³⁸ A criação da Universidade pública de Cabo Verde em 2006, reunindo escolas superiores isoladas criadas ao longo dos anos 90, a saber: ISECMAR – Instituto Superior Ciências do Mar (1996); ISE – Instituto Superior de Educação (1995); ISCEE – Instituto palíndromo processos artísticos Contemporâneos 2011. Superior das Ciências Econômicas e das Empresas (1998); e INAG – Instituto Nacional de Administração (1998).

entrevista à revista da Universidade de Cabo Verde, Antônio Correia e Silva, reitor da universidade (2006-2011), destacou a relevância dela para “aumentar a acessibilidade social ao Ensino Superior”, acrescentando que “não se trata mais, como foi no passado, de formar pequenas elites” (CORREIA E SILVA, 2009, pag.13). Apesar de ser evidente a redução da elitização da educação no países como as instituições são muito jovens não se pode falar em resultados mais significativos de uma mudança.

Os livros didáticos usados nas escolas secundárias (ensino médio) em Cabo Verde são, ainda, em grande parte importados. Ao cabo-verdiano em idade escolar são apresentados detalhes da geografia e da história europeias e muito pouco sobre África, o que significa um descolamento da sua própria realidade. Este cenário representa uma divisão de saberes, uma estrutura organizativa que procura tornar gerível, compreensível e ordenado o campo do saber, ao mesmo tempo, que o disciplina, endossa e justifica desigualdades entre saberes e criando outras formas de opressão, que perpetuam a divisão abissal da realidade social (MENESES, 2008, pag.6).

Na verdade, a elite cabo-verdiana (ocidentalizada) assumiu a hegemonia política³⁹ desde a independência, sem que se verifique ruptura com os interesses hegemônicos estabelecidos. As raízes da atual configuração do Estado cabo-verdiano remontam ao final do período colonial, mais concretamente a partir de 1968. O “Estado Colonial”, que até então tinha tido uma intervenção residual na sociedade cabo-verdiana, torna-se o principal agente de regulação social, sendo apelidado de “Estado Tardo-Colonial” (2001, pag. 5).

A partir de diversas práticas pedagógicas centradas na Europa, ao longo dos tempos, são estabelecidos modelos ocidentais como representação da modernidade. E isso molda a estrutura material de organização da sociedade, do espaço e do território. Para, além disso, apesar do processo de urbanização em Cabo Verde ter começado praticamente no século XX, conserva muitas das raízes da sociedade clientelista e de privilégios próprias do pré-independência. Logo o atual desenvolvimento urbano em Boavista apresenta as características históricas de uma sociedade de raízes coloniais, que nunca rompeu com a assimetria em relação à dominação externa e ao patrimonialismo e o privilégio (clientelismo).

³⁹ Esse assunto é tratado detalhadamente ainda no capítulo 2- na análise sobre a gênese do estado cabo-verdiano.

Hoje o centro de serviços especializados oferta de ensino superior e de mão de obra qualificada, situa-se na ilha de Santiago⁴⁰. O governo do país está instalado e faz sua gestão a partir da cidade da Praia.

Em Boavista uma parte expressiva da população tem baixo nível de instrução 60%, cerca de 35% possui o nível secundário e cerca de 3% o nível médio-superior⁴¹. Conforme Bourdieu a distancia em relação às obras legítimas se mede pela distância em relação ao sistema escolar quando mais elevarmos a hierarquia social, mais a verdade dos gostos reside na organização e no funcionamento do sistema escolar, encarregado de inculcar o programa que governa os espíritos “cultos” (BOURDIEU, 2011, pag. 94-95). Portanto, o boavistense, devido sua baixa escolaridade, poderá apresentar características e gostos que se distanciam dos símbolos legitimados pela educação Ocidental. A verdade de seus gostos reside, muito menos, na organização e funcionamento do sistema escolar.

Não obstante, a prioridade institucionalizada e a valorização da história e da cultura europeia no seio da comunidade cabo-verdiana⁴² os boavistenses têm acionado recursos interculturais que permitem a apresentação de contra-histórias. Essas contra-histórias manifestam-se principalmente nas produções culturais e artísticas.

As músicas e contos na língua crioula podem ser considerados: “produtos das lutas simbólicas anteriores e exprimem, de forma mais ou menos transformada, o estado das relações de força simbólicas” (BOURDIEU, 1986, pag.140). As danças, os contos, os rituais entre outros são representações de resistência: nas vozes entoando nas Mornas⁴³, nas cantigas do trabalho, nos repiques do Batuque⁴⁴, na euforia do Funaná dançado, nos

⁴⁰ Como já foi explicado na Introdução.

⁴¹ Resultados do QUIBB 2007.

⁴² O longo período de colonização, a legitimação da identidade nacional “ocidentalizada” as diretrizes pedagógicas. Este assunto será mais retomado e aprofundado ainda neste capítulo, na análise do gênese do estado cabo-verdiano e da identidade nacional.

⁴³ A morna é um gênero musical e de dança de Cabo Verde. Tradicionalmente tocada com instrumentos acústicos, a morna reflete a realidade insular do povo de cabo verde, o romantismo intoxicante dos seus trovadores e o amor à terra (ter de partir e querer ficar). A morna foi levada a ser conhecida internacionalmente por vários artistas como por exemplo Cesária Évora (Instituto de investigação do património cultural de Cabo Verde em: www.iipc.cv, acessado em 10 de junho de 2012).

⁴⁴ Dança Batuque foi reprimido e proibido, considerado como manifestação de negros e analfabetos. Após a independência do País, o Batuque foi recuperado e adotado como símbolo de identidade cultural. Hoje, com a emigração, os ritmos do Batuque voltam a viajar e evoluir, influenciando a música que faz noutras paragens do mundo. Através da história do Batuque cruzam-se histórias de culturas e costumes, de danças e magia, das raças e da escravatura, da emigração e dos diretos civis, da tristeza, solidão e dor, da morte e nascimento, da fome e fartura, e de tudo o que vem da alma. O Batuque oferece-nos um prisma único pós

poemas engajados, nos contos “*di boca di tardi*”⁴⁵ que, junto às manifestações coletivas com Tabanca⁴⁶, se somavam à resistência organizada que desencadeou as lutas da libertação nacional (GOMES, acessado em 17 de março 2012).

Apesar de existirem características comuns entre os cabo-verdianos, o contexto geoclimático próprio de cada ilha, a realidade social e o isolamento insular dão um caráter peculiar à população de cada uma delas. Neste sentido, a população de Boavista é conhecida pelas lindas Mornas, gênero musical típico de Cabo Verde⁴⁷, que remete a um passado de separações quase obrigatórias com a emigração, que permanece “viva na memória da sua gente”. Por isso, há quem, inclusive, se refira à Boavista como “A ilha da saudade” (FERREIRA, acessado em 10 de junho de 2012).

É provável, também, que esse gênero musical tenha origem remota nas lamentações da dor escrava do negro africano, isolado num espaço geomorfológico que lhe inspira a fuga, mas sem lhe oferecer, ao mesmo tempo, as mínimas chances (LIMA, 1997, pag.251).

De modo geral, o *habitus* ou gosto pela música faz parte dos boavistenses, que anteriormente faziam serenatas pelas ruas dos povoados, substituídas, hoje, pelas Tocatinas e pelos festivais de Morna, que acontecem anualmente.

onde se filtra a própria história de Cabo Verde, desde o tempo da escravatura até ao tempo até o tempo presente da emigração e da globalização (Instituto de Investigação do património cultural de Cabo Verde. Disponível em www.iipc.cv, acessado em 10 de junho 2012).

⁴⁵ Tradução português: No final da tarde.

⁴⁶ Tabanca é uma das mais antigas e populares expressões culturais de Cabo Verde, principalmente, nas ilhas de Santiago e Maio. Essa manifestação cultural afigura-se como uma espécie de testemunho da gênese da cultura cabo-verdiana, miscigenada. Nela encontra-se sincretismo religioso constituído por ritos, símbolos e imagens provenientes das culturas da costa Ocidental Africana e da Europa (Instituto de Investigação do património cultural de Cabo Verde. Disponível em www.iipc.cv, acessado em 10 de junho 2012).

⁴⁷ Ondina Ferreira.



Figura 14. Festival de Mornas e Toca tina na rua. Fonte: Tith Ramos.

“O festival de Mornas começou há nove anos, foi à ânsia de *Tocatinas* e *Serenatas* que levou a fazer o festival de Morna, vêm pessoas das outras ilhas assistir” (João Sarapião, músico e compositor de mornas, natural da ilha de Boavista, 89 anos).

Para além disso, o boavistense é conhecido em todo o país pela sua dedicação aos trabalhos artesanais (Indústria Têxtil, Olaria⁴⁸), pastoreio de caprino e pesca. A arte da Olaria⁴⁹ assim como a tecelagem são expressões culturais do artesanato transmitidos por artífices, principalmente escravos. A tecelagem é uma arte herdada dos Muçulmanos e inserida em Boavista por escravos-tecelões, que foram levados conjuntamente com escravos pastores de gado caprino (LIMA, 1997, pag.252).

Os trabalhos artesanais, assim como o *habitus* de ouvir e fazer música, não precisam de estímulos externos institucionais e estatais e simbolizam uma certa liberdade da população.

Anteriormente, a economia da ilha assentava-se na atividade pecuária, pesca, indústria de conservas de peixe, apanha de urzela e purgueira, comercialização do sal, indústria artesanal de transformação da argila, indústria extrativa de rochas calcárias e na

⁴⁸ As peças mais manufaturadas e mais comercializadas eram o pote, tigela ou tigelona, garrafão, alguidar, Bilha, Baçio, Moringo, Binde, Vasos e outros. Esses utensílios estiveram durante algum tempo presentes em quase todas as casas cabo-verdianas como explica Ferreira. O pote, utensílio indispensável para se conservar a água fresca, na ausência do frigorífico, vinha do barro da Boavista. Os moringues, as bilhas, as tagarras, largas tigelas de barro onde se colocavam as iguarias ou simples comida que depois se serviam à mesa. Os pratos de barro que durante muito tempo eram colocadas em quase todas as mesas de Cabo Verde, da mais abastada a mais pobre (FERREIRA, acessado em 10 de maio de 2012).

⁴⁹ O que facilitou a introdução e o desenvolvimento da Olaria na ilha foi a existência de quantidades inesgotáveis de argila na Boavista, mais precisamente na localidade do Rabil (LIMA, 1997, pag.253).

atividade agrícola de subsistência (CÂMARA MUNICIPAL DA BOAVISTA -Perfil Urbano da cidade de Sal Rei, Fevereiro 2012, pag.19).

Com o início da exploração turística a produção e o consumo têm assumido novas feições, outras atividades têm crescido consideravelmente, como é o caso do comércio, prestação de serviços e a construção civil.

Contudo, nota-se, a partir dos resultados do questionário aplicado, que as atividades artesanais agricultura e pesca de subsistência, atividades artísticas ligadas a musica, artes plásticas e pintura, ainda se afiguram como as principais atividades econômicas e de lazer dos boavistenses.

Neste sentido, pode-se afirmar que estas atividades artesanais são os tempos diversos que contradizem o tempo acelerado e a ubiquidade da globalização contemporânea. Particularmente, a pequena indústria artesanal de olaria é uma das atividades que parece resistir e se recriando em meio à “exploração turística”. Logo, a arte popular é uma reintegração e uma unificação simplificada dos fatores componentes da cultura boavistense.



Figura 15. Oficina de Olaria em Ribeira de Rabil Boavista. Fonte: Tith Ramos.

Entre as atividades tradicionais desenvolvidas pela população nativa estão também as festas religiosas e pagãs que acontecem em cada povoado. Consoante Germano Almeida

cada qual com seu dia de rijas festividades, fosse com missa ou sem ela, com muito baile desde as vésperas, com grande profusão de *grogue* (aguardente) as pessoas de outras povoações deslocando-se para aquela que festejava (ALMEIDA, 1993, pag.9).

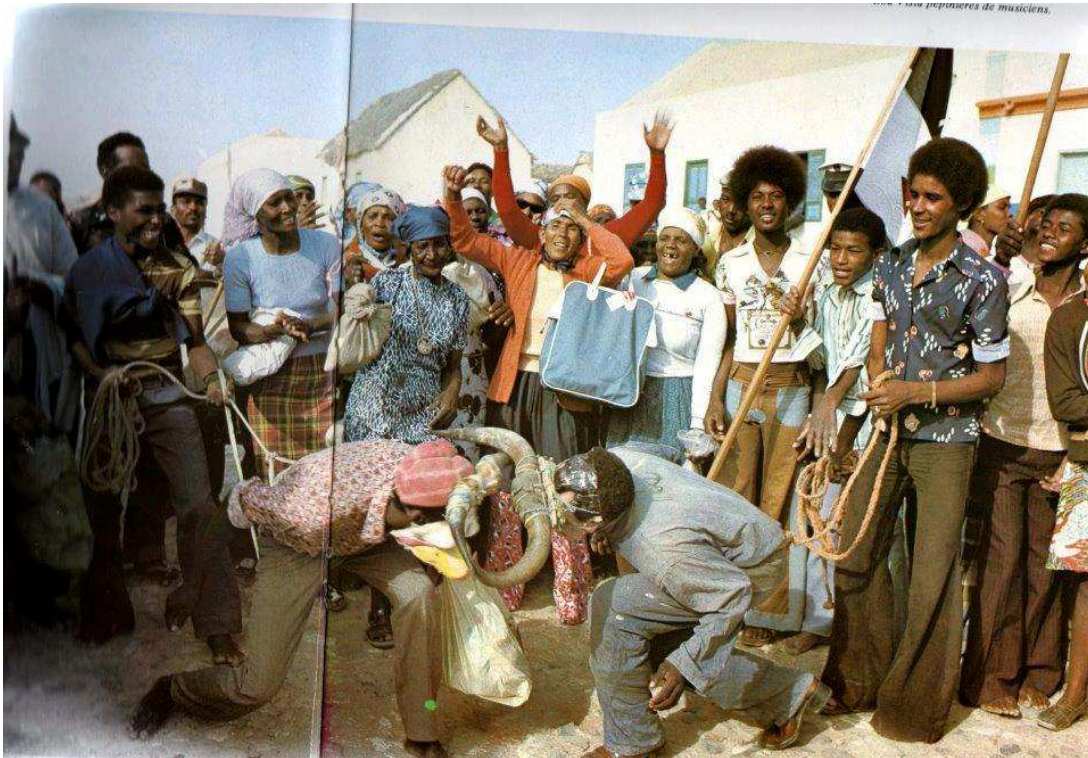


Figura 16. Antiga Festa de Santa Cruz em Ribeira de Rabil. Fonte: Tith Ramos.



Figura 17. Festa de Moron em João Galego, 2013. Fonte: Tith Ramos.

A dedicação aos trabalhos artesanais é uma característica que revela a resiliência dos ofícios herdados, contra-movimentos, tempos e espaço distintos da industrialização importada do turismo, isto é, uma fidelidade a um modo de vida.

Nesse contexto, pode-se considerar uma “ciência” do capital simbólico, que reside no domínio de recursos simbólicos baseados no conhecimento e no reconhecimento e pressupõe a confiança ou a crença daqueles que estão dispostos a manter um modo de vida. E, ainda, o exercício destas atividades artesanais está vinculado ao enraizamento numa estrutura aceita pelos que as exercem e pelos que estão no raio de influência deste exercício. Por isso, o seu reconhecimento por “todos os agentes” da sociedade é uma condição para a sua efetivação como valor social. O capital simbólico, também, é chamado de distinção, coisa que os ofícios e as práticas locais não têm porque não lhes é dado o reconhecimento e prestígio suficiente por outros agentes do campo ou pelos aqueles que ocupam posição de poder (BOURDIEU, 1986, pag.32).

De modo geral pode-se afirmar que estas experiências da população nativa fazem parte de uma *memória coletiva* que é uma oposição ou até destruição⁵⁰ da “*memória nacional*” oficializada, construída, disseminada e legitimada pela elite cabo-verdiana Ocidentalizada. A *memória* ou atividade de lembrar é entendida aqui como cultura, estrutura simbólica de organização do mundo natural e social, meio de os grupos organizarem suas experiências e expectativas. Isto é, a *memória coletiva* é transformada em coisas, acontecimentos objetivos dotados de duração e estabilidade que acontecem no espaço. E, ao mesmo tempo, estas atividades no espaço se revelam contrários à “coerção social” que reduza um único processo totalizante uma grande variedade de processos conflituosos.

Os trabalhos de R. Bastide incidem exatamente sobre este aspecto da memória e sua relação com o território. Segundo este autor, a capacidade de reprodução ou a reinvenção de uma memória das tradições africanas dependem dos arranjos espaciais. A memória do grupo depende não só da reconstituição de uma determinada estrutura para uma antropologia dos modos de lembrar sobre a ideia de “memória territorial” social, mas também da reconstituição de sua espacialidade. A memória dependeria da *sua*

⁵⁰ O autor Pollak inspirado por Bourdieu investiga as “memórias subterrâneas” que estão em oposição à “memória oficial”, na maior parte das vezes sinônimo de uma “memória nacional”. Mais ainda: ele nos leva a reconhecer o “caráter destruidor” da memória coletiva-nacional, abrindo espaço para a descrição do “trabalho de subversão no silêncio” das memórias não oficiais e mesmo contra-oficiais, que esperam os momentos de crise social, para aflorarem e entram em disputa no espaço público, dando origem àquilo que poderíamos chamar de *controvérsias da memória social*.

projeção sobre uma base física onde reconstituiria novos centros materiais capazes de conservar imagens mentais (BASTIDE... Apud ARRUTI, [s.d], pag.8).

Conclui-se que a *memória coletiva* se manifesta em forma de arte e trabalhos artesanais apesar de corresponder a uma estrutura espacial reduzida remeter a uma estrutura simbólica capaz de conservar lembranças. Deste modo, a população realiza uma maneira especializada de lembrar, isto é, de territorializar a memória.

Todavia, o culto dos ofícios herdados de outras práticas locais tem rendido ao boavistense a fama de *indolente*. A dedicação aos trabalhos artesanais, à pesca, à agricultura e a outra atividade de regra geral sazonal (para não dizer ocasional e muito precária) somada à dedicação ao pastoreio (uma atividade também contemplativa que convida a dedilhar as cordas do violão ou o arco da rabeca) aliadas ao fato de o homem da Boavista ser muito dado à música e ao lazer resultaram na “fama/lenda” de *indolente* (FERREIRA, acessado em 10 de junho de 2012).

Nota-se que o sentido de urgência não é uma constante da população, pois as pessoas têm o prazer de usar o tempo com uma aceção muito própria. Nela, o hoje e o amanhã, o agora e mais daqui a bocado significam a mesmíssima coisa porque todas as horas do dia estão por sua conta (ALMEIDA, 2003, pag.10).

Assim a ação destes agentes no espaço não é característica dos tempos racionalizados dos fluxos econômico-simbólicos globalizados, apesar de se relacionarem com eles. A este tempo próprio do boavistense, Milton Santos chama de “lentidão”- explicando que não se opõe à rapidez, mas à “vertigem” da aceleração contemporânea. Para ele o tempo lento somente o é em relação ao tempo acelerado e vice-versa (2008, pag.267).

Apesar de o acirramento da “exploração turística” em Boavista ter imposto o aumento da velocidade e comportamentos consonantes com esta, é evidente que o tempo acelerado não tem influência sobre a totalidade do território da ilha nem abrange a sociedade inteira.

Os empresários, sediados na ilha, afirmam que a população nativa não acompanha as novas combinações de velocidade e de rapidez impostas pelo mercado: “Temos uma funcionaria aqui na empresa que é de cá e ela é muito lenta! Mas aqui as pessoas são assim não têm pressa para nada, é incrível!” (Elaine Dias, diretora comercial de Água e Energia de Boavista, em Outubro de 2012).

“Aqui as pessoas tem uma grande falta de responsabilidade! Não cumprem horário (...). Imagina, eu faço aqui no Hotel, noites caboverdianas com musica ao vivo, *Mornas*, Tocatinas é muito bom! Porém os musico são um dos maiores problemas que tenho. Pois chega a hora de tocar não tem ninguém. Ligo para o musico, ele me diz espera estou a chegar dentro de 5 minutos, você é muito apressado” (Manuel Antônio Mendes).

Na verdade, o sentido de urgência reivindicado pelos empresários é uma temporalidade que não pertence à maioria da população. Pois, segundo Milton Santos somente algumas pessoas, firmas e instituições são altamente velozes, e em menor número as que utilizam todas as virtualidades técnicas das máquinas. Pois, o resto da humanidade produz, circula e vive de outra maneira (SANTOS, 2001, pag. 121-122).

Conforme Milton Santos, hoje, vive-se num mundo de rapidez e de fluidez, mas se trata de uma fluidez virtual, possível pela presença dos novos sistemas técnicos, sobretudo os sistemas da informação, e de uma fluidez efetiva, realizada quando essa fluidez potencial é utilizada no exercício da ação, pelas empresas e instituições hegemônicas. A fluidez potencial aparece no imaginário e na ideologia como se fosse um bem comum, uma fluidez para todos, quando, na verdade, apenas alguns agentes têm a possibilidade de utilizá-la, tornando-se, assim, os detentores efetivos da velocidade. O exercício desta é, pois, o resultado das disponibilidades materiais e técnicas existentes e das possibilidades de ação. Assim, o mundo da rapidez e da fluidez somente é entendido a partir de um processo conjunto no qual participam de um lado as técnicas atuais e, de outro, a política atual, sendo que esta é empreendida tanto pelas instituições públicas, nacionais, e internacionais, como pelas empresas privadas (SANTOS, 2001, pag.84).

Ainda, pôde-se constatar no trabalho de campo, que as pessoas naturais da Boavista não mantém uma relação direta com o turismo. Nenhum dos entrevistados trabalha diretamente ligado à atividade turística, a maioria trabalha na pesca artesanal, no artesanato ou no serviço público. E, também, uma parte expressiva dos entrevistados não frequenta outros locais além do bairro onde mora (Ver Apêndice).

“A maioria da população ainda vive fora desse universo, não tem a mínima ideia do que se passa a sua volta, não sabem nada acerca do turismo na ilha. Tem aqueles que só conhecem pela TV. Eu sou de Boavista vejo isso” (Manuel Antônio Mendes).

“Só sei dessas coisas por TV, vi um dia na TV não acreditei que era aqui, até hoje nunca vi esses hotéis grandes que dizem ter por ai!” (João Sarapião).



Figura 18. Um boavistense- região de Rabil. Fonte: Tith Ramos.

Nota-se, também, que as pessoas naturais da Boavista, quando questionadas sobre as lugares que mais gostam, o lugar mais bonito, o lugar mais importante, estes diferentemente dos restantes grupos, têm uma evidente admiração por diversas localidades. De certa forma, este resultado reflete a relação especial que este agente tem com a ilha e suas localidades.

O autor Germano Almeida aponta uma série de ambientes e localidades que fizeram o boavistense: Curralinho,⁵¹ Furna d' Padre,⁵² Vales do Rabil,⁵³ Cidade de Sal-Rei,⁵⁴ Curral Velho,⁵⁵ Ervatão,⁵⁶ Monte Estância⁵⁷ e Costa do Norte⁵⁸.

⁵¹ Antes Porto Português e hoje com tendência a ser Santa Mônica ao Sul (Zona destinada a Hotéis/Resorts de grande Porte), é o primeiro local onde os Portugueses teriam pisado quando da descoberta da ilha. Nos primórdios da ocupação econômica, dali escoavam-se os produtos da produção pecuária e, mais tarde, ali pratica-se a salga e a salmoura do pescado.

⁵² Onde seria rezada a primeira missa da Boavista, situa-se no do Porto do Curralinho.

⁵³ E do Norte, entre as povoações do Rabil e da Estância de baixo e junto das povoações do Norte, respectivamente, verdejantes, autênticos Oásis de coqueiro e tamareiras. Estes vales representam o pulmão agrícola de toda a ilha, pois, quando bem produzem, é sinal certo de fartura para toda a população.

⁵⁴ Na margem norte da Baía e Porto do mesmo nome e com os casarões tipo colonial são testemunhos de um passado de origem escravagista, mas cheio de opulências e de Glórias, coabitando com miséria de depressão.

⁵⁵ Hoje área de preservação ambiental é uma das detentoras das maiores e melhores salinas da ilha.

⁵⁶ Hoje área de preservação ambiental, ou famosa praia de Porto de Pesca do Ervatão terá contribuído em grande medida, assim como outros portos de pesca, para que muitas famílias famintas em tempos de crise não morressem à fome.

A aparente ou visível vida à parte dos nativos (de alguns ou da maioria dos nativos) em relação ao mundo contemporâneo acelerado, produtivista, diligente, proativo poderia ser relacionada com a situação de insularidade e os seus fenômenos sociais resultantes do relativo isolamento dos espaços insulares q podem ser quantificados (distância do continente ou de outras ilhas etc.); ou “ilheidade” diz respeito também ao vivido pelos ilhéus, aos comportamentos induzidos pela natureza particular do espaço insular (DIEGUES, 1998, pag. 89).

Então a insularidade, a longa duração, a posição periférica e a desconexão dos processos econômicos centrais, aplicada à noção do *habitus* como instância de mediação que responde pelos “circuitos de causalidade circular” entre as mesmas, permite, segundo Bourdieu, dar conta, no âmbito dos sistemas simbólicos, da função de *integração social*, explicada pela cumplicidade espontânea entre práticas reciprocamente harmonizadas em virtude de seu enraizamento em *habitus* comuns, isto é, engendrados em contextos semelhantes de socialização (BOURDIEU Apud PETERS, pag. 136).

“Nesse sentido, o *habitus* atua como um prisma capaz de refratar seletivamente as informações impostas por novas experiências, as quais, em geral, são capazes de modificá-lo dentro os limites permitidos pelo seu poder de seleção, o que permite qualificá-lo como durável, apesar de mutável. A relativa inércia infusa no sistema de disposições de um dado indivíduo [ou grupo] tende a levá-lo a escolher e frequentar contextos experienciais relativamente constantes (lugares, eventos, bens de consumo, práticas, companhias) e capazes de reforçar suas preferências e crenças, evitando concomitantemente à exposição, às circunstâncias e informações tendentes a desafiar ou questionar criticamente a informação acumulada no seu *habitus*” (PETERS, [s.d], pag. 79).

A ideia de circularidade e de circuito (em longa duração) possui algumas características predominantes como anelação ou autonomia, redundância ou saturação e construção de uma realidade à parte, alheia, própria.

⁵⁷ No sopé do qual se situa a Povoação Velha, oferece, do seu cume, um panorama de quase toda a ilha, podendo-se ainda, em dias claros avistar outras ilhas.

⁵⁸ Hoje zona destinada a hotéis de grande porte, é um autêntico cemitério de navios, da época quinhentista ao século XIX.

Os Novos residentes com o início da exploração turística. A “exploração turística” em Boavista tem despertado uma nova ordem de encontros, pois chegam pessoas de passagem e pessoas para residir. Nos dias atuais, Boavista é uma das ilhas menos habitadas, representa apenas 1,9% do total da população cabo-verdiana, ainda assim tem o maior percentual de estrangeiros residentes em Cabo Verde, 12% (INE, 2010).⁵⁹

A população residente em Boavista é formada pelos nativos e pelos novos residentes que chegaram com o início da exploração turística. Os novos residentes são naturais de outras ilhas, principalmente, Santo Antão, Fogo, Santiago e São Vicente; e, também de outros países, especialmente, da Inglaterra, da Itália, de Portugal, da Guiné Bissau, da Nigéria, do Senegal e de São Tomé. De um modo geral, foram dois os principais motivos que impulsionaram este ciclo de migrações para a ilha: a possibilidade de emprego (pessoas da África ocidental e de outras ilhas) e a oportunidade de mudança de estilo de vida (pessoas de países europeus).

Os novos residentes que vieram de países europeus são, na sua maioria, naturais do Reino Unido, da Itália e de Portugal. Estes particularmente, já residiram ou visitaram outros países e se afirmam que podem ir embora a qualquer momento. Ou seja, viajam segundo os seus desejos podendo escolher os seus destinos de acordo com sua conveniência.

Já, aqueles que vieram de outros países africanos e de outras ilhas, a grande maioria afirma que não conhecem outros países e não sabem quando será possível irem para outro destino. Existem casos, inclusive, em que o regresso ao país de origem depende da melhoria do ambiente político.

Quando terminou as obras dos hotéis do RIU (*Karamboa, Tuareg*), muitos foram embora uns para o Brasil outros para a Europa e outros de volta para a Guiné Bissau. Mas, ainda muitos ficaram por aqui, porque Guiné-Bissau não está bem, com a guerra e a instabilidade política que se vive no país. Cabo Verde é um país de paz e regras. Sabe diferente de Cabo Verde que tem apenas duas etnias, nós lá temos muitas etnias e ficam sempre a brigar. É muito difícil (Amahdú Djaú, natural da Guiné Bissau segurança do Apart-hotel Canilona).

⁵⁹ Em Plano de Desenvolvimento Urbano, pag.44.

De certo modo a possibilidade ou impossibilidade prática de poder retornar ao país de origem e deslocar-se para outros lugares pode ser entendido como uma diferença de poder simbólico entre estes dois agentes (europeus e africanos). Ou melhor, os deslocamentos não são operados apenas no espaço físico, mas, sobretudo, num campo de relações sociais que organizam o princípio estruturante espacial. Isto é, os deslocamentos refundam os territórios e suas geografias pela inserção no campo social de novos sujeitos e relações sociais (SAYAD; BOURDIEU, 1998).

Então o deslocamento físico é também um deslocamento de poder; o poder de significação do evento na estrutura social – ou seja, o poder simbólico constitutivo do ato de migrar.

Feita a mesma análise das possibilidades de deslocamento para outras ilhas e países verifica-se, ainda, no trabalho de campo que a, grande maioria da população nativa conhece outras ilhas, mas apenas, um pequeno número conhece outros países e todos querem continuar a residir na ilha onde nasceram, Boavista.

A diferença de poder também pode ser compreendida com base na própria diferença de volume de capital econômico e cultural entre estes agentes. Conforme foi possível constatar no trabalho de campo, a renda média familiar dos europeus é superior aos dos restantes grupos da população, chegando inclusive, ao dobro do valor da renda média de toda a população residente na ilha.⁶⁰ Isso sem contar que a maioria destes agentes tem formação superior, diferentemente das pessoas de outras ilhas e de outros países que recebem baixos e baixíssimos salários.

Deste modo, aqueles com maior volume de capital econômico e cultural, os europeus, estão diretamente ligados ao setor turístico e desempenham o papel de empregadores. Eles são pequenos operadores turísticos detentores de: agências de viagens, imobiliárias turísticas e empreendimentos turísticos ou de outros pequenos negócios. Lobo confirma que é este agente que controla a movimentação turística e econômica e a implantação de alguns serviços necessários ao turismo (LOBO, 2006, pag. 228). Dito isso, Sánchez se refere ao papel destes como:

⁶⁰ Em uma população de 4.300, na vila de Sal Rei foram entrevistados 43 moradores: o valor da renda média da população gira em torno de 103 mil escudos, os residentes naturais do continente europeu a renda média é superior aos outros grupos da população, ultrapassando inclusive o dobro do valor médio de renda familiar dos residentes. A população natural da ilha da Boavista o valor (121,1) da renda familiar se aproxima da renda média da população residente (103,4). Enquanto os emigrantes nacionais de outras ilhas a sua renda (52,5) é aproximadamente a metade da renda média. Os emigrantes da África Ocidental são os que tem a menor renda entre os moradores da ilha, a sua renda é quatro vezes inferior (23,6) a renda média da população residente (Ver anexo 3).

“Los operadores turísticos ejercen una influencia esencial y condicionante, aunque sea indirecta, sobre los agentes productores de espacio: 1) por cuanto controlan una parte importante del turismo extranjero (...) 2) por cuanto ellos que eligen el espacio a consumir a través de sus ofertas; y 3) porque su posición en el mercado les permite imponer las condiciones que deben reunir los espacios de ocio para que sean aceptados, y así entrar a formar parte de su área de intervención” (SÁNCHEZ, 1991, pag. 242).

Por fim, vale ressaltar que este grupo mora em bairros com melhores condições de saneamento, água e energia na Orla marítima: Estoril, Praia de Cabral.



Figura 19. Condomínio Praia Cabral. Fonte: Tith Ramos.

Os novos residentes naturais de outras ilhas e de outros países africanos. Pode-se constatar, a partir da pesquisa de campo, que a grande maioria das pessoas de outros países africanos é do sexo masculino, trabalham como seguranças, camareiras, ajudantes de cozinha, *Barmen*, pedreiros ou, por vezes, dedicam-se à venda ambulante de pequenos objetos e artesanato. Por outro lado, a maioria das pessoas de outras ilhas são do sexo feminino e trabalham como camareiras de hotéis, balconistas, ajudantes de cozinha e vendedeiras ambulantes (Ver Apêndice).

Estes dois agentes, ao contrario do europeu, são vistos pelos boavistenses como o lado negativo da exploração turística.

Moro no bairro da Barraca aqui em Boavista. Foste lá?! Aqui os *sampadjodos* (*naturais da ilha*) tem medo!!! Finais de semana o bairro fica muito animado todos os *sampadjodos* vão para lá, porque lá tem tudo. Aqui na vila (centro histórico onde moram o nativos) é muito parado (Amahdú Djaú, Segurança de Apart-hotel, Guine Bissau).

Os boavistenses são categóricos na distância que mantém em relação a estes dois grupos. Especialmente, com relação às pessoas da ilha de Santiago, *Badios*, a sua presença é vista de forma ambígua, umas vezes é fortemente negativa e de medo e, outras vezes, são vistos como trabalhadores e “necessários”, tendo em conta que não há mão-de-obra em abundância para responder ao acelerado crescimento do turismo, especialmente, na área da construção civil.

Os *sampadjodos* (pessoas Boavista) não gostam de nós nem dos *Badios* (pessoas ilha Santiago), mas viemos aqui para trabalhar. Eles são preguiçosos não gostam de trabalhar só querem trabalho a frente de computador, assinar papel em Bancos. Mas, trabalhar na construção de hotéis ou como camareira, cozinheiros, porteiros ninguém quer! (Amahdú Dja da Guine Bissau).

Estes dois agentes, pessoas de outras ilhas e de outros países africanos, perante o baixo e baixíssimo salário e sob a responsabilidade de enviar dinheiro para seus familiares, sólhes restam morar no bairro mais precário da ilha, na zona chamada de Barraca. Assim, como 47% dos moradores do bairro Barraca, estes dois grupos moram em regime de aluguel, pagam uma media de 10.000 escudos (cerca de 200 reais) mensalmente. E ainda chegam a morar em casas de apenas um compartimento com seis, sete e até oito pessoas.

Todos que moram na Barraca é porque o aluguel em Sal Rei é muito caro. Em Sal Rei o aluguel de um quarto é 10 mil escudos no mínimo, enquanto na barraca encontras casa de cinco mil. E nós precisamos mandar dinheiro para as nossas famílias, por isso vamos morar na Barraca. A maioria dos Guineenses trabalha para mandar dinheiro para suas famílias. Se ganhas, por exemplo, 30 mil escudos mandas 15 mil escudos para a Guiné a metade do teu dinheiro (AmahdúDjaú).

O bairro fica em um lugar pouco atraente, em uma salina natural. É uma grande área que foi invadida e ocupada pela mão-de-obra que veio responder, principalmente, à demandada construção civil, como início da “exploração turística”.

O bairro tem pessoas de todas as ilhas, *sampadjudos* de São Vicente, Santo Antão, *Badios*, Nigerianos, Senegaleses, Guineenses. Mas, a maioria é Guineense e *Badios*. Os Guineenses que estão aqui são da etnia Fula na sua maioria, sabes os *Balantas* dominaram guine Bissau, todos nas forças armadas e melhores posto lá em Guine são *Balantas* (Amahdú Djaú, Guiné Bissau).

O bairro não tem condições de saneamento básico, energia elétrica, água, esgoto é totalmente despojado de quaisquer infraestruturas básicas de apoio à vida. Entretanto, os moradores do bairro representam aproximadamente 42,7% da população da cidade de Sal Rei, com seus 2.323 residentes, distribuídos em 858 agregados familiares. Consoante as pesquisas realizadas pela Afrossondagem, empresa cabo-verdiana de consultoria, as condições de habitabilidade no bairro são verdadeiramente degradantes. Pois, não existe ligação à rede pública de distribuição de água, o que obriga os moradores a recorrerem ao chafariz ou a auto tanques para abastecerem as suas casas de água. Além disso, cerca de 15% dos moradores possuem fossa séptica e menos de 10% possuem instalações sanitárias, fazendo com que a grande maioria opte por evacuar as águas residuais e dejetos ao redor da casa ou na natureza, contribuindo, deste modo, grandemente para a degradação do ambiente e da saúde pública, principalmente da população residente no bairro. E ainda o deficiente sistema de recolha de resíduos sólidos no bairro faz com que todo o lixo produzido seja evacuado em contentores colocados nos bairros, cuja evacuação é deficitária, e nas redondezas, em particular nas salinas (CÂMARA MUNICIPAL DA BOAVISTA-Perfil Urbano da Cidade de Sal Rei, Fevereiro 2012, pag.20).



Figura 20. Bairro de Barraca em época de chuva, Outubro de 2012. Fonte:Tith Ramos.



Figura 21. Bairro Barraca. Fonte:Tith Ramos.



Figura 22. Mapa da distribuição da População conforme a renda familiar.

Legenda:

- Baixa e baixíssima renda
- Renda media
- Renda alta

Portanto, aqueles que não possuem renda para pagar o aluguel de uma habitação digna e muito menos para comprar um imóvel, são os agentes excluídos que participam da produção do espaço. A estes agentes resta a autoconstrução, a produção de espaços

precários como favelas em terrenos públicos e privados, desta forma que se tornam, efetivamente, agentes modeladores do espaço (CORRÊA, 2011, pag.47).

Contudo, apesar do bairro se localizar em uma área pouco atraente para o mercado imobiliário, e ser ambientalmente frágil, a apropriação deste espaço não é admitida pelo poder local. Os moradores vivem sob constante ameaça de serem expulsos: “Qualquer construção que surgir no bairro será deitado abaixo, precisamos pôr cobro a esta situação, repor a ordem, fazer sentir que há autoridade municipal” (FREDERICO, 14 de Novembro de 2008, pag. 6).

A ocupação desta grande área configurando habitações e bairros precários segue a lógica de proximidade ao mercado de trabalho e é uma forma de resistência, pois, representa uma luta pela sobrevivência ante a absoluta falta de outros meios habitacionais. A terra e a habitação são do interesse da população independentemente dos atores com capital ou atores sem capital, formal ou informalmente organizado. Assim, estabelece-se uma tensão permanente em torno da terra e da habitação (CORRÊA, 2011, pag.47).

Neste contexto, perante o processo de exclusão, a força da invenção tem sido acionada e tornou-se a principal fonte de valor. Assim, para além de invadir e ocupar terras e produzir espaços precários, estes dois agentes, especialmente, têm participado da subjetividade mobilizada pela “exploração turística”. Entrando, desta feita, em cena grupos ligados à criminalidade e ao setor informal, numa diversidade de figuras subjetivas. As pessoas da ilha de Santiago, por exemplo, são consideradas pela população nativa responsáveis pelo aumento da violência na ilha e pelos pequenos furtos (LOBO, pag.228).

Por outro lado, surgem pelas ruas de Sal Rei, vendedeiras ambulantes conhecidas como *Rabidentes*, uma expressão crioula que diz respeito aquele que “*Rabida*”- “*Rabida*” significa literalmente, dar a volta a. Então, *Rabidante* designa, aquele que dá a volta à vida para ganhar o seu sustento. Geralmente as *Rabidentes* vendem desde produtos hortícolas a peças de vestuário.



Figura 23. Rabidantes da ilha de Santiago pelas ruas de Sal Rei. Fonte: Tith Ramos.

Essas informalidades não são toleradas pela autarquia local, as vendedeiras ambulantes são constantemente perseguidas pelos guardas municipais que aprendem os seus produtos. Quando as vendedeiras são questionadas elas sobre o que pensam da autarquia local respondem em *tom*.de desabafo: “Nada de mais, perseguem a gente e protegem apenas as vendedeiras do mercado daqui” (Valdina- *Rabidante*, 28 anos, natural da ilha de Santiago). Outras vão mais longe e dizem:

“Não gosto, porque eles perseguem as pessoas que vendem na rua e tomam nossas mercadorias. Aqui não gostam de *Badios*, todos acham que são mais do que nós. Vendemos na rua porque o mercado municipal não cabe todas. Aqui quem trabalha é apenas nós as *Badias* na venda e nos hotéis como camareiras e também as mulheres Guineenses” (Tereza, *Rabidante*, 40 anos, natural da ilha de Santiago).

Outro caso de informalidade chama a atenção para a falta de eletricidade no bairro Barraca,⁶¹o que fez surgir empresários informais do fornecimento de energia, explorado por dois moradores que possuem geradores e que fornecem o serviço aos vizinhos.

Funcionando como uma “ELECTRA privada”, um morador, com um gerador próprio, fornece luz elétrica a várias casas. Por exemplo, um morador comum paga por mês cinco contos para ter luz em casa das 19h até 00h. Para as lojas, bares, cabeleireiros, entre outros espaços comerciais, o preço do abastecimento gira entre 10 e 20 contos mensais. O lucro declarado à CMBV é de 500 a 600 contos por mês (Quando Barraca é Business. Sexta feira 14 de novembro de 2008, pag.7).

⁶¹Estudo da Afrosondagem, 2012.

As recriações e invenções parecem surpreender a todo o momento; por exemplo; um artista sem condições financeiras usa pedra para esculpir sua arte e monta um estande de venda próximo ao hotel Marine Club.



Figura 3. Escultor de pedras da ilha de Santiago, próximo ao Hotel Marine Club. Fonte: Tith Ramos.

Este senhor é natural da ilha de Santiago e foi para Boavista à procura de melhores condições para trabalhar com sua arte. Como não conseguiu este apoio até aos dias de hoje, resolveu se desenrascar. Mas, de um modo geral, pode-se afirmar que estes agentes não delegam poderes e nem pretendem conquistar o poder, mas desenvolvem uma nova potência da vida, de organização e de produção (PELBART, 2009, pag. 132).

Neste sentido, pode-se inclusive pensar os próprios termos de resistência, não seriam apenas reações, pois essa potência da vida desde sempre esteve lá. É como se as resistências fizessem parte das novas forças libertadas, das novas modalidades de contra-poder, perante os novos mecanismos de poder que foram acionados, no contexto de exploração turística. Para Pelbart as resistências seriam “posicionamentos mais oblíquos, diagonais, híbridos, flutuantes” que possibilitam criar novos traços de

conflitualidades como, por exemplo, algumas dinâmicas urbanas que mostram a nova lógica da resistência que vão para além das figuras clássicas da recusa (PELBART, 2009, pag.136).

Negri diz: “a rebelião não é pontual nem uniforme: ela percorre ao contrário os espaços do comum e se difunde sob a forma de uma explosão dos comportamentos das singularidades que é impossível contar. É nisso que se pode definir a resistência da multidão” (NEGRID Apud: PELBRALT, 2009, pag.142).

No ver de Pelbart a multidão é uma figura subjetiva não identitária, múltipla e heterogênea, sem hierarquia, centrado e centrifugo. A multidão é uma figura que não delega poderes e nem pretende conquistar o poder, mas desenvolver uma nova potência de vida, de organização e de produção (PERLBART, 2009, pag.133).

A multidão de pobres inventa estratégias de sobrevivência, encontrando refúgio e produzindo formas de vida social, descobrindo e criando constantemente recursos do comum mediante circuitos expansivos de encontro (NEGRI; HARDT, 2011, pag. 259).

Então, acontecem uma serie de comportamentos singulares e persistentes que se acumulam, circulam, movimentam, fogem e conseguem sair pelas brechas deixadas pelo planejamento turístico. A vida nesse processo de “total exclusão” revela a sua total potência que se manifesta na capacidade que cada um dos agentes terá de descobrir, de recriar, de imaginar e de reinventar. Aquilo que parecia inteiramente submetido ao capital ou reduzido a mera passividade, a vida, aparece agora como reservatório inesgotável de sentido, mancal de formas de existência, germe de direções que extrapolam as estruturas de comando e os cálculos dos poderes constituídos (PELBART... IN: GREINER; AMORIN, 2007, pag. 22).

A população, até bem pouco tempo, era vista como “pacata”, contudo, atualmente, tem participado em massa de movimentos sociais para reivindicar melhores condições de vida e o retorno de espaços que lhes eram destinados que hoje são para turistas.

Estes movimentos sociais são uma reação a situação social de varias forma de desprezo e reivindicaçõesde uma maior inclusão ao “projeto de futuro da ilha” sob os moldes do turismo.⁶² Pode-se, de certo modo, compreender esta onda de movimentos sociais, se se

⁶²Consiste num vasto conjunto de redes, iniciativas, organizações e movimentos que lutam contra a exclusão econômica, social, política e cultural gerada pela mais recente encarnação do capitalismo global, conhecido como globalização neoliberal (SANTOS, 2010, pag.51).

pensar que a população da ilha da Boavista tem as piores taxas de inacessibilidade ao saneamento básico, a água,⁶³ a energia, aos equipamentos sociais⁶⁴.

O percentual de residências sem água canalizada é de 66,6% (a média nacional é de 39,3%); sem energia elétrica é de 30,1% (a média nacional é de 10%); sem vaso sanitário é de 43,6% (a média nacional é de 24,6%); sem cozinha é de 28,6% (a média nacional é de 20%) (INE, 2010). Além disso, por vezes, acontecem períodos de escassez de alimentos e medicamentos.⁶⁵

As iniciativas levadas a cabo pelos movimentos sociais são motivadas pela reivindicação a uma melhor redistribuição de recursos materiais, sociais, políticos, culturais, simbólicos e, como tal, se baseiam, simultaneamente, no princípio da igualdade e no princípio do reconhecimento da diferença, pois a exclusão social é produto das relações de poder desiguais (SOUZA SANTOS, 2010, pag.51).

Os movimentos sociais em Boavista têm sido bem sucedidos no tocante à postulação de argumentações emancipatórias da população, pautando-se pelo equilíbrio entre as partes que disputam o território: “temos o direito ser igual sempre que a diferença nos inferioriza; temos o direito de ser diferentes sempre que a igualdade nos descaracteriza” (SANTOS, 2006, pag.313). É nesta tensão entre igualdade e diferença que reside a possibilidade de resistir e impedir a captura da diferença pelos mecanismos homogeneizantes.

Os momentos de mobilização para a luta têm a participação tanto dos antigos como dos novos residentes da ilha,⁶⁶ o que revela certa, conformação entre os residentes que compõem a população de Boavista. Como explica Bourdieu “a probabilidade da mobilização em movimentos organizados, dotados de um aparelho e de porta-voz

⁶³ (...) águas e energias da Boavista, esta agora a canalizar toda a produção para a recém inaugurada RIU Karamboa, assim a crise de água tomou conta da ilha. Há famílias que já passaram cerca de 8 meses sem uma gota de água a pingar nas suas torneiras (...) (FREDERICO, 7 de Novembro de 2008, pag. 17). A empresa de abastecimento de água e energia do país possui uma capacidade total de 88.258 Kw de energia em todas as ilhas, e 17.800 m³/dia de água dessalinizada nas ilhas de São Vicente, Sal, Boa Vista e Santiago (Praia), sendo que as restantes ilhas/regiões são fornecidas essencialmente com água extraída de fontes naturais(pag.64, plano estratégico do turismo).

⁶⁴ A uma das que tem menos equipamentos sociais. Sendo a maioria gerida por ONGS 58% e foram instalados na ilha no período da pós-independência primeiros 14 anos.

⁶⁵ O abastecimento de produtos alimentícios entre outros como por exemplo os materiais de construção depende das ligações marítimas com as ilhas de São Vicente e Santiago leva a período de escassez quando as ligações não acontecem bem como a inflação dos produtos de consumo.

⁶⁶ Embora os movimentos sociais sejam ainda muito pouco explorados pela população como pode-se ver no questionário em anexo.

(precisamente aquilo que leva a falar de *classe*) será inversamente proporcional ao afastamento nesse espaço”.

O projeto “Ilhéu limpo e seguro” está a gerar uma onda de contestação na Boavista. Este investimento de um cabo-verdiano e um espanhol prevê a construção de um embarcadouro, uma esplanada e de um centro de recuperação da fauna no Ilhéu de Sal Rei. Dispensada a avaliação do Estudo de Impacto Ambiental pela Direção Geral do Ambiente, os investidores já começaram as obras. Frente ao facto consumado. Muitos boavistenses recorreram à rede social para protestar contra aquilo que consideram “insensibilidade e desrespeito contra um património natural” (Projeto para Ilhéu de Sal Rei gera polémica, acessado em 20 de Maio de 2012).



Figura 4. Protesto contra a construção de um empreendimento turístico, no Ilhéu de Sal Rei. Depois de muita luta a população conseguiu que o ilhéu torna-se área de proteção ambiental, assim, ficou proibida a construção de qualquer empreendimento no ilhéu.



Figura 26. Manifestação contra a empresa de energia e água (privada, estrangeira: espanhola), entre as reivindicações: má qualidade da água, cortes constantes de energia e valores excessivos, Novembro de 2012. Fonte: Tith Ramos.

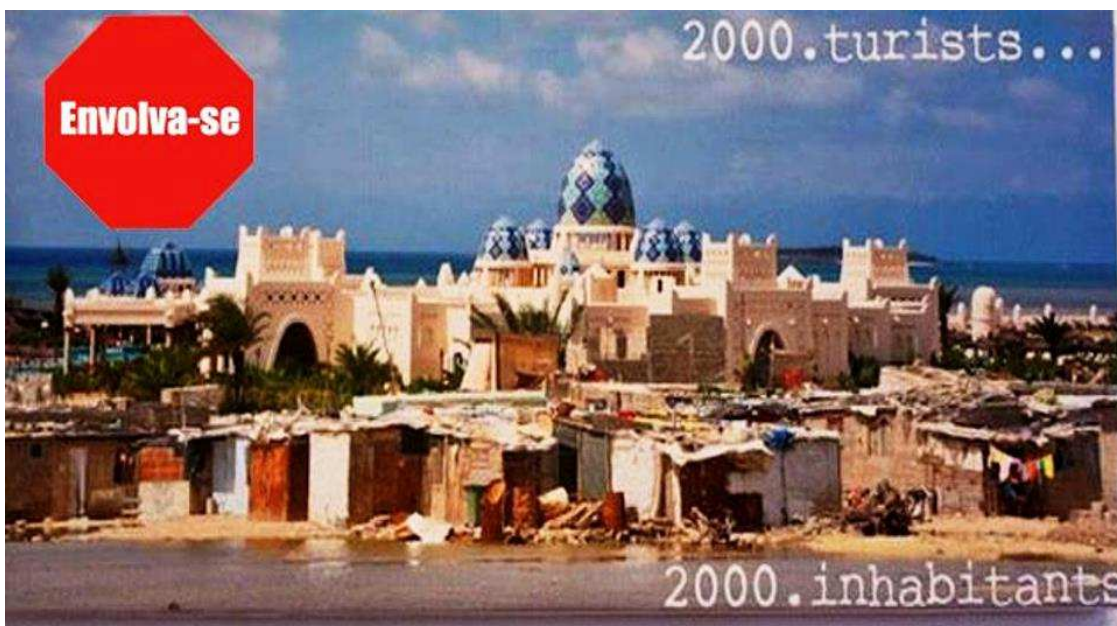


Figura 27. Cartaz em rede social. A população usa as redes sociais para reivindicar e se organizar, este cartaz foi feito pela associação amigos de Boavista.

A partir das diferentes ações no espaço como os movimentos sociais, as informalidades, a dedicação aos ofícios herdados, a população da visibilidade a uma serie de situações

de exclusão desenhados pelo modelo de “exploração turística” em curso. A forma como é conduzida a “exploração turística” na ilha, tem reduzido a vida a sobrevivida, tem produzido sobreviventes.

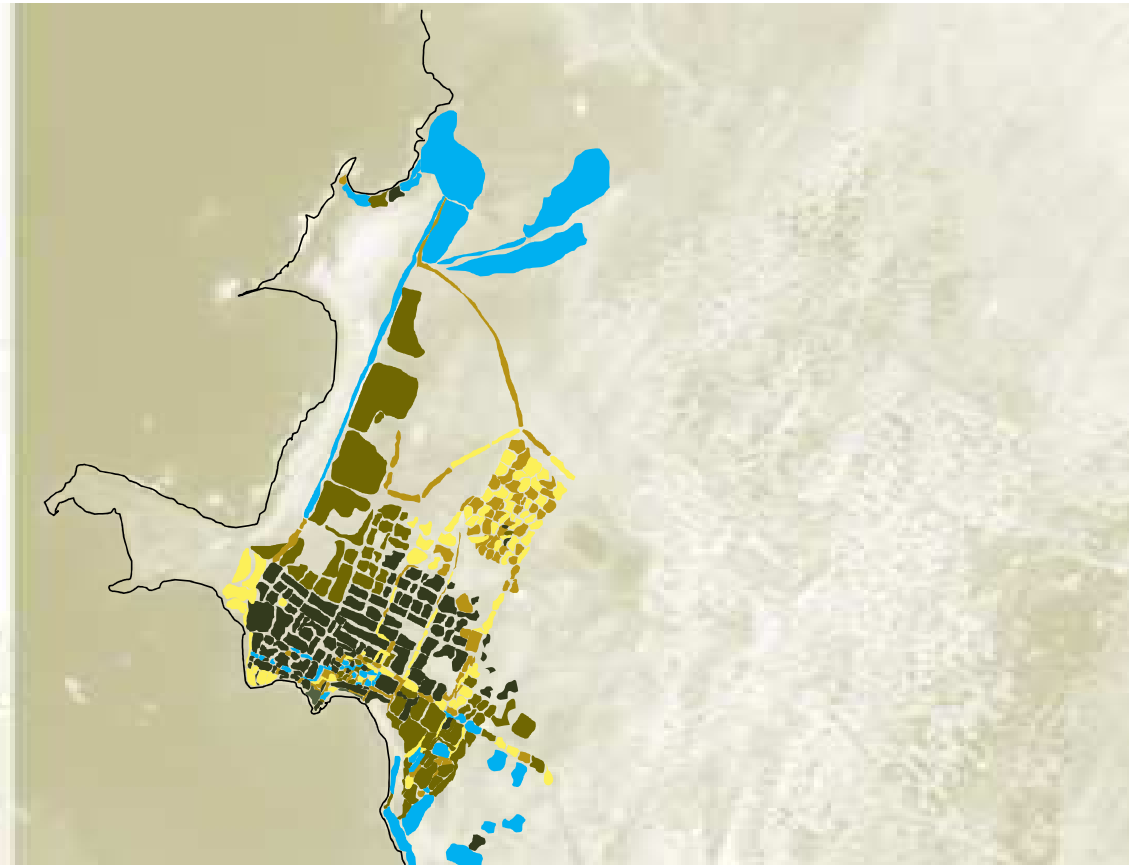


Figura 28. A apropriação do espaço. Os lugares frequentados pelos diferentes grupos, conforme o questionário aplicado.

Legenda:

- Pessoas de outras ilhas
- Pessoas da África Ocidental
- Europeus
- Boavistense
- Turistas

Deve-se concluir que, a partir da concepção relacional e sistêmica de Pierre Bourdieu, que a estrutura social da população é hierarquizada: e determinada tanto pelas relações materiais como pelas econômicas, pelas simbólicas (*status*), e culturais (escolarização). A posição que os boavistenses, os emigrantes da África Ocidental, as pessoas de outras ilhas e os europeus ocupam na estrutura social será conforme a distribuição de recursos e poderes entre eles. O poder de cada agente, conforme Bourdieu seria o capital

econômico (renda, salários, imóveis), o capital social (relações sociais que podem ser revertidas em capital), o capital simbólico (o que é geralmente chamado de prestígio /honra).

A posição no campo simbólico (privilégios, status) dos agentes é definida de acordo com o volume e a composição de um ou mais capitais adquiridos ou incorporados ao longo de suas trajetórias sociais. Pode-se afirmar que os diferentes agentes da população organizam-se em torno de três posições básicas: a posição inferior, ocupada pelos emigrantes da África ocidental e pessoas de outras ilhas (empregados) com profissões como pedreiros, camareiras, garçons, segurança e pequenos comerciantes informais; a posição média, ocupada pela população boavistense com profissões como funcionários, pequenos empresários e comerciantes, técnicos, artistas, pescadores que exercem funções mais afastadas do mercado turístico; e a posição superior ocupada pelos europeus que têm a função de empregadores, administradores e diretores (BOURDIEU, 2005, pag.299).

Os indivíduos não agem, simplesmente conforme estruturas objetivas, mas de acordo com “sistemas de *disposição* duráveis” em parte assimilados das estruturas sociais e de outro lado como respostas pessoais dos próprios sujeitos a situações ocorridas ao longo de sua vida. As diferentes posições no espaço social correspondem a estilos de vida, sistemas de desvios diferentes que são a retração simbólica de diferenças objetivamente inscritas nas condições de existência (BOURDIEU, 1983, pag.83).

O *habitus* é o princípio unificador e gerador de práticas, fórmula degenerativa que fundamenta o estilo de vida que não é mais que um conjunto unitário de preferências distintas que são exprimidas por cada agente. Logo se conclui que a visão do mundo, a escolha do ofício dos nativos, trabalhos artísticos e artesanais; as pessoas de outras ilhas e outros países da África com suas atividades informais; os europeus, pequenos empresários com suas diferentes formas de lazer representam um determinado estilo de vida de cada um dos agentes.

Conforme os dados do questionário aplicado, o grupo com menos qualificação compõe as pessoas de outros países africanos e de outras ilhas. Cerca de 45% das dos países africanos usam o seu tempo livre para descansar e 20% para praticar desporto com amigos no bairro onde moram. Esses conhecem muito pouco da ilha onde residem, e frequentam poucos lugares para além dos bairros onde moram ou trabalham. Para a grande maioria o lugar predileto é onde vivem (Barraca 50%); e o lugar mais importante e mais bonito (60%) é onde trabalham (Hotéis e ruas de Sal Rei).

Quanto ao boavistense, pode-se afirmar que o que o diferencia dos demais é o culto à sua cultura - uma forma irrepreensível do racismo de classe que conduz a ratificar o desapossamento cultural (justificando por aí o um certo distanciamento do sistema escolar em relação a essa matéria) (BOURDIEU, 2011, pag.100). Conforme o questionário, para este agente, a cidade de Sal Rei aparece em primeiro lugar como o mais importante (50%). E este tem a atividade artesanal como a principal para o lazer e trabalho.

Os europeus, com formação e renda superior a outros agentes, usam os seus tempos livre em (67%) discotecas, bares e restaurantes ou vão apraia (20%). Além disso, estes conhecem outros lugares para além de onde moram e trabalham; o seu lugar preferido e o mais bonito é a praia e o mais importante é onde trabalham. Em poucas palavras, tudo parece indicar que o grupo de operadores do turismo e o dos empregadores estão distantes no *espaço social* pela diferença de capitais que vai determinar distintos estilos de vida e conseqüentemente menor probabilidade de encontro, não obstante, o vínculo comum que estes dois agentes têm com o turismo (empregador/empregado). Mas, o abismo parece ser maior em relação aos nativos que se encontram fora desse universo da “exploração turística” .

2.3.2 O Estado e seus Planejadores.

O Estado cabo-verdiano teve como momentos auge da sua construção e reconfiguração: a Independência Nacional em 1975; a mudança de um regime de partido único para um regime multipartidário, em 1991.

Desde o descobrimento até ao momento da formação, em Portugal, dos intelectuais cabo-verdianos a sociedade caboverdiana esteve sob o domínio de uma minoria branca. A elite intelectual, influenciado pelo *Ano africano (1960)*, com a tomada de independência da maioria dos países africanos, desencadeou uma verdadeira revolução rumo à independência de Cabo Verde em 1975. Assim, estes estiveram vinculados à formação do Estado cabo-verdiano pós-independência. E a partir da assimilação cultural de ideias ocidentais apostaram num Estado nacional de que seriam os próprios construtores (ANJOS, 2006, pag.145).

Entretanto, o modelo de Estado moderno europeu adotado no país contradiz com a ideia de independência para a descolonização.

Na verdade, por um lado, a formação da elite cabo-verdiana em Portugal teve um efeito de atualização “e levou a princípios de importação de símbolos e modelos políticos, jurídicos da metrópole (centro) para a periferia (território colonial)” (ANJOS, 2006, pag.125). E por outro lado, se pensarmos que o Estado dispõe de meios de impor e de inculcar princípios duráveis de visão e de divisão, conforme Bourdieu (1993, pag.55), pode-se entender em que medida a “sociedade cabo-verdiana associa-se a demandas por importação de símbolos políticos do Ocidente e a dependência econômica quase total do exterior. Nessa situação, a importação de modelos, instituições, fórmulas e símbolos políticos tende a ser igualmente intensa” (ANJOS, 2003, pag.582).

Com a formação do Estado moderno cabo-verdiano, em 1975, as elites dirigentes vêem-se sob a necessidade de se encarregar de um aparelho burocrático herdado da colônia, que na maioria das vezes não conseguiu dominar (GONZÁLEZ, 2011, pag. 28).

Em um primeiro momento o Estado assumiu o papel de principal artífice da construção da nação, isto é, o território seria um espaço de exercício de um poder basicamente centralizado no Estado. A falta de recursos naturais e as secas prolongadas nos anos 70

fizeram com que o Estado cabo-verdiano fosse assistencialista.⁶⁷ O próprio governo aplica aquilo a que Wilensky definiu como *Welfare* (conjunto de programas de assistência social dirigidos à população mais carente e incapaz de prover por si mesma sua própria sobrevivência e/ou de seus dependentes) isto é, o governo tornou-se num *Welfare State*.⁶⁸ O contexto de aguda escassez de meios e insuficiência de infraestruturas de comunicação e de debilidade no controle de instituições que mesclam com a herança de improvisação foi-se tornando, com o tempo, cada vez mais complexo.

Mais tarde, no início da década de 90, acontecem rupturas significativas nos paradigmas socioeconômicos e políticos no país com a substituição do regime de partido único pelo sistema liberal democrático gerando, mais tarde, uma onda de privatizações e o reconhecimento do turismo como o pilar da inserção de Cabo Verde no mercado mundial.

Essa abertura política consistiu numa fragmentação onde o poder central (a nível nacional) passa a estender-se a todas as ilhas e o poder local (a nível local) passa a ser limitado pelos respectivos municípios. Contudo a fragmentação política emergiu de um contexto político administrativo de grandes setorizações de políticas públicas, numa conjuntura de prolongada crise econômica e de inserção do país no mercado globalizado do turismo.⁶⁹

Então, com apenas 15 anos de independência, com uma estrutura estatal ainda em processo de consolidação, após o longo período colonial que assolou gerações e inteligências com um modelo administrativo de base colonial, as diretrizes em Cabo Verde já eram a *fragmentação* do corpo político, com vista a “Desestatização”. Assim, o país atravessou um período de decomposição do Estado semelhante aos países centrais,

⁶⁷ A Gênese do Estado Assistencial cabo-verdiano, defendido pelo Dr. Correia e Silva, na revista de estudos cabo-verdianos, de 2001, afirma que a partir de 1968 com a generalização dos efeitos econômicos e sociais da seca, onde os campesinatos, as burguesias terratenente e aos grandes comerciantes, encontravam-se incapazes de se manter por si próprios, o Estado apareceu como o agente central de regulação social, num Estado assistencialista e distribucionista. Assim, de 1968 a 1974, o Estado faz aumentar de forma exponencial o emprego público eventual, através de um amplo programa de Obras Públicas, visando promover de meios de subsistência os camponeses tocados pela seca (Dissertação mestrado administração pública, pag.11).

⁶⁸ *Welfare State* consiste “num conjunto de programas governamentais que envolvem ação estatal no campo da atenção à saúde, previdência, assistência social, educação e habitação assegurado a todos o cidadão, não como caridade mas como um direito político” (ARRETCHE, Apud. Dissertação mestrado administração pública, pag.11).

⁶⁹ Os princípios subjacentes deste Plano são os de desenvolver um turismo de qualidade e introduzir Cabo Verde no mercado internacional, facilitando tanto a participação do sector público como do privado na sua execução, e maximizando o lucro econômico e social do turismo (plano de desenvolvimento turístico, 1990, pag.1)

sob o paradigma da gestão terceirizada das funções públicas, sem que a administração pública tivesse, em Cabo Verde, as mesmas características que se justifica a onda neoliberal no Norte (MOASSAB, 2013, acessado em 25 de maio).

De uma forma ou de outra, essa “Desestatização” tratou-se de nova face do tecido social e político, um *novo campo de força* sob o qual o Estado cabo-verdiano não terá, necessariamente, o poder de ingerência ou de investidor principal, senão o de coordenador das macro-estratégias. Ou seja, acontece uma progressiva diminuição do peso do Estado e um simultâneo reforço do poder local, remetendo a administração central para um papel de regulamentador e supervisor do sistema, através de políticas públicas (aspectos normativos, regulamentação, etc.) (FERREIRA, 2012, pag.20).

Enquanto isso, o poder local passa a assumir e a ser sobrecarregado com diversos encargos como o planeamento, o saneamento básico, o desenvolvimento de atividades econômicas e de investimentos, a saúde, a educação, o emprego, a formação profissional, a habitação, a promoção social, os transportes rodoviários, a cultura, o desporto, o turismo, o ambiente, a polícia e a proteção civil.

Assim, as autarquias locais, mesmo com sua fracas formas de captação de recursos, passam a ser entendidas como entidades que possuem um certa autonomia financeira, isto é, capazes de obter receitas próprias a partir da recolha de impostos. O município da Boavista recebe uma parcela reduzida de entre o leque dos 22 (vinte e dois), pois o valor da receita distribuída pelo poder central varia de acordo com o numero da população, o que torna esta distribuição extremamente desigual entre os diferentes. Para se ter uma ideia dessa desigualdade, basta ver-se que o valor embolsado à ilha da Boavista foi de 49,3 mil contos, em 2007, enquanto á ilha de Santiago foi de 671,8 mil contos (BARBOSA, 2009...Apud: Mestrado Administração Pública,[s.d], pag.93).

Com o incremento do turismo nos últimos anos e o aumento substancial da população residente⁷⁰ e flutuante, as receitas arrecadadas pela autarquia local têm-se mostrado insuficientes para dar resposta aos encargos com a saúde, transportes, segurança e proteção civil (CÂMARA MUNICIPAL DA BOAVISTA -Perfil Urbano da Cidade de Sal Rei, Fevereiro 2012, pag.25).

⁷⁰Boavista é a Ilha/Concelho com maiores transformações demográficas nas últimas décadas e com maior crescimento da população. De 2000-2010 a população passou de 4.209 para 9.162 habitantes.

Deste modo, sem a capacidade de dar resposta aos serviços urbanos básicos, estes têm sido privatizados, como é o caso do abastecimento da energia elétrica e da água⁷¹ um bem social, necessário ao bem-estar da população, mas também um recurso, à volta do qual se desenvolvem as principais atividades económicas geradoras de rendimento. Anteriormente o fornecimento de energia era feito pela empresa pública ELECTRA, mas com a sua privatização, este passou para as mãos desta empresa Espanhola, AEB - Águas e Energia da Boavista⁷² que tomou posse exatamente durante a construção do maior empreendimento turístico, da cadeia espanhola, RIU. E, esta privatização, foi negociada pela sociedade de desenvolvimento turístico da ilha (SDTIBM).⁷³

Nos dias de hoje, a população da cidade de Sal Rei tem sofrido com sucessivos apagões, a qualidade da água fornecida é duvidosa⁷⁴ e a iluminação pública é deficitária em todos os povoados da ilha. Em Povoação Velha, por exemplo, a população tem apenas 12 horas de energia elétrica, não obstante os protestos para 24 horas.

Compramos gato por lebre, é assim que os moradores classificam a medida da Câmara Municipal ao voltar atrás na promessa de fornecimento de energia elétrica por 24 horas. Acusam a edilidade e o seu presidente de enganar os boavistenses e de se aproveitar das necessidades do povo para ganhar votos (Acessado em 26/07/2013 disponível:<http://bubistacabrer.blogspot.com.br/>).

Para além disso, atualmente, apenas, 33% das famílias em Boavista habitam em alojamentos ligados à rede de distribuição de água; não existe aterro sanitário e nem de estações de tratamento de águas residuais na ilha. Relativamente às águas residuais, nota-se algum trabalho pontual feito pela empresa AEB que tem vindo a rentabilizar e a

⁷¹ Segundo a Lei n.º 134/IV/95, de 3 de Julho, no seu artigo 29º, atribui aos municípios a responsabilidade pelo estabelecimento e gestão de sistemas municipais de abastecimento de água, de esgotos, descarga, evacuação e reutilização de águas residuais, de recolha e tratamento dos resíduos sólidos urbanos e da limpeza pública e drenagem das águas pluviais.

⁷² Explorado por Espanhóis.

⁷³ A Comissão Executiva da Sociedade de Desenvolvimento Turístico das Ilhas de Boavista e Maio (SDTIBM) desloca-se segunda-feira à Boavista para inteirar-se do estado de evolução dos investimentos em curso, que ultrapassam 230 milhões de euros. Entre os investimentos que a SDTIBM está direta ou indiretamente a promover na Boavista, constam as instalações técnicas da AEB - Águas e Energia da Boavista, a construção da via estruturante que ligará o Aeroporto Internacional da Boavista à ZDTI (Zonas de Desenvolvimento Turístico Integrado) de Santa Mónica, a urbanização de Lacacão e a estrada de acesso à Chave Centro. Quanto à AEB, a Sociedade pretende nesta visita de três dias, constatar os investimentos realizados, bem como a capacidade de resposta desta empresa às necessidades impostas pela dinâmica do desenvolvimento da ilha da Boavista (<http://www.funco.org>, acessado em 15 de Maio 2013).

⁷⁴ Segundo a diretora da Água e energias de Boavista- faz dois anos que foi aberto o concurso para engenheiro químico para analisar e até a decorrente data a empresa.

aumentar, gradualmente, o volume de águas tratadas e reutilizáveis. Porém, a maior parte é absorvida pelos hotéis para rega dos seus espaços verdes (CÂMARA MUNICIPAL DA BOAVISTA -Perfil Urbano da cidade de Sal Rei, Fevereiro 2012, pag.52).



Figura 29.Cidade de Sal Rei em dias de Chuva. Fonte: Tith Ramos.

Por outro lado, nos últimos tempos, tem crescido consideravelmente a produção de resíduos sólidos resultado do acelerado crescimento demográfico, do aparecimento de novas atividades humanas no meio urbano, da mudança de hábitos de vida da população residente e do aumento da população flutuante. O lixo produzido na ilha ronda as 4.500 toneladas ao ano. O sistema de recolha dos resíduos sólidos ainda é muito deficiente e abrange somente a cidade de Sal Rei.

“É um espetáculo deplorável e degradante que presenciamos quando nos aproximamos da lixeira municipal a céu aberto. A acumulação de águas paradas, lixo e dejetos com consequências ambientais e de graves consequências para a saúde pública” (Verdade Boavista, acessado em 20 de Maio.).

A Câmara Municipal argumenta que não consegue por cobro a esta e outras situações porque “faltam recursos”. A instituição vê na cobrança de mais impostos aos municípios a solução para os problemas existentes: “ainda bem que o governo já deu conta da necessidade de programar novos impostos, como o IPTU/Brasil, para angariar fundos para os municípios” (Responsável pelo Gabinete técnico de planejamento, Victor Cardoso).

Com vista a reunir as condições para o turismo e conseguir uma maior *competitividade*, o governo tem optado a estratégia de construção de *Cluster*, uma rede de elementos que vão reunir as condições que determinam a competitividade de um serviço localizado maioritariamente no âmbito local, conformado pela relação entre empresas e serviços (hoteleiros e provedores, etc.) bem como as infraestruturas de comunicação (portos, aeroportos), as atividades complementares (comércio, animação, etc.), escolas de formação e de entre outros (Plano Nacional de Desenvolvimento Turístico, 1990-2000, pag.70).

Neste sentido cada ilha será uma zona separada e a tipologia de estratégia, de acordo com a oferta e a procura turística. A ilha de Boavista foi eleita pelo Governo como uma parcela do território nacional onde o processo de desenvolvimento económico e social será assegurado pelo aproveitamento das suas potencialidades para o turismo de Sol e Mar. A ilha com o seu longo areal de praias ficou abrangida assim pelo *Cluster* de Praia e Mar.⁷⁵

Neste sentido, o Estado, responsável pela política de desenvolvimento territorial e pelo provimento de infraestruturas, cria a Sociedade de Desenvolvimento Turístico da ilha de Boavista um órgão responsável pela organização, planejamento e promoção do turismo na ilha.

Esta sociedade, na última década, tem investido no provimento de infraestruturas que sustentam o mercado do turismo com a ampliação e construção de porto, aeroporto e estradas que, pelos vistos, tiveram grande impacto na promoção do turismo na ilha com a ampliação e internacionalização do aeroporto da ilha da Boavista, em 2007, houve um crescimento considerável do interesse de investidores estrangeiros na “exploração

⁷⁵Boavista e Maio são as ilhas mais valiosas para desenvolver este segmento. Ambas possuem magníficas e extensas praias virgens, um mar cáldo e limpo e uns fundos marinhos de imenso interesse pelos seus endemismos, o que representa um potencial para o mergulho e submarinismo. Tem alto potencial para a prática da pesca de altura pelos seus enormes recursos halieuticos e para *windsurf* devido ao vento que sopra durante longas épocas durante o ano (Plano de desenvolvimento turístico, 1990, pag.81)

turística” a que se vão juntar vai se juntar os primeiros investidores, Italianos e Portugueses e outros de outras origens: Ingleses, Irlandeses, Espanhóis, Árabes e Belgas que juntos começam a fazer aquisições massivas de terrenos para a construção de inúmeros e enormes empreendimentos turísticos.

Mas para além do aeroporto internacional outras infraestruturas de apoio a atividade turística foram construídas como vias estruturantes que fazem a ligação do Aeroporto a algumas localidades e principalmente as Zonas de Desenvolvimento Turístico reservadas a construção de hotéis.⁷⁶

Contudo, estas obras apesar de terem muito pouco tempo de vida, vêm apresentando diversos problemas. Um exemplo é a ponte *Ribeira d’Água*, uma extensão da estrada que liga Sal Rei ao Aeroporto que caiu após 5 anos da sua construção⁷⁷.



Figura 30. Aeroporto Internacional de Boavista. Fonte: www.sdtibm.cv.

⁷⁶ O seu traçado tem início numa intersecção que dá acesso ao Aeroporto Internacional da Boavista (Intersecção Aeroporto) até outra intersecção que dará acesso à Urbanização de Lacação (Intersecção Lacação), uma das maiores urbanizações jamais construída em Cabo Verde. Para além daquelas duas intersecções foram projetadas outras duas que darão acesso à Povoação Velha/Morro de Areia (Intersecção Povoação Velha) e a Santa Mónica (Intersecção Santa Mónica). (www.sdtibm.cv).

⁷⁷ “Queda da ponte de Ribeira d’Água ocorrida no dia 26 de Setembro, na seqüência de fortes chuvas caídas na Boavista. Um trabalho que demorou cerca de um mês e meio, muito por culpa dos obstáculos que a equipa encontrou na hora de apurar a natureza e a qualidade dos meios empregues na construção em 2007” (<http://www.asemana.publ.cv/spip.php?article68302>).



Figura 31. Queda da ponte Ribeira d'Água, Outubro de 2012. Fonte: Tith Ramos

E mesmo como provimento destas infraestruturas, os operadores turísticos não estão satisfeitos e pedem mais investimentos para obterem um maior lucro, ou seja, para a reprodução continuada do seu capital:

“Nós últimos anos Boavista recebeu vários investimentos para o setor do turismo por parte do governo como aeroporto, portos e estradas porem podia fazer muito mais. Nós operadores estamos descontentes porque temos pouca margem de manobra, imagina o Aeroporto não pode receber voos a noite porque a pista ainda não é iluminada, isso é uma barreira para um maior fluxo de turistas”(Operador Nacional, Manuel António Mendes de Boavista).

Enquanto isso, a população reclama do abandono por parte do governo e da excessiva e exclusiva atenção que este tem dado à atividade turística:

“O governo só se preocupa com o turismo, se acontecer algo que põem em risco o turismo, como a queda da ponte, eles vêm até a ilha para averiguar, se fosse com a população não viriam” (Tania 24 anos, natural de Boavista).

Para além da infraestruturização, o Estado é responsável pela criação dos meios burocráticos de produção do espaço. Quanto a este aspeto, foi criada a política de ordenamento do território, em 1993 (LBOTNPU, Lei nº85/IV/1993, de 16 julho).

Com aproximadamente duas décadas da sua implementação, esta política já passou por duas reformas e até aos dias atuais discute-se a melhor forma de fazê-lo. Esta política é de tradição portuguesa⁷⁸ e chegou ao país a partir da cooperação europeia. Ela tem como propósito a melhoria da qualidade de vida dos cidadãos, a proteção ambiental, o desenvolvimento equilibrado das regiões mediante a elaboração e execução de planos que disciplinem a organização espacial das atividades com impacto na ocupação, o uso e transformação do espaço. Os planos a que aqui se referem são: o esquema nacional,⁷⁹ o esquema regional,⁸⁰ o plano especial, o plano diretor municipal, o plano de desenvolvimento urbano e o plano detalhado⁸¹ (GONZÁLEZ, 2011, pag.133).

De modo geral, estes planos são de caráter regulador e normativo e tem a pretensão de dar rumos ao desenvolvimento territorial e urbano em Cabo Verde sem enfrentar e discutir as questões sociais como a reforma urbana, o acesso à terra, as melhores medidas participativas entre outras.⁸²

Particularmente, a ilha da Boavista tem apenas arcabouços do que deveriam ser o Plano de Desenvolvimento Municipal e o Plano de Desenvolvimento Urbano. O primeiro foi

⁷⁸ Em Cabo verde existe um modelo de planificação territorial vinculado diretamente com a tradição portuguesa (VÁZQUEZ, 2011, pag.118).

⁷⁹ 1) O esquema nacional de ordenamento do território é instrumento de planeamento que, a nível nacional, estabelece o quadro espacial das atuações com impacto na organização do território. 2) O esquema nacional de ordenamento do território abrange a totalidade do território cabo-verdiano. 3) O esquema nacional de ordenamento do território identifica os interesses públicos de nível nacional por ele protegidos.

⁸⁰ Mas estão já em situação de aprovação final nos casos de três das ilhas: São Antão, Fogo e Santiago. Em suma fase precedente, a de consulta pública, se encontra o EROT de São Nicolau, no entanto o restante do arquipélago não se iniciou o processo de planificação de escala regional (GONZÁLEZ, 2011, pag.132).

⁸¹ PDU: Estão presentes em seis das ilhas com uma implantação desigual, ainda que destacam os municípios de Tarrafal de São Nicolau e São Miguel, ambos com elaboração de três planos deste tipo e Santiago com dois. Em total se iniciou a elaboração destes instrumentos em 12 dos municípios de Cabo Verde. Todos se encontram em fase de redação sem que, todavia haja sido aprovado nenhum (como pode ser visto no quadro 1 (GONZÁLEZ, 2011, pag.134).

elaborado pela Sociedade de Desenvolvimento Turístico⁸³, enquanto o segundo foi concebido por uma empresa privada⁸⁴ e teve a participação de ⁸⁵ arquitetos, engenheiro, geógrafo, auditor ambiental, sociólogo, economista, jurista e acompanhada por uma comissão⁸⁶ constituída por membro da Sociedade de Desenvolvimento Turístico, da Câmara Municipal local, da Direção Geral do Ordenamento do Território e Habitação e da Direção Geral do Ambiente.⁸⁷

A participação da população no processo de elaboração ocorreu durante as discussões publicas. Entretanto, apesar de a autarquia local seguir todas as diretivas para esta participação, a adesão tem sido muito fraca e com poucas intervenções.

“As pessoas não intervêm durante a consulta publica, a participação publica é deficitária. Nós anunciamos na radio, na Televisão, mas pouca gente aparece” (Técnico da Câmara Municipal da Victor Cardoso).

De acordo com o questionário realizado, todas os inquiridos desconhecem⁸⁸ os instrumentos de planeamento (Ver Anexo). Por um lado, esta falta de interesse pode

⁸³A Câmara Municipal da Boavista faz esta segunda-feira, 31, a apresentação pública do seu pré-Plano Diretor Municipal. O documento é um esboço daquilo que deverá ser o PDM da ilha, encomendado pelo município em parceria com Sociedade de Desenvolvimento Turístico Integrado das Ilhas da Boavista e Maio. O pré-plano contém alguns elementos daquilo que será o PDM da Boavista, um documento que rege a organização espacial do território municipal e estabelece as principais regras para a ocupação e transformação territorial e define as normas de execução urbanística. No caso da Boavista, este instrumento deve definir ainda as opções de desenvolvimento assumidas no que tange ao sector turístico, às infra-estruturas planeadas, aos planos de investimento e aos equipamentos sociais como praças, hospitais, escolas e espaços destinados ao desporto. O PDM terá uma vigência de 12 anos (Jornal a semana online, Boavista apresenta esboço do Plano Diretor Municipal, 31 Outubro 2011, <http://www.asemana.publ.cv>).

⁸⁴A empresa Loide Engenharia, empresa que realiza estudos, projetos, consultoria e prestação de serviços (plano de desenvolvimento Urbano de Sal Rei).

⁸⁵Coordenador Geral: Dr. José Maria Semedo, Coordenador Adjunto / Gestor: Arqt.º Fernando Santos, Arquitecta Estagiária: Soraia Silva, Arquitecto: Gerson Andrade, Engenheiro Civil: José Pina, Geógrafo e Auditor Ambiental: José Maria Semedo, Sociólogo: Nardi Sousa, Economista: Floresvindo Barbosa, Jurista: Edna Moreira (Regulamento, Câmara Municipal de Boavista, Plano de desenvolvimento Urbano de Sal).

⁸⁶A elaboração é acompanhada por uma comissão de Acompanhamento que integra os representantes dos departamentos governamentais responsáveis pelos setores das infra-estruturas, transportes e telecomunicações, da reforma do Estado, das finanças, da administração interna, do ambiente, desenvolvimento rural e recursos marinhos, da descentralização, habitação, da saúde, da defesa nacional, da economia, da energia e água, do trabalho, formação profissional e solidariedade social e da educação e ensino superior (...) a comissão de acompanhamento prevista no número anterior, integra ainda, obrigatoriamente, um representante da Associação Nacional dos Municípios cabo-verdianos indigitado pelo Presidente (Artigo 33º. I serie-nº37<<B.O>> Da República de Cabo Verde-27 de Setembro de 2010, pag.1437)

⁸⁷Sociedade de desenvolvimento turístico da Boavista Eng.º Francisco Neves, Câmara Municipal de Boavista: Urb. Victor Cardoso, Dir. Geral do Ordenamento do Território e Habitação (DGOH): Arqt.º Manuel Barradas Tavares, Dir. Geral do Ambiente (DGA): Dr.ª Lisa Lima / Dr.ª Aline Tavares.

⁸⁸Apesar de Habermas não fazer parte do nosso modelo metodológico em sua *Teoria do Agir Comunicativo*, ele diz: “o ‘saber em que’ tal ou tal coisa consiste está implicitamente ligado a um ‘saber

dever-se ao seu baixo grau de escolaridade, pois apesar de a ilha ter uma das melhores taxas de alfabetização de Cabo Verde (90,3%) a grande maioria da população tem um baixo nível de instrução, (35%) possui o nível secundário e apenas (3%) o nível médio-superior⁸⁹ (INE, 2010). E, por outro lado, estamedida participativa segue apenas as diretivas da “democracia”, ou seja, não tem analisado os elementos condicionantes para areal participação e nem se o método dotado é correto ou não.

“Os cidadãos têm o direito e o dever de participar na definição elaboração, execução e fiscalização do cumprimento dos instrumentos de gestão territorial, através dos órgãos competentes da administração central, regional e local, de outras pessoas coletivas de direito público e de pessoas e entidades privadas” (I SERIE - Nº 23<<B.O>>Participação dos Cidadãos, base IV. Da república de Cabo Verde-21 de junho de 2010, pag.803)

Portanto, não obstante haver uma lei, uma estrutura básica para o funcionamento da participação da sociedade boavistense, este mecanismo institucional não tem sido acompanhado de um mecanismo efetivo de participação.

Neste sentido a participação torna-se uma abstração, pois ela só se efetiva com o real envolvimento e ação dos cidadãos. E para além disso, a não universalização do direito de participação e a restrição desse direito a apenas alguns (pessoas com mais instrução), leva a um abismo entre a lei e a sua aplicação que vai ser mediado, por sua vez, pelas relações de poder que envolvem a sociedade. Diante deste cenário, a interlocução entre a população local e o poder público tem sido proporcionadapelossucessivos movimentos sociais como protestos, abaixo assinados levadas a cabo.

E ainda, diante dos fracos meios de participação têm surgido desacordos, que resultam em impasses para a efetiva aprovação dos planos, como é o caso da venda do alto da Rochinha e a definição dos limites do plano de desenvolvimento urbano.

“O PDU invade esta parcela do território porque ainda não foi não homologação os limites da área de reserva ambiental, apesar de já existir a proposta”.(...) “o governo disponibiliza mais área para a expansão urbana e depois constrói parque eólico na região” (Técnico da Câmara do Victor Cardoso).

porque’ e reenvia nesse sentido às justificações potenciais. [...] Em outros termos, a gramática do termo ‘saber’ implica que tudo aquilo que nós sabemos pode ser criticado e justificado” (ALVES, 2009, pag.182).

⁸⁹ Resultados do QUIBB 2007.

Mesmo com estas situações, os planos são vistos pela autarquia local como instrumentos que “adentram nos conflitos” e que surgem como elementos condicionantes para a resolução dos anteriores a eles (Vitor Cardoso).

Mas será que a estratégia de ordenamento territorial com seus planos é a tradução de uma retórica pública capaz de representar conteúdos dos conflitos espaços-territoriais na ilha da Boavista? Nota-se, que os planos são difundidos como praticas que eliminam os conflitos, sem passar pela sua compreensão como produto da tensão desigual do poder no seio da sociedade que o constrói. Afinal de contas a crise do planejamento é apontada por muitos autores como Flavio Villaça, Ermínia Maricato, Raquel Rolnik, Milton Santos que tem mostrado que é impossível tratarmos do ambiente construído, sem estudarmos a fundo a sociedade que o constrói. De fato os nossos territórios refletem as relações sociais além de participar ativamente de sua reprodução. Dessa forma, o território é influenciado pelas relações sociais tanto quanto estas, também, o influenciam. Então, ele carrega características da maneira como se dão às relações sociais, pois essas relações têm uma implicação intrínseca com o ambiente construído.

Além disso, consoante Foucault, para se pensar os conflitos, a pergunta não deve ser o que fazer mas, sim, o que tem sido feito? O autor traz como alternativa a abordagem do planejamento territorial que se deve centra em "o que é feito na prática" centrando-se no poder, para a compreensão do processo de inclusão e exclusão e uma maior aproximação com a realidade. Essa alternativa permite ver os diferentes campos de interesse, as disputas, as relações de poder e como aprópria racionalidade da política do ordenamento do território pode ser um fator de conflitos: “É o que Flyvbjerg tem chamado de “vida real” racionalidade Flyvbjerg, onde o foco muda do que deve ser feito para o que é realmente feito” (ALLMENDINGER; JONES, 2002, pág. 9).

Quando a questão se centra em o que deve ser feito? eliminam-se completamente os conflitos de sua reflexão que e, deste modo, são produzidos como inexistentes, como algum exterior mesmo na própria concepção de inclusão. Para além disso, impede ao Estado e seus planejadores, a aproximação da importância de uma análise de conflitos e das relações de poder, como um elementos centrais para uma teoria de desenvolvimento territorial. Para Boaventura Santos, a invisibilidade dos conflitos espaço-territorial, faz parte de um pensamento moderno ocidental que age como instrumento que dita regras para o progresso (2010, pag.32). Atualmente, mesmo sem a aprovação dos planos de desenvolvimento urbano e regional, tem sido colocado em prática os planos de zoneamentos turísticos e zonas de proteção ambiental.

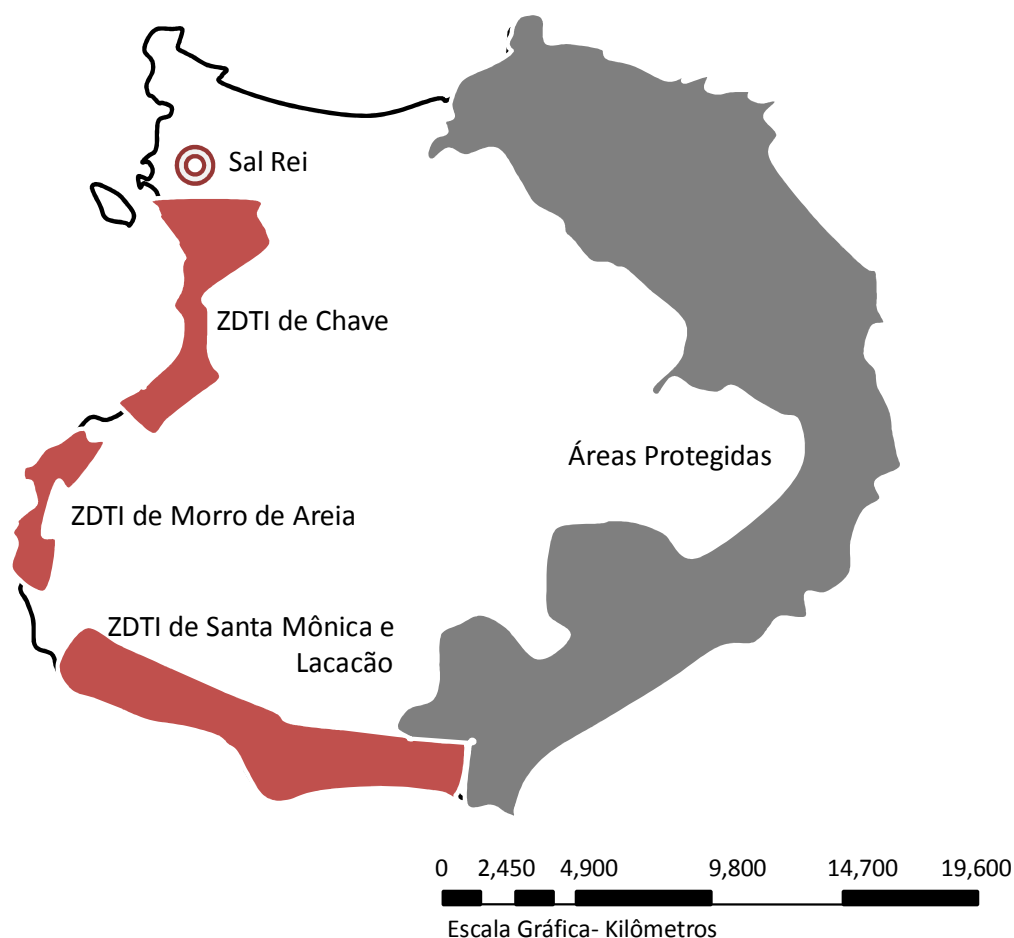


Figura 32. Mapa da zona de proteção ambiental e zonas destinadas ao turismo.

A ilha, hoje, tem três zoneamentos turísticos e uma grande extensão de área de proteção ambiental, ainda em fase de aprovação. Os primeiros são da responsabilidade da Sociedade de Desenvolvimento Turístico da ilha da Boavista⁹⁰ e o segundo, é uma zona de proteção ambiental da responsabilidade do ministério do meio Ambiente.

⁹⁰ Nas ilhas da Boavista e Maio, as ZDTI's está sob a responsabilidade da SDTIBM, já se encontram aprovados os Planos de Ordenamento Turístico (POT's) das ZDTI's de Chaves, Morro de Areia e Santa Mônica (na Boavista) e Sul da Vila do Maio (no Maio). Conselho Nacional do Turismo (CNT), que tem como objetivo zelar pelo desenvolvimento e coordenação de políticas do sector de turismo; Direção Geral de Turismo (DGT), que responde pela administração pública na área do turismo e é responsável pela definição de políticas e estratégias para o turismo, pela dotação do sector de um corpo de normas adequado e sua consequente fiscalização³⁰, pelo desenvolvimento de relações institucionais a nível internacional, para a cooperação e desenvolvimento; E ainda, associações de operadores do sector, como

- ZDTI de Chave, declarada em 1994 pelo Decreto-Regulamentar nº7/94 de 23 de Maio, objeto de reconfiguração nos termos do Decreto-Regulamentar nº 7/2007 de 19 de Março e possui uma superfície aproximada de 1 654 hectares;
- ZDTI de Santa Mónica e Lacação, declarada em 1994 pelo Decreto-Regulamentar nº7/94 de 23 de Maio, objeto de reconfiguração nos termos do Decreto-Regulamentar nº7/2007 de 19 de Março e possui uma superfície aproximada de 3 432 hectares;
- ZDTI de Morro de Areia, declarada em 2007 pelo Decreto-Regulamentar nº7/2007 de 19 de Março e possui uma área aproximada de 624 hectares.

Conforme a análise Maricato, a lei de zoneamento constitui talvez a expressão mais forte do Urbanismo Moderno com sua utopia de dirigir o uso e a ocupação do solo, com regras universais e genéricas, separando usos, níveis de circulação, tipologias de edifícios, padrões de ocupação do solo etc. A autora aponta algumas críticas que já vêm sendo feitas a esse modelo:

- Ela está bastante descaracterizada com a grande parte das edificações e seu uso, fora da lei;
- dificulta a ampliação do mercado privado em direção a camadas de mais baixa renda;
- desconsidera a questão ambiental;
- é de difícil compreensão e aplicação;
- ignora as potencialidades dadas pelos arranjos locais ou informais; e, finalmente,
- contribui para a segregação e a ilegalidade (MARICATO, 2002, pag.114).

Entre as leis de produção do espaço da responsabilidade do Estado estão, também, as taxas de propriedade fundiária, de edificações, do uso da terra e das atividades produtivas. Os investidores estrangeiros do setor turístico tem isenção total de impostos e taxas durante os cinco primeiros anos de atividade, redução de 50% da contribuição predial e industrial nos 10 anos seguintes, isenção de impostos de importação de materiais de construção, utensílios necessários á instalação dos empreendimentos.

a UNOTUR (União Nacional dos Operadores do Turismo), a PROMITUR (Associação dos Promotores Imobiliário-Turísticos), e a APTCV (Associação dos Profissionais do Turismo de Cabo Verde).

Aqui tenho bons negócios e é muito bom porque temos isenção de impostos. Esta à ver o hotel Rio fazem três vezes mais dinheiro aqui do que na Espanha e vai tudo embora (nada fica aqui). Como é que um governo pode arrecadar apenas com as taxas portuárias e aeroportuárias com o turismo (Simon da Inglaterra, trabalha com venda de apartamentos de luxo).

No entanto, a população são cobrados cerca de sete tipos de impostos, de entre eles o IUP (Imposto Único sobre Patrimônio) que incide sobre:

- O valor patrimonial fiscal dos edifícios; a construção de edifícios;
- O valor das transmissões de imóveis sujeitos a registro;
- O valor das operações de natureza societária sujeitos a escritura pública cessão de quotas ou outros de igual natureza;
- O valor do uso ou fruição dos veículos automóveis, sujeitos a registros;
- As mais valias originadas pela valorização dos terrenos para a construção, transmissões de edifícios, bens móveis e imóveis (Disponível em: <http://caboverde.eregulations.org>, acessado em 2 de junho de 2012).

Pode-se afirmar que a diferença de impostos pagos pelos nacionais e pelos investidores estrangeiros resultam também em uma diferenciação sócio espacial.

Pode-se concluir que o Estado é uma comunidade humana que reivindica com sucesso o monopólio do uso legítimo da violência em um território determinado (BOURDIEU, 2011, pag.99).

Se o Estado pode exercer uma violência simbólica é porque ele se encara tanto na objetividade, sob a forma de estruturas e de mecanismo específicos, quanto na “subjetividade”, ou seja, nas mentes, sob a forma de estruturas mentais, de esquemas de percepção e de pensamento. Dado que ele é resultado de um processo que institui, ao mesmo tempo faz com que se esqueça de que resulta de uma série de atos de institucionais e apresenta-se com toda a aparência do natural, por isso, a importância da reconstrução da gênese do Estado como um instrumento fundamental de rupturas. E é apenas essa reconstrução que vai permitir a visibilidade dos conflitos e os confrontos dos primeiros momentos e, assim, conhecer os possíveis excluídos e beneficiados.

Foucault refere-se a mecanismos de poder que haviam sido introduzidos no desenvolvimento da sociedade e do Estado. E, quanto a isto, diz que esses mecanismos foram introduzidos com certa defasagem cronológica, mas que se sobrepõe (o biopoder e

da biopolítica). Um destes mecanismos remete a uma técnica de poder centrada no corpo, portanto disciplinar; e outro é regulamentadora da vida⁹¹. Mas o que seria o biopoder e a biopolítica nós dias de hoje? Pelbart no seu trabalho faz uma análise do poder e da vida na contemporaneidade e deixa claro que a ideia de vida deixou de ser definida apenas a partir dos processos biológicos que afetam a população e que o poder sobre a vida passou a contrapor com a potência da vida. Segundo ele a “biopolítica não significa mais poder sobre a vida, mas antes a potência da vida” e no contexto biopolítico contemporâneo, é a própria vida que está em jogo, “é ela o campo de batalha” (PELBART, 2009, pag.134).

O poder (Estado, Mídia, Ciência e o Capital) penetrou todas as esferas da existência tornando-se pós-moderno, ondulante, acentrado, reticular e molecular. E esse poder já não se exerce desde fora nem de cima, mas como que por dentro, pilotando a nossa vitalidade social de cabo a rabo (PELBART IN: GREINER; AMORIN, 2007, pag. 21). A “exploração turística” guiado pela lógica do apartamento e exclusão mobiliza a subjetividade. De forma coletiva ou individual, diferentes grupos têm apresentado contra-histórias com as suas criações e recriações artísticas, artesanais e informais: “a força da invenção se tornou a principal fonte de valor, independente até do capital ou da relação assalariada. Pode-se dizer que a força da invenção está disseminada por toda parte, e não mais circunscrita aos espaços de produção consagrados enquanto tais”. Pois se pode dizer que hoje “não se produz só na fábrica, não se cria só na arte, não se resiste só na política” (PELBART, 2009, pag. 132).

O autor chega inclusive a chamar este movimento de “êxodo do Estado” uma modalidade de resistência criativa, isto é, uma linha de fuga e ao mesmo tempo um ato de imaginação coletiva. A deserção de certos circuitos consagrados (estatais, políticos, midiáticos. etc.) e a invenção de outras cenas (PELBART, 2009, pag. 133).

⁹¹Assim ele diz quando se refere às duas: “um é centrada no corpo, produz efeitos individualizantes, manipula o corpo como foco de forças que é preciso tornar úteis e dóceis ao mesmo tempo. E outra (...) é centrada no corpo, mas na vida; uma tecnologia que agrupa os efeitos de massas próprios de uma população, que procura controlar a série de eventos fortuitos que podem Dearrer numa massa viva; uma tecnologia que procura controlar (...)” (FOUCAULT, 1999, pag. 296). O biopoder é um mecanismo de poder que emergiu no regime de soberania, consistia num mecanismo de supressão, de extorsão, seja da riqueza, do trabalho, da força, do sangue, culminando com o privilégio de suprimir a própria vida, no regime subsequente de biopoder ele passa a funcionar na base da incitação, do reforço, da vigilância, visando a aperfeiçoar as forças vitais que ele submete. E quanto ao poder biopolítico que emergiu na segunda metade do século XVIII segundo Foucault frente a problemas econômicos e políticos e trata-se de um conjunto de processos como a proporção dos nascimentos e do sóbitos, a taxa de reprodução, a fecundidade de urna população, etc. Então a biopolítica é para ele a inclusão do corpo e da vida nos cálculos explícitos do poder-poder sobre a vida segundo Pelbart (PELBART, 2009, pag.134).

Conforme ele a defesa da vida tornou-se um lugar-comum. Todos a invocam, desde os que se ocupam da manipulação genética até aos que empreendem guerras planetárias.

Desta forma, a compreensão de resistência é reconhecida aos praticantes ordinários; à população local na sua preservação de valores, na sua reinvenção, na originalidade dos espaços produzidos, que se contrapõem a lógica de mercado do turismo internacional, ou seja, pode-se dizer que esses atos de resistências são os gestos e vozes dessa população.

Assim, em suma, o Estado desempenha múltiplos papéis em relação à produção do espaço. Essa multiplicidade decorre do fato de ele constituir uma arena naquaisdiferentes interesses e conflitos se enfrentam (CORRÊA, 2011, pag.46).

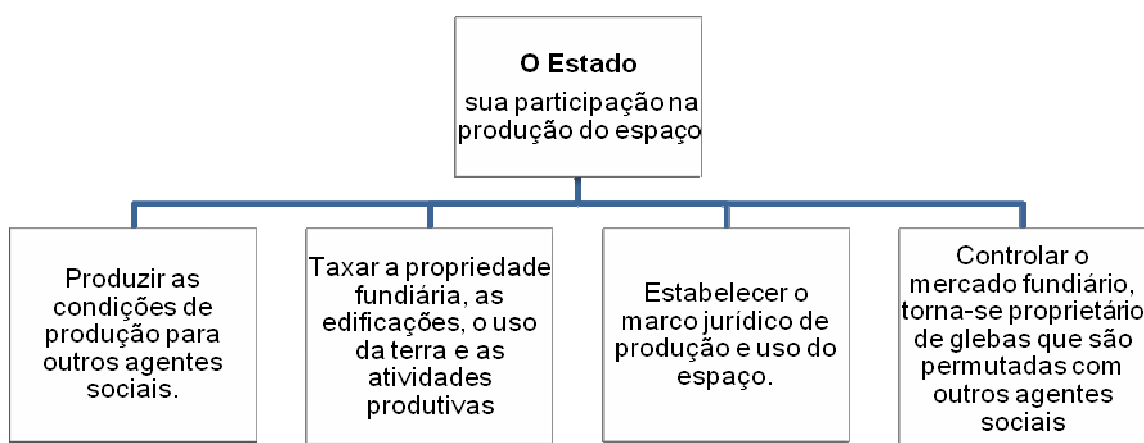


Figura 33. Síntese do papel do Estado na produção do espaço.

Deste modo, a ação do Estado insere-se no contexto econômico-político e social do atual momento de exploração turística. O Estado é resultado de um processo de concentração de diferentes tipos de capitais, de força física ou de instrumentos de coerção (exército, policial), capital econômico, capital cultural ou melhor de informação, capital simbólico, concentração que, enquanto tal, constitui o Estado como detentor de uma espécie de metacapital, como poder sobre os outros tipos de capital e sobre seus detentores. A concentração de diferentes tipos de capital (que vai junto com a construção dos diversos campos correspondentes) leva, de fato, à emergência de um capital específico, propriamente estatal, que lhe permite exercer um poder sobre os diversos campos e sobre os diferentes tipos específicos de capital, especialmente sobre as taxas de câmbio entre eles (e, concomitantemente, sobre as relações de força entre seus detentores). Segue-se que a construção do Estado está em pé de igualdade com a

construção do campo do poder, entendido como o espaço de jogo no interior do qual os detentores de capital (de diferentes tipos) lutam particularmente pelo poder sobre o Estado, isto é, sobre o capital estatal que assegura o poder sobre os diferentes tipos de capital e sobre sua reprodução (notadamente por meio da instituição escolar) (BOURDIEU, 2011, pag.99-100).

O Estado é um elemento primordial na organização do capital. Um importante aspecto a ser explorado para garantir a organização equilibrada dos capitais entre os agentes produtores do espaço envolvidos em disputas. O acesso ao poder do Estado deveria ser garantida por meio da participação de todos os agentes nos processos de tomadas de decisão. Mesmos com a abertura de canais de participação durante a elaboração dos planos de gestão territorial fica claro que os grupos sociais não participam de forma equilibrada neste processo. A desigualdade participação dos grupos sociais é uma realidade e isso decorre das diferenças de oportunidades que ambos adquirem no processo de participação política da gestão do território. O ordenamento territorial só será minimamente eficiente e ‘forte’ se houver um desempenho dinâmico dos cidadãos no desenvolvimento dessa política pública.

A legislação criada pelo Estado surge como uma espécie de suporte ao mercado imobiliário turístico, que precisa da terra e de uma legislação que favoreça os seus anseios. Aos nacionais a legislação é imposta como forma de arrecadação de impostos e manutenção da ordem.

De modo geral tem havido diferentes níveis de acessibilidade dos agentes aos equipamentos coletivos, serviços e apropriação da riqueza produzida. As disparidades também estão presentes tanto na participação dos diferentes agentes bem como na aproximação do poder público. Se pensar que a sociedade cabo-verdiana é marcada pela predominância de um modelo estatal patrimonialista e clientelista, cuja concertação dos interesses dos agentes se dá a partir da garantia de uma maior proximidade. Então, existe a possibilidade de uma disparidade entre agentes de diferentes classes sociais.

2.3.3 Os Grandes Empreendedores Turísticos

Após o início da longa era tecnológica; o progresso dos meios de transporte; a invenção e produção em massa de trens, automóveis, aviões, transporte de informações vai se possibilitar uma dissociação geográfica das atividades e surgem empresas multinacionais no mapa mundial.

Durante a década de 60 os governos europeus reconheceram o “ócio” como fonte para investimentos privados, com a descoberta do Algarve português e a Costa Brava espanhola. E os urbanistas passam a procurar lugares antes considerados inóspitos, onde as condições naturais pareciam impedir a fixação humana, que passam a ser sinônimo do pitoresco. Assim, lugares que não valiam nada entram no circuito imobiliário com altos preços (OLIVEIRA, 2001, pag.190).

O período tecnológico é baseado na combinação entre tecnologia digital, política neoliberal e mercados globais (SANTOS, 2008). Ao contrário do período colonial, essa época é marcada pela ampla e rápida difusão da informação e do consumo. A universalidade deixa de ser uma tendência e torna-se uma realidade. Dessa forma, há a possibilidade de programas, inclusive, ligados ao turismo semelhantes para todos ou quase todos os países. Em decorrência desse longo período, nas últimas décadas, as mudanças no mundo tornaram-se aceleradas, destruindo barreiras e ultrapassando obstáculos influenciando diretamente as transformações do espaço e usando a mercadoria como forma de satisfazer os desejos e aspirações (CARLOS, 2002).

O início da era tecnologia, também, é marcada pela imposição no mapa mundial de empresas multinacionais turísticas. E justamente a partir dessa altura que as cadeias de hotéis Resorts que hoje estão presentes em Boavista iniciam a sua internacionalização:

- O grupo RIU⁹² com sede em Espanha, depois de explorar destinos turísticos como Canárias e outras regiões dentro da Europa, durante os anos de 1970 conhece um importante momento de expansão e internacionalização; durante os anos de 1980, para a República Dominicana, Florida, México, Costa Rica, Cuba, Panamá, Jamaica, Bahamas, Aruba e por último Cabo Verde (Dossiê do grupo RIU, pag.6);

⁹²A cadeia de RIU hoje é um importante empreendedor do turismo em Boavista, como veremos mais a diante ⁹².O grupo está presente em 18 países.

- O grupo espanhol Iberostar⁹³ iniciou a sua internacionalização em finais dos anos de 1970, nos finais dos anos de 1980 ampliou a sua oferta turística com a abertura dos primeiros hotéis Resorts em Maiorca e nas Ilhas Canárias;
- O grupo colombiano de Decameron⁹⁴ nasceu mais tarde nos finais dos anos de 1980, logo após a sua abertura conheceu um importante momento de internacionalização;
- O grupo inglês PLC surgiu nos finais dos anos de 1980, logo na estreia se internacionalizou com abertura do seu primeiro hotel na Inglaterra.⁹⁵

Estes grandes empreendedores turísticos atuam em escala local, ilha da Boavista, mas também em escala global.

Estas cadeias internacionais de Hotéis Resorts chegaram à ilha a menos de uma década, após os primeiros investimentos dos pequenos empreendedores estrangeiros. Os primeiros empreendedores turísticos surgiram nos anos de 1990, período do entendimento do turismo como o principal viés de desenvolvimento econômico e da abertura política que favoreceu a liberdade das empresas supra locais de prosseguir seus objetivos.

Em 1994 foi construído o primeiro hotel, no centro da Vila de Sal Rei, por um francês que já estava sediado na ilha do Sal e que dizia ter encontrado em Boavista “o melhor lugar do mundo para viver”. A construção do hotel *Dunas* possibilitou a ida de italianos e outros europeus, fazendo crescer o interesse em investir no local. Foi a partir de 1994 que os “tempos do turismo” deram os primeiros sinais com o surgimento do hotel *Marine Clube, Estoril Beach e Village de Chaves*. Após esse primeiro ciclo de investimentos, em que foram construídos a um só tempo cerca de cinco unidades hoteleiras de médio porte, surgiram outros serviços implementados por pequenos empreendedores turísticos: escolas de *Wind surf* e mergulho, lanchonetes, espaços com internet, discotecas, lojas de artesanato, centros de aluguel de carros, motos de areia e bicicletas, sorveterias, entre outros (LOBO, 2006, pag. 215).

Com as condições básicas criadas, investidores do setor turístico passam a abordar a ilha com maior frequência primeiro portugueses e italianos, seguida depois por

⁹³ Hoje o grupo está presente em 18 países.

⁹⁴ E hoje é líder latino-americano e está presente em mais de oito países com mais de 30 hotéis.

⁹⁵ Hoje o grupo tem mais está presente em mais de 100 países.

espanhóis e ingleses (Plano estratégico do desenvolvimento turístico em Cabo Verde, 2013, pag.49).

A partir de 2001 intensifica-se o interesse de empresas transnacionais turísticas pela ilha da Boavista e começam a chegar grandes corporações e inicia-se o ciclo de turismo de massa. O turismo teve a sua expansão para diversas partes do mundo após a segunda guerra mundial, e nessa fase o modelo seguido foi um turismo de massa, que ocorreu dentro de uma lógica que protagoniza a diferença entre países, regiões e cidades. As diferenças são maiores quando envolvem populações do “primeiro mundo” e “terceiro mundo” (SOUZA,1997,pag.19-20).

Todavia, e refletir o papel da organização mundial do turismo é relevante para entender a diferença que o turismo proporciona entre povos e países. A OMT destaca-se pela função de sistematizar e controlar as informações sobre o turismo como uma importante atividade econômica, disponibilizando dados sobre as tendências mundiais de fluxos turísticos. A Organização Mundial de Turismo vê o turismo como um empreendimento econômico e como mais um elemento da cadeia produtiva econômica:

El crecimiento constante de esta industria y su tendencia consiguiente a la masificación se produce de forma paralela con una mayor conciencia ambiental de unos consumidores que cada vez exigirán destinos turísticos más limpios, más seguros y más benévulos para con el medio ambiente. Estas dos tendencias, cuantitativa y cualitativa respectivamente, convierten en algo imperativo el desarrollo y la gestión de una industria turística sostenible (OMT, 1999).

Nesse sentido, este organismo internacional é um elemento importante que influencia as políticas do turismo em países como Cabo Verde: “estabelecidas no bojo das instituições nacionais são sempre orquestradas pela política econômica vigente, hoje em macro escala, com vista ao mercado global.” Tais políticas consideram as características dos lugares para o desenvolvimento turístico contemplando apenas as políticas da elite hegemônica do capitalismo mundial (RODRIGUES, 1997, pag.56).

Atualmente, com o modismo de turismo de massa, o espaço tende a uma padronização de estilo e estética e, por isso, existe uma concentração de turistas em localidades com características semelhantes. Vale a semelhança dos espaços construídos, pelo Grupo espanhol RIU: República Dominicana (América) e no continente africano: Marrocos e Cabo Verde (Boavista).



Figura 34. RIU Palace Bavaro, República Dominicana, e RIU Palace Tiki, Marrocos. Fonte: Dossier Grupo RIU, pag.22



Figura 35. Hotel RIU Touareg Boavista. Fonte: Dossier Grupo RIU, pag.2.

O início do turismo de massa implicou a construção de grandes empreendimentos turísticos. Especialmente, o ano de 2005 foi o momento auge do setor imobiliário turístico internacional em Boavista com o aumento de sete para 13 empreendimentos em apenas um ano. A partir de 2005 a 2011 o número de estabelecimento aumentou de 13 para 21 e a capacidade de recebimento de turistas passou de 2.139 para 5.210 turistas (INE, 2011). Por conseguinte, a taxa máxima de ocupação, simultaneamente, dos

estabelecimentos hoteleiros registrados até 2011 foi de 83%, cerca de 4.325 turistas- aproximadamente- metade da população residente na ilha (INE, 2011).

Constata-se que foram construídos nos últimos anos alguns hotéis de pequeno porte (apart-hotéis, pensões), mas principalmente, os de grande porte como é o caso dos hotéis: Hotéis de três estrelas Boavista, Casa Boteto, Parque das *Dunas Village*, *Marine Club*, *Luca Kalema*, *Singeira ecolodeg*; Hotel de quatro estrelas tudo incluído *Royal Decameron*; e os maiores Hotéis de cinco estrelas em regime tudo incluído *Iberostar Club* Boavista com capacidade para X, Hotel RIU *Karamboa* capacidade para 2000 turísticas, Hotel RIU *Touareg* capacidade para 2500 turistas.

“A população está ainda um pouco céptica quanto aos benefícios que a unidade hoteleira poderá trazer ao mercado de trabalho da ilha: teme que o RIU *Karamboa* também entre na onda do “baixo” salário praticado na Boavista. Sílvia Frederico” (RIU abre-se ao turista, 31 de Outubro de 2008, Jornal a Semana).



Figura 36. Hotel RIU Touareg. Fonte: Solferias



Figura 37. Hotel Iberostar e RIU Karamboa. Fonte: www.travel2capeverde.



Figura 38. Hotel RIU Toureg. Fonte: arquivos da autora



Figura 39. Hotel Decameron. Fonte: Turismo sustentável.

Ressalta-se que os *Resorts* são enormes complexos hoteleiros, verdadeiras obras arquitetônicas que utilizam muitos espaços, pois entendem a hospedagem no sentido pleno, formas de proporcionar prazer ao hóspede. São constituídos por espaços especializados para as mais diversas situações, surgindo os campos de *golf*, salões de beleza, *spas*, salões de tênis, jogos, boates, ginásios, centros de convenções, cinemas, lojas, ou seja, uma variedade de ambientes, de serviços e bens. Estes equipamentos turístico são voltados ao turista que tem condições de consumir lazer e que gosta do distanciamento da população residente.



Figura 40. Hotel RIU Karamboa. Fonte: Googleearth.com

Nota-se que a maioria destes projetos é feitos por estrangeiros que nunca estiveram no país, são propostas fantasiosos, economicamente inviáveis e de alto impacto ambiental e social.

Nos dias de hoje, o crescimento acelerado da construção de grandes empreendimentos turísticos sem quaisquer estudos tem suscitado diversos descontentamentos e críticas por parte da população local e das ONGs. As críticas vão da corrupção ao abandono da população e do meio ambiente.

A ONG Clube Ambiental acusa a Câmara Municipal de auxiliar a ONG apenas quando lhes convém: “A Câmara antes era nossa parceira e agora com varias reclamações que temos feito, como avenda de terrenos que tem feito é um problema, cortou o seu apoio financeiro (pagamento de aluguel da sede)” (Emiliano Santos, Clube Ambiental de Boa Vista).

O apetite das imobiliárias turísticas internacionais motivarão momentos de cooperação entre a autarquia local e estas empresas, visando um proveito lucrativo de ambas as

partes. Os casos de corrupção também não são inerentes aos processos de disponibilização de terrenos para os investidores.

O grupo Forças Vivas denuncia casos de “especulação imobiliária” e corrupção que beneficiava a autarquia local e os investidores:

Com tudo isto surgiram denúncias de esquemas fomentados por gente próxima da CMBV, governada desde 2000 pelo autarca José Pinto Almeida. Este edil faz sempre questão de negar qualquer envolvimento das suas equipas em qualquer “especulação imobiliária”. O certo é que seu homem de confiança tem sido um dos citados nas denúncias das Forças Vivas. Mas até ao momento não se tinha acesso a nenhum documento que pudesse fundamentar as suspeitas. Entretanto, as certidões de compra e venda do lote na zona de João Cristão, em Sal-Rei, o imbróglio das matrizes prediais, os cheques e outros documentos consultados durante a investigação trazem agora à luz indícios de “ilegalidades” cometidas nas transações em que aparece sempre o nome do ex-vereador e pessoas que lhe são próximas. (Verdade Boavista, acessado em 25 de maio, 2013).

O grupo também acusa o poder central e seus planejadores de desleixo e abandono dos recursos naturais à mercê do mercado imobiliário:

“As zonas de ZDTIs têm quebrado os 80 metros de margem de distancia que devem ter da praia, eles contam a partir da linha de água o que é uma grande falcatrua, para poderem ter ficar mais perto do mar. Eles tiram área para a construção de hotéis e casas sem controle, pedras, cascalho tudo o que podes imaginar, nos vales e Ribeiras. Não existem leis para isso. Não existe até hoje zonas de delimitação de apanha de matérias de construção. Não existe imposto para aqueles que recolhem essas matérias da natureza, eles não pagam nada.” (Emiliano Santo-Clube ambiental).

As próprias ONGs de proteção das espécies internacionais são colocadas em dúvida pela ONG local:

“As ONGs de proteção às tartarugas ganham um monte de dinheiro. Imagina cobram 2500 escudos (56 reais) por pessoa para ver as tartarugas desovarem. Outro dia presenciei uma cena triste essas ONGs estavam a brigar as tartarugas, em um encontro. As pessoas aqui não podem ver as tartarugas nem se aproximar delas. Existe muita falcatrua, dessas ONGs estrangeiras que vêm para aqui, trabalhar na sensibilização da proteção das tartarugas na Boavista. Aves ninguém quer proteger, não dá dinheiro” (Emiliano Santos, Clube Ambiental).

Algumas instituições estrangeiras, como é o caso da associação internacional de investigadores em educação ambiental, também, têm alertado para os impactos socioambientais do turismo na Ilha da Boavista (BRITO, 2013, pag.142-165)

Não obstante estas alertas, as propostas dos grandes projetos são fortemente abraçadas pelo poder público e seus planejadores ávidos pela possibilidade de “desenvolvimento”, em sua acepção mais conservadora.

Para, além disso, é de ressaltar que os espaços onde se localizam estes empreendimentos (ZDTIS) concentram a maior parte dos investimentos públicos já que ela se faz à imagem e semelhança das congêneres do primeiro mundo, assim sem delongas o responsável pela SDTIMB afirma que:

“a sociedade tem garantido a construção de infraestruturas primárias necessárias ao funcionamento dos hotéis existentes e a serem construídos nas zonas turísticas sob nossa gestão”...) As (ZDTIS) são zonas turísticas devidamente planejadas estão a despertar interesses de grandes cadeias hoteleiras. Alguns grupos tem contato a sociedade e manifestaram o desejo de iniciar imediatamente a exploração de hotéis “(SDTIMB)

Quanto aos impactos sociais desse modelo de “exploração turística” são enfatizados apenas os aspectos positivos: o número de empregos gerados, o aumento da capacidade de recebimento de turistas, o valor da entrada de investimento estrangeiro direto e as receitas fiscais que o governo poderá arrecadar com a construção de mais empreendimentos turísticos (ver Apêndice).

Deste modo, os empreendimentos das grandes cadeias de hotéis com maiores restrições de implantação nos países do Norte, imersos em forte marketing internacional, encontram terreno fértil nos países periféricos como Cabo Verde sem uma massa crítica coesa, nem voz dissonante e uma elite dirigente ligada à elite mundial capitalista. Os empreendedores turísticos estrangeiros (a maioria com sede na Europa) graças às liberdades concebidas pelo liberalismo econômico e político, à herança de prestígios desenhados pela relação de poder historicamente estabelecida e ao grande volume de capital econômico fazem deste agente um *forte* sujeito da produção do espaço na ilha no atual momento de exploração turística.

Este agente constrói espaços com expressivo *status* social, distantes do local onde a empresa esta instalada, resultando na produção de espaços diferenciados no território

(CORRÊA, 2011, pag.45). A diferença disseminada no território da ilha da Boavista é facilmente percebida se pensar que, mesmo, com os graves problemas de água que vive a maioria da população, em um único espaço limitado- uma ilha- surgem realidades totalmente opostas, do lado da escassez, grandes espaço verde e parques aquáticos em mega empreendimentos turísticos: “O campo de golfe será irrigado com água tratada, os empreendimentos tem parques aquáticos” (ver entrevista SDTIMB) a população passa por escassez de água: “Há quase um mês a população da Boavista esta a braços com a falta de água. Tudo indica que a causa dessa crise seja o Hotel Riu Karamboa porque, segundo apurou este semanário, toda a produção está a ser canalizada para a nova unidade hoteleira da ilha” (Jornal a semana. Falta água na Boavista, 7 de Novembro de 2008).

A partir dos interesses de reprodução, cada vez mais, de seu capital ele da ao espaço certo *status*, ele modela o espaço para o consumo etc. Ele produz “monoculturas” do turismo, espaço apenas para uma atividade: o turismo (MOSSAB, 2013, acessado em 20 de julho).

Os grandes empreendedores da indústria turística, devido à dimensão de suas atividades, são grandes consumidores do espaço (CORRÊA, 2011, pag.24) Eles necessitam de terrenos amplos que satisfaçam os requisitos de uma localização pertinente à atividade das empresas turísticas- junto às praias e às Dunas em locais acessíveis aos turistas.

Têm-se como exemplo as orlas ocupadas pelo turismo de massa em Boavista. A ação espacial dos proprietários industriais do turismo leva à criação de amplas áreas fabris turísticas.

Deste modo, a sua ação modela o território, produzindo seu próprio espaço e interferindo decisivamente na localização de outros usos da terra. Apesar de a grande maioria das infraestruturas hoteleiras se situarem fora do perímetro urbano todas estas atividades têm impactos diretos e indiretos no desenvolvimento sustentado da cidade de Sal Rei, e com algumas consequências colaterais negativas.



Figura 41. Orlas ocupadas pela atividade turística. Fonte: Tith Ramos

A extensão do capitalismo realizou a generalização do espaço como propriedade privada, criando a contradição entre o espaço (valor de uso) e o espaço (valor de troca), com a separação radical entre espaço público e privado e aprofundamento da segregação, bem como a relação entre o Estado que domina o espaço, produzindo-o enquanto homogêneo (CORRÊA, 2011, pag.69).

E a especulação fundiária tem duplo efeito, pois, de um lado, onera os custos de expansão na medida quase pressupõe terrenos amplos e baratos e, de outro, aumenta o preço dos imóveis, resultante do aumento do preço da terra, atingindo assim aos trabalhadores do turismo que recebem baixíssimo salário sendo obrigados a residir em bairros precários-como o bairro Barraca.

Essas contradições levam a questionar as estratégias espaciais impostas pelo poder público e suas prioridades. O que é consumido pelos turistas não passa de signos e representações, como se fosse uma farsa. Esta representação estabelece uma relação de reciprocidade com o espaço. Assim, o que é destinado ao consumo turístico é visual e se relaciona com o mundo das imagens. Esses aspectos levam a simulações nos espaços destinados ao turismo, ou seja, “espaço como mercadoria”. O Espaço é moldado para o consumo e o lugar turístico é capitalisticamente comercializado, pois há uma apropriação dos espaços privilegiados com a introdução de equipamentos turísticos como os hotéis *Resorts*.

O consumo do espaço é uma característica da indústria do turismo, pois ela produz espaços delimitados e espacialmente destinados a um determinado tipo de consumo-o consumo da natureza- através dos denominados serviços do turismo: “Enquanto a ‘indústria do turismo’ articula a produção e consumo de um dado espaço, “os serviços” fluem por este mesmo espaço, mundializado e / ou globalizado, pois as informações sobre os lugares de ‘amenidades’, os lugares exóticos, os da materialidade histórica, circulam através do serviço-correio” (RODRIGUES, 1995, pag.55).

Os novos moldes do turismo de massa levaram para ilha da Boavista um novo perfil de turistas. Estes procuram a ilha, principalmente, pela beleza natural e vêm em pacotes *All inclusive*, tudo pago.⁹⁶

Atualmente pode-se afirmar que existem dois tipos de turistas na ilha: os que preferem interagir com a população e compartilhar o quotidiano e os de alto poder aquisitivo que ficam nos Hotéis *Resorts* de luxo e chegam em pacotes *All Inclusive*.

Aqueles que procuram uma interação com a população hospedam-se em pousadas, “frequentam restaurantes locais, vão aos mercados, aos bares, fazem passeios com os condutores (espécies de taxistas) tentam aprender palavras no crioulo” (LOBO, 2005, pag.219). A sua aproximação com a população acaba por acontecer não apenas nos ambientes preparados para receber os turistas, mas também em outros ambientes.

Os de alto poder aquisitivo não escolhem a ilha à procura de conhecer a cultura local e de interação com a população. Eles chegam à ilha com os dias preenchidos num cronograma proposto pelas agências de viagem nos países de origem (LOBO, 2006, 216).

Muitos desses turistas chegam cheios de indecisões, incertezas e inseguranças alimentadas por um turismo que se processa aterrorizando psicologicamente, com seus fantasmas e as suas inseguranças. Estes são um dos argumentos apontados para os turistas ficarem no interior dos Hotéis e Resorts, e pagarem pacotes com tudo incluído na origem. “Quase que proibindo-lhes o contato com a realidade local e impedindo que deixem ficar dinheiro em terra, numa pura guetização” (CRUZ, 9 de novembro de 2001).

O Hotel Riu Toureg Palace, por exemplo, tem capacidade para 2000 turistas que chegam ao país com pacotes fechados tudo incluído as suas necessidades são supridas no interior do

⁹⁶ “Quanto a investidores diretos do setor são na sua maioria internacionais e a procura turística também é externa” (Perfil Urbano, 2012, pag.19).

hotel.⁹⁷ Este sistema de pacotes é amplamente criticado por pequenos empresários locais e população, o argumento é que os grandes hotéis têm isolado o máximo possível os turistas para obterem o máximo de lucro, reduzindo as oportunidades dos locais de se beneficiarem da presença de turistas na ilha.

Então, pode-se afirmar que os turistas instalados nestes hotéis *Resorts* vivem em enclaves turísticos. Os “enclaves” são criados ou aperfeiçoados, essencialmente, à “imagem exótica”, ou seja, o “enclave turístico” tem como principal vantagem econômica o controle e o consumo, de acordo, com determinados planejamentos e necessidades, e com isso seja sustentável economicamente (RIBEIRO; BARROS, Apud ARAUJO; PEREIRA, 2011, pag.22).

Portanto, as agências de reprodução da sociedade de massas, como a televisão e jornais, são fundamentais. Pode-se defini-lo como um “local” criado e consolidado pela propaganda e marketing como *diferente*; onde o trânsito, ali existente, é dominado por ideologias que o transformam em espaço “único e especial” em relação aos outros. Tal lógica do “enclave turístico” é também conceituada por Kohler:

A criação de enclaves turísticos é uma alternativa de política pública presente em diversos países subdesenvolvidos (...). Cumpre ressaltar que um enclave turístico não consiste em apenas em um conjunto de *resorts* e hotéis de alto padrão, mas de uma área onde todo o consumo turístico é planejado e controlado. De forma geral, a implantação de enclaves turísticos por órgãos governamentais envolve a remoção da população local e o controle do acesso à zona de desenvolvimento turístico por parte de turistas, trabalhadores e habitantes locais. (KOHLE, 2008, pag.6).

Steven Flusty (FLUSTY Apud BAUMAN, op. cit.), reúne um repertório de espaços de encravamento contemporâneos, destinados a interceptar, repelir ou filtrar pretendentes a usuários, espaços que exigem senhas de entrada e protocolos de comportamento, que implicam na manifestação concreta da inclusão diferenciada na sociedade globalizada. Os tipos de espaços de encravamento catalogados por Steven Flusty são espaços esquivos — que não pode ser alcançado, as vias de aproximação se contorcem, prolongam ou inexistem. Espaço espinhoso — não pode ser confortavelmente ocupado, pois tem mecanismos agressivos de expulsão. Espaço nervoso — espaço que não pode ser utilizado distraidamente,

⁹⁷ O termo *resort* refere-se aos hotéis que agregam hospedagem e lazer em uma mesma área cercada de atrativos naturais e muitas alternativas de descanso e entretenimento. A OMT (2003, pag. 61) define *resorts* como “destinos turísticos integrados e relativamente independentes que oferecem uma variedade de instalações e atividades para os turistas”.

pois é monitorado por mecanismos de controle telemáticos ou por patrulhas ambulantes. Os espaços proibidos transformam a extraterritorialidade em isolamento corpóreo, material em relação à localidade (FLUSTY apud MIRANDA, [s.d], pag.71).

Logo, em Boavista a experiência do aproveitamento do patrimônio natural como estratégia de negócio e desenvolvimento socioeconômico tem sido promovida a partir de ações de valorização de algumas áreas de alto valor para o turismo (Sol e Mar) com vista a torná-los cada vez mais atrativos para o mercado internacional turístico. A “exploração turística” tem sido um indutor de parte significativa das ações do espaço tanto por parte dos empreendedores, população como do Estado e seus planejadores. Em decorrência de o grande poder aquisitivo, *capital econômico*, dos grandes empreendedores turísticos os interesses destes agentes têm sido salvaguardados pelo poder público, com a promessa de proporcionar rápidas melhorias dos indicadores socioeconômicos, como níveis de emprego e renda. O Estado, um importante catalisador das diferenças sociais, econômicas e culturais entre os agentes, tem beneficiado os empreendedores turísticos, agentes com maior capital econômico, em detrimento da população.

O campo político- um campo de lutas simbólicas- a partir de seus profissionais que representam o Estado (herança da cultura Ocidental) não têm confrontado as lutas simbólicas entre os diferentes agentes com apolítica de desenvolvimento territorial.

Deste modo, os empreendedores turísticos estrangeiros, graças à herança de prestígios do Norte, dado por séculos do projeto colonizador que desenharam diferenças no *campo cultural simbólico* entre povos são detentores do maior volume destes *capitais*. Os empreendedores turísticos, que investem no setor imobiliário, em restaurantes bares e outros serviços e são empregadores da população detém, também, um maior volume de *capital econômico* comparando-se à população local.

Assim, os agentes não estatais e extraterritoriais são fortalecidos por meio da inserção e adaptação de Cabo Verde aos moldes da *neocolonização* coma retirada do Estado a *função de regulação social* com a privatização de serviços públicos básico (água, energia), isso tem ‘enfraquecido’ o poder de Estado cabo-verdiano e submetido a vida da população ao controle de atores não-estatais, favorecendo esse agente. Pois, a estrutura do campo social, no atual momento de exploração turística será definida pela distribuição de capitais e dos ganhos entre os agentes produtores do espaço nos diferentes campos: simbólico, econômico e cultural. Os diferentes campos são espaços de jogos, configuram-se a definição daquilo que esta em jogo e dos vários trunfos que serão postos em jogo. Todo o campo é lugar de luta mais ou menos

declarada pela definição dos princípios legítimos de divisão do campo (BOURDIEU, 2011, pag.150). Afirma-se que o atual *campo social* é composto por forças desiguais entre os agentes produtores do espaço, cujos empreendedores possuem maior volume de *capitais* tanto *simbólicos* como *econômico* e *cultural* e, por isso, se encontram no topo da *hierarquia social*, enquanto a população com os menores valores de capitais encontra-se em posição inversa.

3. CONCLUSÃO

Ao analisar o “que tem sido feito” no território da ilha da Boavista no atual momento de exploração turística, dá-se visibilidade aos agentes que tomam parte do processo de transformação territorial da ilha. Portanto, reconhece-se a diversidade e as contradições inscritas no espaço geográfico para a compreensão da “conflitualidade” e valorização das experiências e sujeitos sociais ocultados.

Para se chegara esta conclusão a pesquisa conheceu, em primeiro momento, a análise alargada e temporal do projeto colonizador e das resistências locais. Desde os primórdios, Cabo Verde foi submetido a várias “fases do acirramento do projeto do colonizador”. Porém, este projeto nunca funcionou em sua plenitude, pois sempre foi intercalado por momentos de resistência: os fluxos emigratórios, as recriações culturais, a emergência da elite, a organização da pela independência do país, entre outros.

Deve se dizer que as relações históricas do poder em Cabo Verde condicionaram a atual relação de poder entre os agentes que participam neste momento de “exploração turística”. Não obstante este resultado, que revela conflitos normais do processo ocorrem momentos importantes de cooperação.

Globalização e territórios. O rápido curso da urbanização e das mudanças tecnológicas ocorridas ao longo das últimas décadas têm criado uma nova geografia de poder no mundo. Com as tecnologias de informação e comunicação multiplica-se a economia de fluxos e acontecem mudanças na maleabilidade e nas organizações dos ambientes de trabalho.

No atual contexto, os Estados e suas cidades são submetidos a intensos processos de reestruturação produtiva e passam, assim, a compor o mosaico geopolítico global. Isto é, as emergentes geografias que articulam distintas cidades do globo entre si funcionam como uma infraestrutura da globalização, pois urbanizam as redes de fluxos globais que compreendem múltiplos e diversos circuitos (SASSEN, 1998, pag. 28-29).

Neste sentido, a Boavista é um polo periférico do circuito de lazer relacionado com o amplo sistema do mercado internacional do turismo; o que significa que dentro desta cadeia produtiva, a ilha funciona com um dos polos periféricos onde a mão de obra é barata há isenção de imposto, fraca integração da população e sua cultura, fraco proveito econômico e maiores ganhos para as sedes multinacionais do turismo.

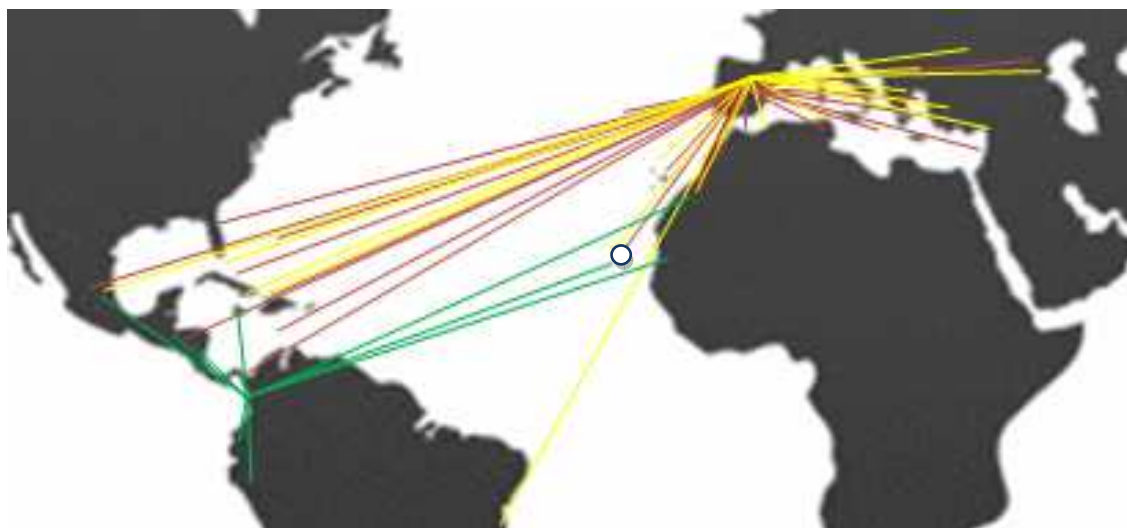


Figura 42. Mapa de três multinacionais turísticas presentes em Cabo Verde e sua presença no mundo.

RIU-----

Iberostar -----

Decameron-----

O atual momento da Globalização tem resultado em alterações na configuração dos Estados: “as mais antigas hierarquias de escala constituídas como parte do desenvolvimento dos Estados-Nação continuam a operar, mas elas o fazem em um campo muito menos exclusivo face ao que vigorou no passado recente” (SASSEN, 2007, pag. 6).

Atualmente, as relações de poder apresentam uma natureza compositiva na quais atores interferem em múltiplas escalas territoriais, muitas vezes, simultânea e superposta. Neste contexto, às esferas de poder territorial centrada no Estado-Nação, competem papéis decisivos na governabilidade de seus territórios e suas gentes, de forma heterogênea e múltipla.

Deste modo, territórios nacionais, como é o caso de Cabo Verde, transformam-se num espaço nacional da economia internacional. O sistema de “exploração turística” com base num turismo de massas, criado em países ricos, tem sido mais bem utilizado por firmas transnacionais do que pela própria sociedade nacional dos países periféricos. A extensão de controle das empresas multinacionais do turismo é assegurada pela articulação da sua difusão mundial com a conivência dos seus governos e Estados, que se tornam centrais no sistema.

Em Boavista, a venda e compra de imóveis de luxo, os projetos de infraestruturação com o dinheiro público, o aumento do valor da terra e a especulação imobiliária vem deslocando boa parte da população para regiões sem quaisquer infraestruturas de apoio a vida, menos atraentes para o setor imobiliário, ambientalmente frágil submetendo assim essa população para os espaços mais precários da ilha.

De acordo com Félix Guattari (1986), o processo de desterritorialização tem sido ininterrupto no capitalismo. Por seu turno, a empresa capitalista é “uma máquina de reterritorialização, de domesticação, de disciplinamento”: *acelerar os indolentes*. Com o desenvolvimento do capitalismo, a empresa capitalista, mais especificamente o “estabelecimento ou a unidade de controle de grande escala”, tornou-se a máquina mais poderosa da expansão da produção e da economia, pois constituem agenciamentos coletivos agregando grandes e pequenas empresas que participam das cadeias ligadas seja do comércio, da indústria ou de serviços (MIRANDA, 2004, pag. 56-7).

Deste modo, o processo de expansão da produção induz a uma dupla maneira de operar no território que consiste na homogeneização e diferenciação: homogeneização, porque os mesmos atores económicos ou o mesmo tipo de atores económicos estão presentes com as mesmas lógicas em todos os países e em todas as cidades; e diferenciação, porque a competição entre cidades se amplia e se aprofunda, acentuando a importância das diferenças (ASCHER, 2010, pag.65).

As contradições. A globalização é seletiva no espaço mundial; requer conteúdos culturais específicos e diferenças. “A captação da individualidade social pelos dispositivos da modernização capitalistas não termina nunca” (VAKALOULIS, Apud MIRANDA, pag. 54). Nomeadamente Boavista, a sua especificidade ou diferença é o isolamento, a passividade, o tempo lento, desaceleração, uma especificidade que se torna produto de “venda” e “consumo”. A imagem promocional da ilha realça as belas paisagens, a diversidade da fauna, os aspectos culturais e, principalmente, a facilidade de socialização da sua população--a *Morabeza* (arte de bem receber) crioula, o tempo lento da ilha que ainda não foi totalmente tomada pela indústria do turismo:

“São poucas as estradas alcatroadas, poucas essas comodidades que nos habituámos a batizar de essenciais. e, no entanto, nada falta: o peixe e marisco pescam se frescos do mar, ali mesmo, os extensos areais dispensam espreguiçadeiras, o silêncio é atravessado por mornas, a música que ali nasceu, inspirada pelos cenários bucólicos e tranquilos da ilha. Protegida, ainda, da invasão do turismo de massas, a Boa Vista tem sabido preservar aquilo que a torna única” (Soltropico, acessado em Janeiro de 2010).

A imagem projetada e vendida pelo Marketing⁹⁸ é resultado de estudos sobre ‘a demanda’ dos seus potenciais compradores de pacotes turísticos. Ou seja, a procura é exatamente pela tranquilidade, pela passividade pelo tempo lento. A imagem da ilha da Boavista é o “espaço do ócio” uma imagem que se apresenta plena de contradições algumas visíveis outras nem tanto. É evidente a marginalização a que foi submetida a população nativa boavistense.

O crescente empobrecimento deste grupo social tornou-os um elemento secundário na definição das formas de ocupação e organização do espaço local. A primoridade passou para os novos imigrantes europeus: profissionais liberais, pequenos empreendedores do turismo etc. Mas os “resíduos” persistem-- são as resistências. Surgem novos *aprendizes* da arte de trabalhar com o barro, de tecer; redes são costuradas no meio da rua; o som do tambor anuncia o início de mais uma festa popular; festivais de Morna são organizados nas praias; a dedicação aos trabalhos artesanais dão sinais de vida nas fachadas das residências, enfim, articulam-se na sociedade tornada global.

Em piores condições ficam os migrantes de outros países africanos que só possuem a sua força de trabalho para oferecer e não têm lugar na prosperidade da “exploração turística” tornando-se, deste modo, nos párias locais, acusados da crescente violência urbana, formação de bairros precários e de todas as formas de “desordem”.

Mas, a maior das contradições é o facto de a sociedade em geral, pagar infraestruturacão e manutenção de amplos espaços turísticos enquanto muitas áreas ocupadas pela mesma sofrem com a falta de infraestruturas básicas.

A venda da ilha de Boavista como espaço do “ócio” tem atraído não apenas turistas, mas também novos moradores (estrangeiros europeus) com maior poder económico e outros hábitos de consumo. Assim, tem-se tornado crescente a acentuação das diferenças sociais em todas as esferas. Contudo essa diferenciação social estende-se a uma desigualdade territorial e

⁹⁸ Os marketing tem um papel decisivo na escolha de Boavista como destino turístico, estas escolhas dependem também dos meios financeiros, da origem, do “perfil” de vida e de consumo, que é cada vez mais diferenciados.

cultural, pois, no mesmo movimento que parece “homogeneizar” as práticas, a globalização amplia, de forma inédita, o espectro sobre o qual os grupos podem realizar suas escolhas e desenvolver suas particularidades (ASCHER, 2010, pag.40).

Os conflitos. O Espaço dos conflitos é o lugar, a configuração social, superposição de interesses, mediação social, mas também é há articulação com diferentes lugares (Europa, África e outras ilhas) e neste sentido, de cruzamento de fluxos e desdobramento de escalas, onde acontece a contiguidade física.

Por outro lado os conflitos estabelecem-se quando os mecanismos de controle são confrontados pela periferia que repele seus projetos, e também pelas porções de interstício, os espaços não funcionais e os desprovidos de infraestrutura. A deslocalização do controle tem convergido com a estruturação estrita de determinadas porções do território, que são evidências dos conflitos entre infraestrutura e interstício, entre territórios corporativos e cidade.

No espaço nacional cabo-verdiano havia, anteriormente, uma composição espaço- territorial, mas ultimamente novas composições surgiram sobre o que já existia. Entre estas novas composições podem-se realçar os compartimentos que são apresentados a partir de duas matrizes analíticas, do “território como recurso” e do “território como abrigo” (SANTOS, 2000). A primeira delas orienta compartimentos hierárquicos, obedientes às ordens dos agentes hegemónicos da globalização e tem o poder de regionalizar extensas áreas nacionais. Nesta matriz, também, o poder do Estado cabo-verdiano se evidencia pelo fato de compartimentar o “seu” território a serviço da indústria mundial do turismo. Isto é, **as estratégias e instrumentos do Estadocabo-verdiano seguem a sua lógica (formal) e completam a lógica (formal) do mercado, acentuandoas desigualdades.**

Instala-se no território boavistense uma indústria turística que incorpora os principais paradigmas da produção e consumo globalizado- com o amplo uso do território para a monocultura de uma única atividadeatrelada ao sistema do mercado internacional do turismo de massa. Isso, por sua vez, leva a multiplicação dos compartimentos destinados à produção do espaço aos moldes desta Indústria.

A coexistência de territórios. Reconhece-se na pesquisa, seguindo as diretivas dos estudos pós-coloniais, a existência de múltiplas histórias no espaço. Existem outras territorialidades que participam da organização dos espaços e estas se manifestam, principalmente, sob forma

de apropriação do território. Vale aqui ressaltar as apropriações do espaço: das vendedeiras ambulantes, *Rabidantes*, que deambulam pelas ruas da cidade de Sal Rei, mesmo contra a vontade do poder local; a população boavistense que usa as ruas para os seus festejos populares, para tocatinasão ar livre entre outros.

Estas apropriações e recreações constituem-se em ação políticas, ainda que não deliberadamente, e sem caráter político-instituído. Estas manifestações indicam e as lutas territorializadas indicam que a representação política do planejamento territorial em Boavista não tem sido um instrumento, por excelência, de bem-estar da população. Isto é, estas manifestações sinalizam o esgotamento do projeto de modernidade, o planejamento estratégico.

As resistências são universalizantes na medida em que apelam ao conceito de dignidade e ao direito humano universal de tratamento marcado pelo respeito (HARVEY, 2004). E nas tensões das territorialidades que se deve atentar, também, para outros conhecimentos produzidos por outros protagonistas com outras matrizes de racionalidade.

A observação de uma produção ativa de espaços demonstra que agentes produtores competem na busca de qualidades especiais (status, sacralidades e etnicidades) e no reforço de formar uma distintiva imagem do território.

O estudo sobre as novas formas de segregação espacial na ilha, não restritas ao tema das desigualdades econômicas, demonstram, ao lado de uma visão sobre os conflitos ligados a situações complexas de multiculturalismo, lutas simbólicas alimentadas na contenda entre lugares e *memórias*.

O território da ilha da Boavista, como palco de intervenções territoriais, promoveu uma reflexão sobre os temas do patrimônio cultural, incluindo a delimitação, uso dos espaços, classificações e sentidos elaborados nas práticas de agentes produtores do espaço: população, estado e seus planejadores e grandes empreendedores turísticos.

A política de desenvolvimento territorial pouco tem feito para a melhoria da qualidade de vida da população e desenvolvimento equilibrado do território. O instrumento do planejamento territorial é um instrumento do pensamento moderno ocidental que não inclui a reflexão sobre os conflitos e a relação de poder para a concepção da inclusão.

A política do ordenamento territorial fala em nome de uma autoridade ou do horizonte do verdadeiro? Contudo tem invisibilizados conflitos, as disputas e as relações de poder que o permeiam, apesar de ser um instrumento que visa, sobretudo, a resolução dos conflitos territoriais.

Pensar o que tem acontecido no território da ilha da Boavista traz um contributo para uma reflexão sobre as ferramentas do planeamento territorial nessa ilha e em Cabo Verde no geral; e, ainda, analisar a forma como este instrumento de produção do espaço condiz ou não com a realidade social da ilha face à exploração turística.

REFERENCIAS

- ALLMENDINGER, Philip; JONES, Mark. **Planning and Foucault: In search of the dark Side of planning theory**. London and New York: Routledge, 2002.
- ALMEIDA, Germano. **A ilha fantástica**. Editora Caminho: Lisboa, 1993.
- ARANTES, Otilia; VAINER, Carlos; MARICATO, Ermínia. **Cidade do pensamento único: desmanchando consensos**. Editora Vozes: Rio de Janeiro/Petrópolis, 2009.
- ANDERSON, Benedict. 2006. **Comunidades imaginadas: reflexões sobre a origem e a difusão do nacionalismo**. São Paulo. Companhia das Letras.
- ANJOS, José Carlos dos. **Intelectuais, literatura e poder em Cabo Verde: lutas de definição da identidade nacional**. Porto Alegre (Brasil), UFRGS/IFCH, Praia (Cabo Verde) INIPC, 2002.
- _____. **Elites Intelectuais e a conformação da Identidade Nacional em Cabo Verde**. Estudos Afro-Asiáticos, Ano 25, no 3, 2003, pp. 579-596.
- ASCHER, François. **Os princípios do Urbanismo**. São Paulo: Romano Guerra, 2010.
- BALENO, Lídio Cabral. IN: SANTOS Maria E. **História geral de Cabo Verde**. Vol II, 2001.
- BARDI, Lina Bo. **Tempos de Grossura: o design no impasse**. Ed. Instituto Lina Bo e P. M. Bardi, São Paulo, 1994.
- BARDI, Lina Bo. **Tempos de Grossura: o design no impasse**. Ed. Instituto Lina Bo e P. M. Bardi, São Paulo, 1994.
- BAUMAN, Zygmunt. **Globalização as consequências humanas**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1998.
- BOURDIEU, Pierre. **Razões Práticas: Sobre a teoria da ação**, Edº11, Papyrus, Campinas, São Paulo, 2011.
- BOURDIEU, Pierre. **Coisas Ditas**. São Paulo: Brasiliense, 2004.
- _____. **Economia das trocas Simbólicas**. São Paulo: Perspectiva, 1998.
- _____. **Poder simbólico**. Editora Bertand, Rio de Janeiro, 1989.
- BOURDIN, Alain. **O urbanismo depois da crise**. Lisboa: Livros Horizonte, 2011.
- CACCIARI, Massimo. **A Cidade**. Gustavo Gili: Barcelona, 2010.
- CARVALHO, M.A. **A Construção Social do Discurso Educativo em Cabo Verde (1911-1926): um Contributo para a História da Educação**. IBNL: Praia, 2007.
- CERTEAU, Michel de. **A Arte de fazer a Invenção do Cotidiano**. Editora Vozes, Petrópolis, 1998.
- CUNHA, Antonio G. **Dicionário Etimológico da Língua Portuguesa**. 4ª Ed.: Rio de Janeiro: Lexikon, 2010. pag. 18.

- CARLOS, Ana F; DAMIANE, Amélia; SEABRA, Odette C. L. **O Espaço no fim do século. Uma nova raridade.** 2º edição. Contexto: São Paulo, 2001.
- CARLOS, Ana Fani A; SOUZA, Marcelo Lopes de; BELTRÃO, Mario Encarnação. **A produção do espaço Urbano: agentes e processos, escalas e desafios.** São Paulo: Contexto, 2011.
- CORRÊA... IN:CARLOS, Ana Fani A; SOUZA, Marcelo Lopes de; BELTRÃO, Mario Encarnação. **A produção do espaço Urbano: agentes e processos, escalas e desafios.** São Paulo: Contexto, 2011.
- CARREIRA, Antônio. **Cabo Verde. Classes sociais, estrutura familiar, migrações.** Lisboa: Ulmeiro. 1977.
- CRUZ, José A.O.V. **Universidade de Cabo Verde: desafios da estruturação de um Sistema de Ciência, Tecnologia e Inovação para o Desenvolvimento.** IN: FURTADO, Claudio. Revista de estudos cabo-verdianos. UNICV, Praia-Cabo Verde, pag. 9-20.
- CRUZ, Rita de C. A. **Turismo de Base Comunitária: diversidade de olhares e experiências brasileiras.** IN: BARTHOLO, R; SAN SOLO, D. G; BURSZTYN, I. Editora: Letra e imagem, 2001.
- DIEGUES, Antônio C. **Ilhas e Mares simbolismo e Imaginário.** Editora: Hucitec, São Paulo, 1998.
- ELLERY, D. **Identidades Em Trânsito: África “na Pasajen” Identidades e Nacionalidades Guineenses e Cabo-Verdianas.** 1. ed. Campinas: Arte e Escrita, 2009. 208 p.
- FERNANDES, José Manuel. **Cidades e Casas da Macaronésia: Evolução do território e da arquitetura doméstica das ilhas Atlântida sob influência portuguesa-Quadro histórico do sec.XV ao sec. XVIII.**
- FOUCAULT, Michel. **Vigiar e punir: nascimento da prisão.** Petrópolis, Vozes, 1987.
- FURTADO IN: GONZALÉZ, Rubén Camilo Lois. **Ordenamento e planejamento territorial na África Ocidental: Cabo Verde, Senegal e Mali.** Santiago de Compostela, 2011.
- GONZAGA, Norberto. **Angola Pequena Monografia,** Lisboa: 1965.
- GORZ, A. **Misérias do presente, riqueza do possível.** São Paulo: Annablume, 2004.
- GRASSI, Marzia. **Rabidantes: Comércio Espontâneo Transnacional em Cabo Verde,** Editor: ICS - Imprensa de Ciências Sociais: Lisboa, 2003.
- HALL, Stuart. **Díaspóra: identidades e mediações culturais.** Belo Horizonte: Ed.UFMG, 2000.
- HARBESON, John W; ROTHCHILD Donald. **Africa in World Politics: Engaging A Changing Global Order.** Edição Kindle. 5 edição. Westview Press, 2012.
- HARDT, Michael & NEGRI, Antonio. **Império.** Rio de Janeiro: Record, 2002, 4 ed.
- HARVEY, David. **A produção do espaço.** São Paulo: Loyola. 2004.
- LIMA, Germano A. Boa Vista. **Ilha de capitães.** Praia: Instituto Cabo-verdiano do Livro. 1997.
- LOBO, Andréa de Souza. **Tão longe e tão perto: Organização familiar e emigração feminina na Ilha da Boa Vista, Cabo Verde.** Tese de doutorado em antropologia Social: Universidade de Brasília. Dezembro, 2006.

- MAIA, Antônio C. **Sobre a analítica do poder de Foucault**. MAIA, Antônio C. Sobre a analítica do poder de Foucault. Tempo Social; Rev. Ciências sociais, USP, São Paulo, Outubro de 1995.
- MASSEY, Doreen. **Pelo espaço: uma nova política da espacialidade**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2008.
- MADIOT, Ives. **L'aménagement Du Territoire**. Paris, 1993.
- MARICATO, Ermínia. **As ideias fora do lugar e o lugar fora das ideias**. In ARANTES, Otília, VEINER, Carlos & MARICATO, Ermínia. **A cidade do pensamento único**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2002. 3ª ed.
- MARICATO, Ermínia. **Brasil cidades: Alternativa para a crise urbana**. Petrópolis: Vozes, 2002.
- MOLINA IN: GASTAL, Suazana. M.M.M. **Um outro turismo é possível**. São Paulo: Contexto, 2004.
- MOLINA, Sérgio. **O pós-turismo**. São Paulo: Aleph, 2003.
- MIRANDA, Clara Luiza. Em Território **de Zeis**: interações entre Estado, movimentos sociais e universidade na Poligonal 1. Vitória, ES. ENAMPARQ, Natal. 2012.
- MIRANDA, Clara Luiza. **Dispositivos territoriais das redes Mundiais. Tese em Comunicação e Semiótica**. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 2004.
- NASCENTE, Antenor. **Dicionário etimológico de língua portuguesa**. Rio de Janeiro: Academia, 1955.
- NEGRI, A.; HARTDT, M. **Commonwelth**. El proyecto de una revolución del común. Madri: Akal, 2011.
- PEREIRA, Daniel A. **Das relações Históricas Brasil Cabo Verde**. Fundação Alexandre de Gusmão: Brasília, 2011.
- PELPERT, Peter Pal. **Vida capital ensaios de Biopolítica**. São Paulo: Iluminuras, 2009.
- QUIJANO, Aníbal. **Colonialidade do poder e classificação social**. SANTOS, Boaventura de Souza; MENESES, Maria Paula (org.). São Paulo, Cortez, 2010.
- KOSELLECK. R. **Futuro passado**: contribuição à semântica dos tempos históricos. Rio de Janeiro: Contraponto, 2006.
- RAFESTIN, Claude. **Por uma geografia do poder**. São Paulo, Ática, 1993.
- SÁNCHEZ, Joan-Eugení. **Espacio, economia y sociedad**. Madrid: siglo venintiuno, editores, 1991.
- SANTOS, Boaventura de Souza; MENESES, Maria Paula (org.). São Paulo, Cortez, 2010.
- RIBEIRO, Orlando. **Aspectos e Problemas da Expansão Portuguesa**. Junta de Investigações do Ultramar, Centro de Estudos Políticos e Sociais: Lisboa, 1962.
- ROBERTSON IN: FEATHERSTONE, MIKE. **A Cultura Global: nacionalismo, globalização e Modernidade**. Editora Vozes: Petrópolis, 1994.
- RADELET, Steven. **Emerging Africa: How 17 Countries Are Leading the Way** Edição Kindle. Center for Global Development, 2010.
- SANTOS, Boaventura SOUZA. **A Gramática do Tempo**. 1ª ed. São Paulo: Cortez, 2006.
- SASSEN, Saskia. **Cidades na economia mundial**. São Paulo: Studio Nobel, 1998.

VEIGA, Manuel. **Dicionário de língua cabo-verdiana- Português**. 2º Ed. Porto editora: Lisboa, 2013.

SANTOS, Milton. **Espaço e método**. São Paulo: Nobel, 1992.

_____. **Técnica, espaço e tempo: globalização e meio técnico-científico informacional**. 2. ed. São Paulo: Hucitec, 2008.

_____. O retorno do território. In: SANTOS, M.; SOUZA, A.A.; SILVEIRA, M.L. (Orgs.). **Território: globalização e fragmentação**. São Paulo: Hucitec, 1994. P.15-20.

_____. **Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal**. Rio de Janeiro: Record, 2001.

SILVA, António Leão Correia; PIRES, Fernando. **A influência do porto na formação e configuração das cidades Cabo-Verdianas: Ribeira Grande, Praia e Mindelo**. IN: ARAUJO, Renata; CARITA, Helder; ROSSA, Walter (org.). Atlas do Colóquio Internacional Universo Urbanístico Português 1415-1822. Editor (ver nas normas). Lisboa, 2001.

SILVA... IN: SANTOS Maria E. **Historia Geral de Cabo Verde**. Vol II, Instituto de Investigação Científica Tropical: Aveiro, 1995.

SILVA... IN: SANTOS Maria E. **Historia Geral de Cabo Verde**. Vol III, Instituto de Investigação Científica Tropical: Aveiro, 2001.

SOUZA, Marcelo José. **O território: sobre espaço e poder, autonomia e desenvolvimento**. In: CASTRO, Iná Elias (et alli) (org.). Geografia: conceitos e temas. Rio de Janeiro, Bertrand, 1995.

URRY, John. **O Olhar do turista: lazer e viagem nas sociedades contemporâneas**. 3ª ed. trad. de Carlos Eugênio Marcondes de Moura. São Paulo: Studio Nobel, 2001.

VICENTINI, Paulo Fagundes. **África Moderna: um continente em Mudança (1960-2010)**. Editora Leitura: Porto Alegre, 2010.

VIRILIO, Paul. **Velocidade e Política**. São Paulo: Estação Liberdade, 1996.

Artigos e Publicações:

ARAUJO, Enos F; PEREIRA, Alexandre Q. **O Turismo e a valorização do litoral metropolitano: Espacialidade turística em Caucaia-ce**. Espaço geográfico em Análise, 2001.

ARRUTI, José Maurício. **Tempo de diversidades e a diversidade dos tempos: notas para uma antropologia dos modos de lembrar e sobre a ideia de “memória territorial”**. Texto provisório.

Boavista: Projecto para Ilhéu de Sal Rei gera polémica, 24 Maio 2012. Jornal A semana. <Disponível em: <http://www.asemana.publ.cv>,> acessado em 20 de Maio de 2012.

BRITO, João António F. **Cabo Verde tem um economia MIRAB**. 31 de Maio de 2011, <Disponível em: economiecaboverdiana.com> acessado em: 14 de junho.

BRITO, Brígida Rocha (org). **Alterações Climáticas e suas repercussões socioambientais**. Edição: Associação Internacional de Investigadores em Educação Ambiental, Aveiro 2013. <disponível em: <http://climatechangestp2012.weebly.com>> acessado em 20 de julho de 2013.

Cabo Verde. Ministério de Economia Crescimento e Competitividade. Direção geral do Turismo. **Plano Estratégico para o Desenvolvimento do Turismo em Cabo Verde 2010 / 2013**. Santiago-Praia, 2010.

Camara do comercio indústria e turismo Portugal Cabo Verde. **Importação de Cabo Verde, Origem em Portugal**<Disponível em: www.portugalcabo Verde.com> Acessado em: 17 de maio de 2012.

Câmara Municipal da Boa Vista. **Perfil Urbano do Concelho da Boa Vista Cidade de Sal Rei**, PERFIL URBANO DO CONCELHO DA BOAVISTA CIDADE DE SAL-REI.Praia, Versão zero, Fevereiro 2012.

Cabo Verde. Ministério do Ambiente e Agricultura Direcção Geral do Ambiente. Projecto de Conservação e Gestão Costeira. **Proposta de Plano de Gestão de Zonas Húmidas – Boa vista/ Cabo Verde**. Cabo Verde. Ministério de Economia Crescimento e Competitividade. Direção geral do Turismo. Plano Estratégico para o Desenvolvimento do Turismo em Cabo Verde 2010 / 2013. Santiago-Praia, 2010.

BARBOSA, 2009... Apud: Mestrado Administração Pública,[s.d], pag.93).

CRUZ, Eutrópico Lima. **Observatório Bom vista**. Sexta feira 9 de novembro de 2001

LABTEC. **Um discurso equivocado: o que é a economia mundial da circulação?** In LABTEC. O Porto do Sepetiba. Cenários, impactos e perspectivas. Relatório global. Rio de Janeiro: LABTeC: CFCH: UFRJ, 1999.

Lei de Bases das Autarquias Locais, Lei 47/III/89, de 13 de Julho. Chefia do Governo Unidade de coordenação da Reforma do Estado comissão para a descentralização e desconcentração. **Aproximar o Estado das populações, sem perder a eficácia na prestação do serviço público e visão de desenvolvimento integrado. 2007**. <Disponível em: www.reformadoestado.gov.cv><acessado em: 20 de junho de 2012.

FONSECA, Adão. **O Significado do tratado de Tordesilhas**.<Disponível em: <http://comum.rcaap.pt>> acessado em: 05 Outubro de 2011.

FIGUEIRA, M. **Na pegada de Oril**. 2005 <Disponível em: Lantuna, Blogspot.com.br.> acessado em 10 de maio de 2013.

GOMES, Simone Caputo. **Poesia de Cabo Verde um trajeto identitário**. <Disponível em: www.simonecaputogomes.com> acessado em 17 de março 2012.

Crônica da Conquista da Guiné: Povos da Guine. [s.d]<Disponível em: <http://www.cart1525.com>> Acessado em 17 de Janeiro, 2012.

KOHLER, A.F. **Problemas e limites econômicos, sociais e culturais ao desenvolvimento turístico sustentável**. Revista de Cultura e Turismo, ano 2 n° 01, 2008. Disponível em: www.uesc.br/revistas/culturaeturismo.

RIBEIRO, G.L, BARROS, F.. L. **A corrida por paisagens autênticas: turismo, meio ambiente e subjetividade na contemporaneidade**. Revista UNB, 1994. Disponível em: <http://www.unb.br/ics/dan/Serie171empdf.pdf>.

FERREIRA, Paulo Jorge Lopes. **O impacto dos impostos no orçamento das Câmaras Municipais: O caso do Município do Tarrafal de Santiago**. Dissertação de (Mestrado em: em Direito das Autarquias Locais). Universidade do Minho: Escola de direito. 2012 <Disponível em: <http://repositorium.sdum.uminho.pt>>, acessado em: 7 maio de 2013.

FERREIRA, Ondina. **Boavista de ontem na escrita e no romance de Germano Almeida**. Quarta feira 6 de janeiro de 2010. <Disponível em: <http://coral-vermelho.blogspot.com.br>>, acessado em: 10 de maio de 2013.

FREDERICO, Sílvia. **Câmara quer por Stop às construções**. Jornal A semana, sexta feira, 14 de Novembro de 2008, pag. 6

Jornal A Semana. **Falta água na Boa Vista**, 7 de Novembro de 2008.

MENESES, Maria Paula. **Epistemologia do Sul**. Revista Crítica de Ciências Sociais, nº 80, Março, 2008: 5-10.

Ministério da Qualificação e Emprego – **Estudo-Diagnóstico sobre o Mercado de Emprego em Cabo Verde**. Praia, Fevereiro de 2008. <Disponível: <http://www.governo.cv>>, acessado em: 10 de maio de 2013.

MELLO, Neli Aparecida; JUNIOR, Rosalvo de Oliveira (org.). Ministério da Integração Nacional, Secretaria de Políticas de Desenvolvimento Regional. **Anais da Oficina sobre a Política Nacional de Ordenamento Territorial**. Brasília, 2005.

MOASSAB, Andreia. **Territórios e identidade em Cabo Verde: debate sobre a (frágil) construção identitária em contexto recém-independentes no mundo globalizado**. BAULA cultura contemporânea Africana, 2013. <Disponível em: <http://www.buala.org>> acessado em: 20 de junho de 2013.

Organização Internacional para as Migrações. Migração em Cabo Verde-Perfil Nacional. 2009<Disponível em: <http://www.un.cv>> acessado em: 8 de Abril de 2013.

Organización Mundial del Turismo. **Agenda para Planificadores Locales: Turismo Sostenible y Gestión Municipal - Edición para América Latina y El Caribe**. Madrid: OMT, 1999, prólogo.

PEREIRA, Govea. **Zonas de desenvolvimento turístico integral em Cabo Verde**. OJE, 2010 <Disponível em: <http://www.oje.pt>> acessado em: 07 de março de 2013.

Previsões do governo em 2013 a dívida externa. Jornal a semana Online, 24 de Outubro de 2012. <Disponível em: <http://www.asemana.publ.cv>>, acessado em: 14 de março de 2013).

PETERS, Gabriel. **Percursos na teoria das práticas sociais: Anthony Giddens e Pierre Bourdieu**. Disponível em: <http://www.academia.edu/>, acessado em 20 de junho de 2013.

PNUD- Relatório do Desenvolvimento Humano 2013. **A Ascensão do Sul: Progresso Humano num Mundo Diversificado**. Disponível em: <http://www.pnud.org.br>, acessado em: 30 de junho de 2013.

República de Cabo Verde, Câmara Municipal da Boa Vista. **Plano Desenvolvimento Urbano de Sal Rei -Vol I- Caracterização e diagnóstico-Relatório**, Março de 2012.

RADELET, Steven. **Emerging Africa: How 17 Countries Are Leading the Way**. Disponível: http://www.cgdev.org/files/1424419_file_EmergingAfrica_FINAL.pdf, acessado em: 20 de Março de 2012.

RÜCKERT IN: MELLO Neli A; ROSALVO O. Aparecida. **Para pensar uma política nacional de ordenamento territorial: anais da Oficina sobre a Política Nacional de Ordenamento Territorial**. Ministério da Integração Nacional, Secretaria de Políticas de Desenvolvimento Regional (SDR): Brasília, 2005.

SILVA, António Leão Correia. **Para um novo arquipélago à escala da diáspora**. Jornal A Semana: 27 de Abril de 2001, pag.26).

SILVA, António Leão Correia. **O Nascimento do Leviatã Crioulo: Esboços de uma Sociologia Política**. Caderno de Estudos Africanos, CEA, ISCTE, Nº 1, Julho/Dezembro 2001, pag. 5

SILVA, Antonio Leão Correia. **Mais e Melhor Universidade. In: Revista Uni-CV, ano I, edição 0, outubro de 2009**. pag. 27.

Duim, V.R. van der

Tourismscapes, an actor-network perspective on sustainable tourism development. http://www.globalislands.net/greenislands/docs/netherlands_tesisrene.pdf. Dissertation Wageningen University, 2005.

VEIGA, Manuel. O crioulo e o Português no processo de afirmação em Cabo Verde. Disponível em: <http://www.home.no>, acessado em: 25 de Janeiro de 2012.

Sites:

Sociedade de desenvolvimento turístico integrado de Boavista e maio. Disponível em: <http://www.sdtibm.cv>, acessado em 10 de maio de 2011.

Censo populacional de cabo verde, 2010. Instituto nacional de estatísticas de cabo verde- ine. <acesso em: 10 de fevereiro de 2011> disponível em: www.ine.cv

Censo populacional de cabo verde, 2000. Instituto nacional de estatísticas de Cabo Verde- ine. <acesso em: 5 de fevereiro de 2011> disponível em: www.ine.cv

Dados econômico Cabo Verde, 2013. Instituto nacional de estatísticas de cabo verde- ine. <acesso em: 5 de julho de 2013> disponível em: www.ine.cv

Afrobarometro em Boavista. Acessado em: 20 setembro de 2012. Disponível em: <http://www.afrosondagem.cv>

WWW. Sfiec.org.com

Perspectivas económicas na África. www.africaneconomicoutlook.org, acessado em: 21 de Abril de 2012.

<http://www.buala.org/pt/cidade/territorio-e-identidade-em-cabo-verde-debate-sobre-a-fragil-construcao-identitaria-em-contexto>

Www.nead.unama.br

Www.oit.org

www.iipc.cv

www.funco.org/

<http://bubistacabrer.blogspot.com.br>

www.forzavivas

www.capeverdetours-properties.com

www.soltropico.pt

www.jornalponto.com

www.SFIEC.org.com

www.portugalcabo-verde.com

APÊNDICE A

Trabalho de campo: (Resultados)

Entrevistas:

Operador Nacional.

Nome: Manuel António Mendes

Natural de Boa vista

Há 20 anos que comecei a trabalhar como operador turístico, mas á 6 que estou em Boavista. Fui dono da primeira discoteca de Boavista, já trabalhei com pesca de Lagosta. Fui o primeiro a fazer vôos *charter* para a Boavista. Hoje sou dono do Hotel Boavista e tenho pousada na ilha do Sal. Acredito que o futuro de Cabo Verde esta na agricultura e no turismo, o agro-négocio é o caminho que tenho tentado seguir agora,claro sem deixar de ser operador.Sou proprietário de terrenos de plantio no Norte, onde tenho produzido legumes e verduras para abastecer os meus hotéis e também o comercio. Na verdade a crise econômica não é problema o que falta é visão a longo prazo, as coisas de fato que deveriam ser feitas não são feitas. As pessoas em CaboVerde, principalmente na Boavista tem um falta de visão incrível. O turismo, agricultura são o futuro da ilha temos possibilidade de trazer para o mercado vários produtos nacionais e de qualidade, temos bons queijos, temos boas tâmaras, temos cocos que podiam ser incluídos como chamariscos para o turismo,mas nem a população nem o governo vêm isso.

Nós últimos anos Boavista recebeu vários investimentos para o setor do turismo por parte do governo como aeroporto, portos e estradas porem podia fazer muito mais. Nós operadores estamos descontentes porque temos pouca margem de manobra, imagina o Aeroporto não pode receber vôosa noite porque a pista ainda não é iluminada, isso é uma barreira para um maior fluxo de turistas.

Constrangimentos como a iluminação e o aumento da pista, se fossem resolvidos imos ter uma redução de escalas,conseqüentemente a diminuição do custo de viagem e possibilidades de vôos a qualquer hora nos horários que o cliente quiser. Assim Boavista ia ter uma maior competitividade no turismo, porque nossas passagem fica bem mais caras com as escalas que os turistas tem que fazer no Sal e na cidade da Praia. Nem todos os aviões podem vir para aqui. Precisamos urgentemente de um maior planejamento turístico.

Agora a novidade é a taxa turística de dois euros que os turistas vão ter que pagar por noite de estadia nos hotéis, isso vai acabar com o turismo em Cabo Verde. A política do governo tem deixado nós operadores muito descontentes, vai ficar muito difícil. E pode levar muitos a sair de Cabo Verde. Tudo tem que ser muito bem pensado, precisamos urgente de um melhor planejamento turístico.

Existe uma grande diferença de tratamento dos operadores estrangeiros e nacionais, aqui na Boavista sou o único operador Nacional.

Operadores temaqueles que apenas organiza os vôos , os que recebem os turistas.

Ser operador aqui é complicado porque tens que investir em quase todo os autocarros e outros transportes, desde frete de avião a barcos para transporte de alimentos..

O sistema que tenho aqui no hotel é “Hall inclusive”, sei que muitos não concordam com isso tenho sabido de varias bocas que a população manda. Mas imagina a primeira vez que fiz um vôo charter aqui pra Boavista era num domingo, e quando sai com os turistas para dar um passei não tinha nem sequer um restaurante aberto, nenhum bar, nenhuma casa de banho. As pessoas gostaram porque a ilha é muito bonita e isso ajuda cobrir as falas. Naquele momento os outros operadores que estavam a trabalhar comigo disseram, cancela, cancela o passei já roteiro. É complicado não existe estrutura fora do hotel para receber e as pessoas estão nem ai para ganhar dinheiro.

Olha a população não tem a mínima idéia do que se passa a sua volta, desse turismo. Tem aqueles que só conhecem pela TV. Eu sou de Boavista vejo isso.

Sem contar que aqui as pessoas têm um grande falta de responsabilidade, não comprem horário que é a peça mais importante para o sucesso. Imagina eu faço aqui no hotel noites cabo-verdianas com musica ao vivo, mornas, tocatinas muito bom. Porém os musico são um dos maiores problemas que tenho, pois chega a hora de tocar não tem ninguém ligo para o musico, ele me diz “espera ai estou à chegar dentro de 5 minutos”. Ainda diz que eu sou muito apressado. As vezes, nem vêm e diz que vai mandar um amigo para tocar no lugar dele. Imagina, faço um roteiro cultural passando pelos lugares históricos da ilha e tenho que incluir lanches no hotel porque fora não hà.

Falta muito quanto a infra-estruturas para meus clientes ficarem fora do hotel.

Eu aqui, tento colocar o maximo de produtos nacionais na mesa deles, mas se houve-se mais produtores teria menos trabalho.

Sou natural de João Galego no Norte de Boavista, tenho muito orgulho de ter vindo de uma localidade pobre, sou filho de pastores e agricultores . Sinto-me tão pequeno em Pequim como em João Galego. Vivi no Senegal, França, Itália estudei fora.

Meu primeiro negocio foi uma boutique “ Carine” de muito sucesso, mas depois foi para outros ramos.

Hoje me considero um operador de sucesso, apesar de eu não ser a melhor pessoa para falar disso.Mas pensando de onde eu vim e como estou hoje vou um vencedor.

Segurança de Apart-hotel Canicola.

Natural : Guine Bissau

Nome: AmahdúDjaú

Quando o grupo Figueiro e Oasis estavam aqui tinha mais Guineense trabalhavam na construção dos Hotéis. Depois que CVC foi embora, quando terminou as obras dos hotéis do RIU (Karamboa, Tuareg), muitos foram embora uns para o Brasil outros para a Europa e outros de volta para a Guiné Bissau. Mas ainda muitos ficaram por aqui. Mas é porque Guiné não esta bem, com a guerra e a instabilidade política que se vive no país. Cabo Verde é um país de paz e regras.Sabes diferente de Cabo Verde que tem apenas 2 Etnias, nós lá temos muitas etnias e ficam sempre a brigar.É muito difícil!

Morro no bairro da Barraca aqui em Boavista. Foste lá?! Aqui os *sampadjodos(naturais da ilha)* tem medo !!! Finais de semana o bairro fica muito animado todos os *sampadjodos* vão para lá, porque lá tem tudo. Aqui na vila (centro histórico onde moram o nativos) é muito parado.

O bairro tem pessoas de todas as ilhas, *sampadjodos* de São Vicente, Santo Antão, *Badios*, Nigerianos , Senegaleses, Guineenses. Mas a maioria são Guineenses e *Badios*.

Os Guineenses que estão aqui são da etnia Fula na sua maioria, sabes os *Balantas* dominaram guine Bissau, todos nas forças armadas e melhores posto lá em Guine são *Balantas*.

Todos que moram na Barraca é porque o aluguel em Sal Rei é muito caro. Em Sal Rei o aluguel de um quarto é 10 mil escudos no mínimo, enquanto na barraca é 5 mil. E nós precisamos mandar dinheiro para as nossas famílias, por isso vamos morar na barraca.

A maioria dos Guineenses trabalham para mandar dinheiro para suas famílias. Se ganhas por exemplo 30 mil escudos mandas 15 mil escudos para a guiné, à metade do teu dinheiro.

Hoje em dia já não há barcos Clandestinos, mas antes tinha muitas pirogas (barcos) que vinham carregados de Senegaleses, Guineenses e Nigerianos, as vezes iam parar em outras

ilhas sem querer, lembro-me muito bem disto. Mas agora não a maioria vem de avião mesmo, o controle é muito maior e à menos riscos.

Gosto da Barraca, o único problema é a energia elétrica que termina cedo as 11 horas e precisa de estradas , ruas pavimentadas e melhores condições.

Os *sampadjodos* (pessoas Boavista) não gostam de nós nem dos *Badios* (pessoas ilha Santiago), mas viemos aqui para trabalhar. Eles são preguiçosos não gostam de trabalhar só querem trabalho a frente de computador, assinar papel, em Bancos. Mas na construção de hotéis, como camareira, cozinheiros , porteiros ninguém quer.

Eu gosto muito do governo de cabo-verde eles são muito bons, se meu país tivesse um governo tão bom estávamos bem, mas eles só pensam em fazer guerra. O povo cabo-verdiano reclama demais nunca nada está bom.

Gosto de barraca, é la que eu faço tudo, tenho meus amigos , jogo bola. Mas gostaria de morar na Praia de Cabral em um prédio. Vim para aqui porque aqui é perto de Guiné, tem trabalho e podes ir para outros lugares com maior facilidade, como a Europa e o Brasil. Se tiveres nacionalidade melhor ainda.

ONG: Clube Ambiental

Nome: Emiliano Santos

Natural de Boa Vista.

Esse grupo foi fundado pelo pessoal do corpo da Paz, em 13 de Setembro de 2000, mas trabalhamos com voluntários nacionais e internacionais (corpo da Paz), mas nesse momento estamos com pouco elemento porque muito saíram para estudar.Quanto ao planejamento chamam, às vezes, a ONG para participar quando a alguma consultoria publica para a construção de algum empreendimento. Mas o problema é que no papel é uma coisa e na pratica é outra.Muita formalidade , muitas artigos, leis mas na pratica a história é outra.

Nós através da ONG temos feitos trabalhos para sensibilizar para considerar as zonas úmidas da ilha como elementos importantes de preservação e de inclusão nos planos que definem a ocupação dos solos.

Temos tido vários conflitos, primeiro com a câmara que antes era nossa parceira e agora com varias reclamações que temos feito cortou o seu apoio a ONG (que era pagamento de aluguel da casa sede).

As zonas de ZDTIstem quebrado os 80 metros de margem de distancia que devem ter da praia, eles contam a partir da linha de água o que é um grande falcatrua, para poderem ter ficar mais perto do mar.

A venda de terrenos que a Câmara Municipal tem feito também é um problema, como por exemplo o Djeu (ilhéu) e a Rochinha.

Imagina atravessam reservas com estradas , tiram área para a construção de hotéis e casas sem controle, pedras, cascalho tudo o que podes imaginar, nos vales e Ribeiras. Um exemplo é a Ribeira Manjul.

Não existe leis para isso. Não existe até hoje zonas de delimitação de apanha de matérias de construção. Não existe imposto para aqueles que recolhem esses matérias da natureza, eles não pagam nada.

Mudaram a rota da areia que vem das dunas para a cidade com um grande Paredão.

Eu apoio a delimitação de reservas para o turismo ecológico.

As ONGs de proteção as tartarugas ganhas um monte de dinheiro. Imagina cobram 2500 escudos (56 reais) por pessoa para ver as tartarugas desovarem. Outro dia presenciei um cena triste essas ONGs estavam a brigar as tartarugas, em um encontro. As pessoas aqui não podem ver as tartarugas nem se aproximar delas. Existe muita falcatrua, dessas ONGs estrangeiras que vêm para aqui, trabalhar na sensibilização da proteção das tartarugas na Boa Vista.

Nós a única ONG aqui de proteção do meio ambiente trabalhamos com muitas dificuldades, quando vamos contra a câmara municipal eles cortam as verbas, ficamos sem espaço para trabalhar.

Muitas coisas que acontecem aqui não consultam a população, divulgam pouco e depois ficamos sabendo que aconteceu. Um exemplo é a construção do Hotel na Praia de Cabral de Pancine (família Italiana que junto com a Câmara construiu uma cresce para crianças da Boavista). Como sabiam que a população e nós do Clube ambiental não queríamos que eles fizessem essa construção perto do palco do festival (de Mornas), na praia de cruz. Fizeram uma consultoria durante 2 horas, em um dia de semana, teve pouca gente que pode ir e a maioria não sabia. Não tinha quase ninguém, tudo

Tem momentos que a Câmara e o Governo se juntam para a provar o que lhes interessa e tem momentos que se separam , como por exemplo nas campanhas eleitorais que ficam a colocar a culpa do surgimento da barraca no outro.

O que mais interessa as ONGs estrangeiras são as Tartarugas, que elas cobram para se ver a desova. Enquanto as aves que não dão nada ninguém que saber, ninguém se lembra em

proteger é aí que temos realmente a prova do que essas ONGs querem. Existem até indícios que muitos ovos de Tartarugas tem sido levados para as canárias, onde já acabaram com a espécie.

Outro dia em uma Praia a população foi fazer um passeio a noite (Excursão) só porque colocaram luz em uma tenda, chamaram a policia, que foi lá a espancou as pessoas. Isso porque estavam na área das tartarugas. Colocaram até armas na cabeça das pessoas. Os policia trataram a pancada as pessoas porque tinham a luz ligada.

A natura 2000 é uma ONG que tem pessoa de Canárias, e o interessante é que eles são os donos do empreendimento turístico que vai ser construído no Ilhéu, e eles fizeram um estudo de impacto ambiental onde só poderão entrar apenas 59 pessoas por dia. Uma forma de evitar que a população não vá para lá, por causa do limite de pessoas que o lugar pode suportar.

Para divulgar o que temos feito, temos usado o facebook, para manter o pessoal da Boa Vista a par do que esta acontecer.

A sociedade de desenvolvimento turístico também só usa palavras bonitas para enganar as pessoas que esta a fazer o bem, ZDTis zona de desenvolvimento integrado, não sei quem eles vão integrar.rsr rsr

A população da Barraca são os pobres coitados estão aqui a procura de uma vida melhor, não tem, luz, água nada. Coitado desses povo, quando não tem trabalho vem para a vila nós assaltar.

Planejador: Técnico responsável pelo PDU e PDM, Câmara Municipal de Boavista.

Nome: Victor Cardoso.

Natural: São Vicente

Antes da crise muitos compraram terrenos e hoje esses terrenos estão vazios, vamos implantar nesse momento leis para uma melhor gestão desses buracos. Assim teremos maior margem para a expansão de Sal Rei. O nosso plano teve a participação de vários profissionais
Arquiteto: Gerson Andrade; Engenheiro Civil: José Pina; Geógrafo e Auditor Ambiental: José Maria Semedo; Sociólogo: Nardi Sousa; Economista: Floresvindo Barbosa; Jurista: Edna Moreira.

Comissão de Acompanhamento: Sociedade de Desenvolvimento Turístico das Ilhas de Boa vista e Maio (SDTBM): Eng.º Francisco Neves; Câmara Municipal de Boavista: Urb. Victor

Cardoso; Dir. Geral do Ordenamento do Território e Habitação (DGOTH): Arquiteto Manuel Barradas Tavares; Dir. Geral do Ambiente (DGA): Dr.^a Lisa Lima / Dr.^a Aline Tavares.

Esse plano foi feito principalmente com a intenção de gestão de conflitos como é o caso da Rochinha. Que segundo o plano de áreas de proteção ambiental estava incluído , mas nós resolvemos incluí-lo na zona de expansão da cidade de Sal Rei. A população não quer que se construa na Rochinha, não sei para que, querem que fique igual a pão de açúcar só para observar.

O novo limite do PDU (ainda não a provado) entra dentro da reserva ambiental no ponto da rochinha, pois essa reserva nunca foi homologado.

O plano está como condicionante de resolução de conflitos, que estão antes da existência do plano.

Outro problema é que o governo disponibilizou uma área de expansão urbana que depois transformou em uma zona de turbinhas para a energia eólica, uma área imensa.

O plano foi financiado pelo SCDTMB e eles também foram os principais coordenadores e participaram na comissão de acompanhamento.

Tivemos algumas reuniões, esse é o nosso segundo plano retificado e é de total interesse da câmara municipal a sua aprovação mais rapidamente possível.

Uma das fontes de renda da Câmara municipal é a venda de terrenos.

Quando fizemos a consulta publica do plano , assim como todas as demais consultas as pessoas não entendem, muitos não entendem o plano. A participação publica tem sido muito deficitária. Passamos avisos na TV; na radio, mas mesmo assim pouca gente vêm e quando vêm não fazem nenhuma intervenção.

Um dos casos de conflitos que não concluímos no plano é o *Djeu* (ilhéu) que não consideramos parte de Sal-rei (apesar de estar a frente).

Um dos maiores parceiros da Câmara municipal tem sido a SDTMB e a população tem tido pouca participação em tudo.

O governo como a nossa Câmara é de outra cor política tem abandonado Boa Vista. Enfim , o nosso plano tem tudo muito bem explicado.

SDTIBM

A Sociedade de Desenvolvimento Turístico das Ilhas de Boavista e Maio (SDTIBM) tem estado a apostar no desenvolvimento do sector hoteleiro, em detrimento do sector imobiliário, e neste sentido vem dialogando diretamente com os decisores das grandes cadeias hoteleiras, oferecendo-lhes condições atrativas para construírem hotéis nas Ilhas da Boavista e do Maio.

Para o efeito, esta Sociedade garante a construção de infra-estruturas primárias necessárias ao funcionamento dos hotéis existentes e a serem construídos nas zonas turísticas sob sua gestão. Esta garantia contratual e a localização de empreendimentos hoteleiros em zonas turísticas devidamente planeadas estão a despertar interesses de grandes cadeias hoteleiras, com as quais a SDTIBM vem desenvolvendo estreitos contactos.

Por outro lado, a procura da Boavista como destino turístico, junto de vários operadores, supera a atual capacidade de oferta desta Ilha, resultando daí uma procura insatisfeita que urge aproveitar.

Neste contexto, alguns dos grupos hoteleiros contactados pela SDTIBM manifestaram o desejo de iniciar imediatamente a exploração de hotéis na Boavista, antes de equacionarem a hipótese de construírem os seus próprios empreendimentos hoteleiros nesta Ilha.

De entre as cadeias hoteleiras abordadas pela SDTIBM está a Decameron Hotels & Resorts, um grupo que dispõe de 35 hotéis em exploração em dez destinos diferentes e que detém várias empresas e marcas, nomeadamente a Royal Decameron e a Decameron New Horizons Ltd.

Depois de algum tempo de negociações, a SDTIBM e a Decameron acabaram de assinar dois contratos, segundo os quais dois grandes resorts hoteleiros de quatro e cinco estrelas serão implantados na Zona de Desenvolvimento Turístico Integral (ZDTI) de Chave, na Boavista, e entrarão em funcionamento até Dezembro de 2015.

Um dos resorts, de cinco estrelas, localizar-se-á na parte sul da ZDTI de Chave e terá uma capacidade máxima de 500 quartos. Para além dos requisitos arquitetónicos e de construção compatíveis com o standing de cinco estrelas, este resort integrará um campo de golfe de 27 buracos, a ser construído pelo mesmo grupo, o qual requalificará sobremaneira a zona turística de Chave e tornará a Ilha da Boavista ainda mais atrativa para os visitantes.

O campo de golfe será irrigado com água tratada, adveniente dos hotéis limítrofes, porquanto a zona turística de Chave desperdiça presentemente mais de 300 toneladas de água residual tratada.

O outro resort, de quatro estrelas, localizar-se-á na zona norte da ZDTI de Chave e comportará uma capacidade máxima de 600 quartos e um parque aquático, o qual será um elemento de atração adicional que contribuirá para a diversificação da oferta turística da Ilha das Dunas.

Enquanto que, para a viabilização da localização do Hotel Riu Touareg na ZDTI de Santa Mónica, edificado em pouco mais de um ano e meio, a SDTIBM teve que promover e financiar a construção de 2 tramos de uma estrada asfaltada, os quais custaram cerca de um milhão e cem mil contos, para a implantação desses dois resorts a SDTIBM tem já algumas infra-estruturas primárias praticamente à porta dos respectivos lotes. Contudo, terá que fazer mais investimentos, com vista a criar todas as condições infra-estruturais para que esses empreendimentos hoteleiros possam entrar em funcionamento na data prevista.

A entrada em funcionamento das referidas estruturas hoteleiras em Dezembro de 2015 requer o início das obras dentro de poucos meses, mas também obrigará uma vigorosa articulação institucional, bem como colaboração de outras entidades públicas, com o fito de acompanhar a dinâmica de crescimento turístico que daí resultará, a qual traduzir-se-á num acréscimo de 42% da atual capacidade de alojamento existente na Ilha.

Estes projetos turísticos induzirão efeitos sociais e económicos impactantes e facilmente perceptíveis, mormente os seguintes, estimados com base nos rácios atuais do sector:

Investimento direto estrangeiro

- Construção dos hotéis resorts: 130 milhões de euros
- Construção do campo de golfe e do parque aquático: 8 milhões de euros
- Total dos investimentos: 138 milhões de euros.

Aumento do emprego

- Ao longo da fase de construção: 600 empregos diretos
- Na fase de exploração dos dois resorts: 680 empregos permanentes, com uma massa salarial anual superior a 2 milhões de euros
- Empregos indiretos: mais de 1.540 pessoas trabalharão indiretamente a favor dos referidos estabelecimentos.
-

Incremento anual de influxos turísticos na Boavista

- Entradas: mais de 94 mil turistas

- Operações aéreas: cerca de 756 vôos (Boing 737 -700)
- Transferio mais de 4.700 operações

Ademais, sendo Boavista uma ilha essencialmente turística, o incremento da sua capacidade de alojamento em 42% até finais de 2015 suscitará maior capacidade de resposta de produção e de prestação de serviços nacionais. Efetivamente, serão consumidos adicionalmente mais de 1 milhão e 600 mil quilos de alimentos por ano, de entre os quais mais de 1 milhão e 100 mil ovos. Haverá igualmente uma procura adicional de mais de 2 milhões de litros de bebidas por ano.

Para além destes dois resorts na zona turística de Chave, a SDTIBM já tinha anunciado um outro resort na zona de Santa Mónica, também muito importante, e que poderá entrar em funcionamento entre 2016 e 2017.

Os três resorts anunciados aumentarão a atual capacidade de carga da Boavista em 74%. Serão precisos investimentos em infra-estruturas primárias e de ligação, da responsabilidade da SDTIBM, estimados em mais de 7 milhões de euros.